Teoria da contabilidade

Teoria da contabiliade

Robinson Alves

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente
Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação
Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico
Alberto S. Santana
Ana Lucia Jankovic Barduchi
Camila Cardoso Rotella
Cristiane Lisandra Danna
Danielly Nunes Andrade Noé
Emanuel Santana
Grasiele Aparecida Lourenço
Lidiane Cristina Vivaldini Olo
Paulo Heraldo Costa do Valle
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica
Wilson Moisés Paim

Editoração
Adilson Braga Fontes
André Augusto de Andrade Ramos
Cristiane Lisandra Danna
Diogo Ribeiro Garcia
Emanuel Santana
Erick Silva Griep
Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Alves, Robinson
A474t Teoria da contabilidade / Robinson Alves. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.
192 p.

ISBN 978-85-8482-884-5

1. Contabilidade. I. Título.

CDD 657

2017
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 — Londrina — PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: http://www.kroton.com.br/

Sumário

Unidade 1 | Princípios e regras da contabilidade 7

Seção 1.1 - Origem e desenvolvimento da contabilidade 9
Seção 1.2 - Objetivo e metodologia 25
Seção 1.3 - Princípios, postulados e convenções 38

Unidade 2 | Elementos patrimoniais e de resultado 57

Seção 2.1 - Ativo e passivo patrimonial 59
Seção 2.2 - Receitas e despesas 73
Seção 2.3 - Patrimônio líquido 88

Unidade 3 | Campo de pesquisa da contabilidade 103

Seção 3.1 - Abordagem científica da contabilidade 105
Seção 3.2 - Demonstrações contábeis 118
Seção 3.3 - Sistema financeiro 132

Unidade 4 | Teorias aplicadas à contabilidade 147

Seção 4.1 - Teoria da firma e teoria contratual da firma 149
Seção 4.2 - Teoria da agência 165
Seção 4.3 - Teorias aplicadas à contabilidade 179

Palavras do autor

Convidamos você, estudante, a realizar uma viagem ao longo do tempo para entender a evolução da contabilidade. Falaremos de quatro mil anos de história. A contabilidade foi e ainda é uma das ferramentas mais importantes no auxílio aos empresários para medir o desempenho dos negócios.

Ao final deste livro, você entenderá por que o desenvolvimento econômico durante os séculos teve uma relação estreitíssima com a contabilidade. Mas como ela surgiu? Foi criação de que homem? A contabilidade de hoje é a mesma que era executada há quatro mil anos? Para tanto, desenvolveremos competências que nos ajudarão a obter as respostas corretas a essas perguntas. Entenderemos os aspectos estruturais e conceituais do patrimônio das entidades, a correta elaboração dos relatórios por meio dos registros contábeis e a confiabilidade na divulgação das informações.

Dividida em quatro unidades, a proposta abrangerá 12 temas de ensino:

Unidade 1 – Princípios e regras da contabilidade, dividida nos seguintes temas: origem e desenvolvimento da contabilidade; objetivo e metodologia; princípios, postulados e convenções.

Unidade 2 – Elementos patrimoniais e de resultado, dividida nos seguintes temas: ativo e passivo patrimonial; receitas e despesas; patrimônio líquido.

Unidade 3 – Campos de pesquisa na contabilidade, dividida nos seguintes temas: abordagem científica da contabilidade; demonstrações contábeis; sistema financeiro.

Unidade 4 – Teorias aplicadas à contabilidade, dividida nos seguintes temas: teoria da firma e teoria contratual da firma; teoria da agência; teoria do direito da propriedade.

Conheceremos personagens incríveis de nossa historia matemáticos, religiosos e historiadores que fundamentaram esta linha de ensino. Estudaremos as escolas que predominaram no ensino da

contabilidade, e a italiana, que sem dúvidas alguma foi a responsável pela maturidade e pelo desenvolvimento do curso de Ciências Contábeis. Passaremos pela escola americana, que trouxe ao Brasil uma visão diferenciada das normas e princípios que norteiam até hoje os demonstrativos e relatórios contábeis.

Finalmente, chegaremos ao nosso século, entendendo que a globalização hoje é fator primordial para a conjunção das normas e dos princípios contábeis entre as diversas economias mundiais, mesclando culturas, usos e costumes deste planeta no desenvolvimento da contabilidade internacional. Entre neste mundo de conhecimento científico, que com certeza proporcionará uma visão diferenciada dos mundos dos negócios.

Bons estudos!

Princípios e regras da contabilidade

Convite ao estudo

Olá, aluno. Tudo bem?

Nesta primeira unidade abordaremos a questão dos princípios que regem a contabilidade. Debateremos, na primeira seção, a origem desta ciência. Como ocorreu? Como e quais foram os primeiros registros na história dos controles patrimoniais?

Já na segunda seção discutiremos os objetivos e principalmente as metodologias aplicadas na contabilidade. Você terá a oportunidade de conhecer o que está por trás da construção lógica de muitos procedimentos que são utilizados para atender à finalidade de evidenciar e controlar o patrimônio das entidades.

Finalmente, na terceira e última seção você poderá observar como e por que se constroem os princípios fundamentais da contabilidade. Que elementos estão ocorrendo no ambiente que são importantes para determinar e orientar os registros contábeis das entidades que deverão ser realizados.

Assim, convidamos você a investigar os caminhos que levaram à evolução da contabilidade. Para atender aos objetivos desta primeira unidade, propomos o seguinte contexto: Marco Polo é um aluno do curso de matemática e descobriu a influência da sua área de estudo no desenvolvimento da humanidade e na própria evolução das sociedades. Nesse contexto, sentiu a necessidade de iniciar suas pesquisas a fim de compreender o por que e quando o ser humano passou a se preocupar com o seu patrimônio.

Marco Polo dará início às suas buscas e está convencido de que necessita desenvolver um mapa cronológico que o leve a pontuar os acontecimentos relevantes na sociedade que marcam

o pensamento contábil e está contando com você para auxiliá-lo nas pesquisas e na identificação dos fatos que permitam construir uma linha de raciocínio sobre a atuação da contabilidade no desenvolvimento econômico e social, desde os primórdios até o período atual.

A busca de nosso personagem estará centrada nas seguintes questões: o que fez a contabilidade para se desenvolver até os dias atuais? Que fatores poderiam ter influenciado os diversos segmentos da contabilidade? Qual o papel da contabilidade hoje em dia? Quais os princípios que norteiam e sustentam esta área de conhecimento?

Seção 1.1

Origem e desenvolvimento da contabilidade

Diálogo aberto

Caro estudante, nesta seção desvendaremos como o homem, desde os mais remotos tempos da civilização, controlava os seus bens e riquezas e quais instrumentos utilizava. Como isso aconteceu ao longo da evolução humana? Quais os instrumentos e recursos de que ele dispunha em cada época para ter a segurança da proteção de seu patrimônio?

O objetivo nesta seção é conhecer e compreender a evolução do pensamento contábil em diferentes correntes doutrinárias na história da humanidade. Para alcançarmos tal objetivo de aprendizagem, propomos a seguinte atividade:

Decidido a se aprofundar em suas pesquisas, Marco Polo dirigiu-se à Livraria do Conhecimento, com o objetivo de adquirir livros relacionados à história egípcia. Ao perceber a variedade de livros existentes, sentiu uma grande inquietação: quantos livros estavam disponibilizados ali? Curioso, perguntou ao jovem atendente a quantidade de livros que estavam no mostruário da loja, e prontamente o atendente respondeu "820 exemplares, divididos em cinco grandes áreas do conhecimento: administração, com 120 exemplares; contabilidade, com 300 exemplares, história, com 400 exemplares". Nesse momento, Marco Polo imaginou como seria evidenciar essa quantidade de livros utilizando o padrão da civilização egípcia no período de 2.000 a.C. Em complemento a tais informações, o atendente informou ainda que em período escolar, principalmente no início de cada semestre, este número aumenta em torno de 15% por área de conhecimento. Como Marco Polo está decidido a aprender sobre os registros contábeis nessa época, resolve ir além, pois para números com grandeza de centena (100), unidade de milhar (1.000), dezena de milhar (10.000), centena de milhar (100.000) e milhões (1.000.000) ele gostaria de criar uma simbologia que representasse o patrimônio da livraria, bem como a grandeza desses números.

Desta forma, Marco Polo solicita que você o ajude a construir esses símbolos e a contabilizar o total e as quantidades de livros expostos por área de conhecimento, nos dois períodos distintos do período escolar, de acordo com o sistema egípcio de contagem. Para desenvolver esta atividade, você deverá inicialmente conhecer sobre as primeiras formas que o homem utilizou para expressar seus bens, observando os modos de contagem utilizados pelas grandes civilizações da época, principalmente os egípcios.

Vamos resolver esse desafio!

Não pode faltar

Nesta seção discutiremos um pouco sobre a história da contabilidade. Buscaremos compreender o que se sucedeu ao longo dos períodos passados, para entendermos as razões do funcionamento dessa área do conhecimento atualmente, ou seja, neste momento a questão é: como surgiu a contabilidade e como era realizada pelos povos da antiguidade? Neste contexto, estaremos nos baseando em relatos, que nos darão pistas de como eram sistematizados os controles sobre aquilo que chamamos de patrimônio e as formas lógicas que foram sendo criadas ao longo dos períodos, de maneira que pudessem traduzir a estrutura dos bens do indivíduo em sua sociedade.

Esta seção será dividida em três etapas distintas, que consistirão em: conhecer a origem e o desenvolvimento das formas de controlar o patrimônio em uma era na qual não havia a escrita como conhecemos atualmente; conhecer as metodologias e consequentes teorias que estão por trás do pensamento contábil; e, por fim, compreender na essência os pilares que regem os princípios, postulados e convenções da contabilidade.

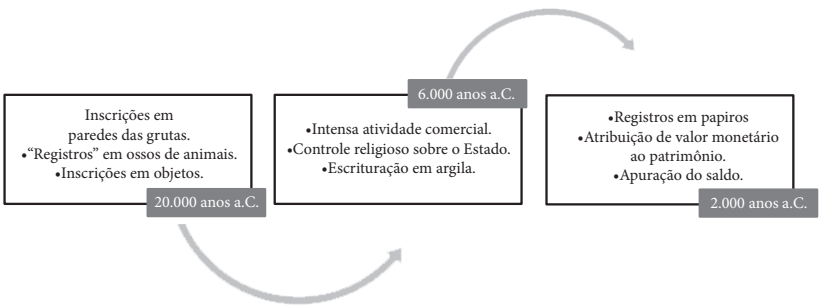
Uma questão que desperta muita curiosidade é: como eram feitas as contagens do patrimônio de uma família nos primórdios? Quando surgiram os primeiros relatos de controles patrimoniais do indivíduo? Como ocorreu a construção e a evolução do pensamento contábil ao longo dos períodos da história do ser humano?

Para tentarmos responder a essas e outras questões podemos considerar que, segundo Sá (2010), antes que o homem soubesse

escrever ou calcular, ele criou a forma mais primitiva de se expressar, que foi exatamente a artística, por meio da qual eram evidenciados seus feitos, bem como o que havia conseguido adquirir. Neste contexto, Sá (2010) ainda argumenta que a história da arte, da matemática, da escrita e da própria contabilidade possuem pontos de estudo em comum, pois os primeiros relatos originam-se de uma mesma fonte de observação sobre os eventos ocorridos em uma época em que não havia a escrita da forma como temos atualmente.

Assim, podemos considerar que essa fase mais primitiva da civilização, e consequentemente do conhecimento contábil, ocorre há cerca de 20.000 anos, mais precisamente no período Paleolítico Superior, em que já havia a indústria do instrumento como forma de inteligência desenvolvida pelo homem, fruto da relação de suas necessidades. Esse instrumento, por sua vez, tornava-se seu patrimônio.

Figura 1.1 | Período empírico da contabilidade



Fonte: adaptada de Sá (2010).

Este período mais empírico da contabilidade compreende a "Fase Primitiva", por volta de 20.000 a.C., sendo marcado predominantemente pela arte do homem em transcrever muitos dos eventos cotidianos na forma de desenhos e símbolos, para representar, sob o ponto de vista contábil, o que se possuía.

Para que você tenha uma ideia, imagine que estivesse para fazer o controle do seu patrimônio, mas precisasse utilizar os mesmos recursos que o homem primitivo possuía para registrar seus bens. Sá (2010) descreve que, imaginando uma "conta patrimonial" qualquer, ou seja, quaisquer tipos de bens, deveriam ser atribuídas a qualidade e a quantidade desses bens. Logo, a lógica de descrição seria conforme o Quadro 1.1:

Quadro 1.1 | Representação rudimentar do patrimônio

Conta Primitiva	
Qualidade (Desenho)	Quantidade (Riscos)

Fonte: adaptado de Sá (2010).

Com o estudo científico sobre a interpretação e os significados dos muitos desenhos artísticos encontrados em cavernas relacionados a esse período, verifica-se que na época o homem atribuía a qualidade (fazendo o desenho de seu bem patrimonial) ao mesmo tempo em que atribuía uma quantidade (número de riscos atrelados à qualidade). É importante compreender que na medida em que aumentava o patrimônio do indivíduo, mais complexos poderiam ficar os registros, por exemplo, fazendo com que o homem primitivo passasse a registrar apenas quantidade (riscos), quando alterava-se apenas a quantidade do bem, sem que houvesse o ingresso de outro tipo de bem patrimonial (qualidade).

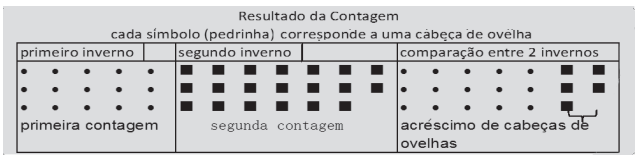
Vamos exemplificar para que você tenha ideia desse contexto.

Exemplificando

Vejamos o Quadro 1.2, em que há uma sequência de períodos cujo controle a ser feito é do número de ovelhas a cada inverno. Para tanto, utilizaremos a seguinte simbologia:

- Pedras pequenas (primeira contagem).
- Pedras grandes (segunda contagem).

Quadro 1.2 | Resultado da contagem



Fonte: Iudícibus et al. (2009, p. 5).

Vamos interpretar o resultado da contagem das ovelhas?

I. Ao terminar a contagem do primeiro inverno, constatou-se que havia um rebanho com 15 ovelhas. Para registrar as ovelhas, foi utilizada uma pedra pequena para cada uma. As 15 pedras pequenas foram guardadas em lugar seguro, pois representavam naquele instante o patrimônio.

II. Nos preparativos para a segunda contagem de inverno utilizou-se outras pedras para representar cada ovelha. Isto porque não se desejava alterar a primeira posição, quando se efetuou a contagem do primeiro inverno. Por isso, foram utilizadas pedras maiores, e, ao final, obteve-se 20 pedras grandes.

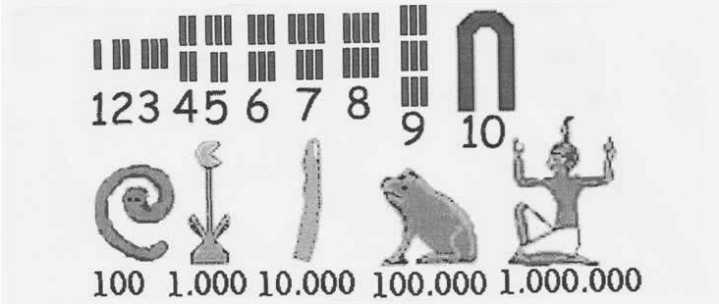
De posse desses dois momentos de contagem, feita por meio de simbologia, já havia elementos para efetuar a gestão do patrimônio, ou seja, o indivíduo apanhou as pedras pequenas da primeira contagem e alinhou cada uma com a contagem das pedras grandes. Neste caso, foi realizada uma confrontação do saldo anterior com o saldo atual, em que houve sobra de pedras grandes em relação às pedras pequenas, significando o aumento do rebanho em cinco cabeças.

A fase posterior à primitiva se caracteriza como "Fase Racional Mnemônica", cujo período se inicia há cerca de 6.000 a.C. e, segundo Sá (2010), notabiliza-se pela preocupação de sistematizar e organizar os métodos de informação. É nesse período que podemos verificar alguns fatos, como a forte atividade do comércio pelo mundo, ao mesmo tempo em que há um rígido controle religioso sobre o Estado, principalmente no que se refere à formação do patrimônio, para efeito de tributação.

É uma fase que marca a transição das inscrições em forma de arte para a utilização de técnicas mais sofisticadas para a época, no que se refere aos registros da riqueza patrimonial do indivíduo. Além disso, percebe-se um salto significativo no tocante à qualidade das informações que são geradas.

Por volta de 2.000 a.C., os egípcios apresentaram uma grande contribuição no que se refere aos registros do patrimônio, pois passaram a escriturar em papiros e de forma diária. O fato mais relevante dessa contribuição é que foram os primeiros povos a atribuir valor monetário para o registro e controle patrimonial.

Figura 1.2 | Sistema de numeração egípcia



Fonte: <http://monografias.brasilescola.uol.com.br/matematica/os-numeros-fracionarios-no-ensino-fundamental-historia-aplicacao.htm>. Acesso em: 5 dez. 2016.

Nesse período, o que podemos perceber é que dada a complexidade da sociedade em termos de população e o intenso comércio, entre outras características, para que fosse possível criar um sistema organizado no serviço público, o homem se viu na necessidade de "contar". A forma criada pelos egípcios foi uma combinação de símbolos e desenhos para representar grandezas numéricas, pois nesse período não havia o conhecimento sobre o número zero.

Reflita

Será que chegaríamos ao presente século com o mesmo desenvolvimento dos negócios sem os artefatos da contabilidade?

Passado o período mais empírico, a contabilidade entra numa fase na qual é denominada por Sá (1997) de "Período Lógico Racional". Nele, observamos que em razão da grande expansão do comércio como modelo de expansão dos países, houve necessidade de aperfeiçoar a forma de pensar a contabilidade como resposta a esta nova ordem que surgia nas sociedades.

Na Figura 1.3, podemos visualizar o que foi esse período na história da contabilidade.

Figura 1.3 | Fase lógico-racional da contabilidade

Fonte: adaptada de Sá (2010).

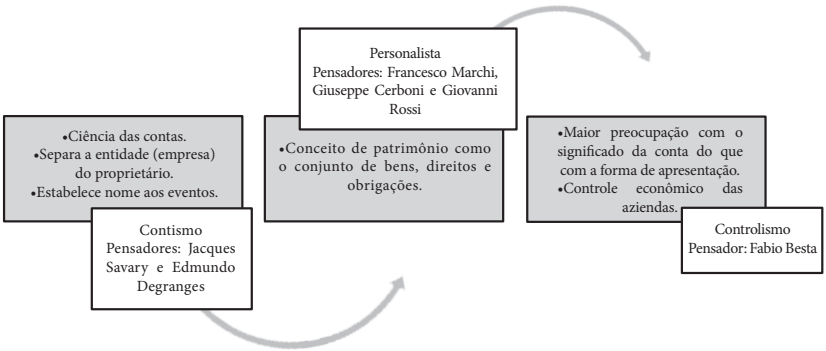
Esse período histórico da contabilidade é notabilizado pela influência da escola europeia, mais precisamente da escola italiana. Entretanto, cabe ressaltar que outros trabalhos científicos foram desenvolvidos no continente europeu, mas que, predominantemente, a escola italiana experimentava um período intenso de estudos voltados para a contabilidade.

Notadamente, esse caráter científico dado à contabilidade gerou diversas linhas de pensamento sobre o tema, e tais linhas de pensamento nada mais eram do que as formas como cada grupo de estudiosos entendia o fazer contabilidade, ou, ainda, o que seria importante evidenciar em termos de informações patrimoniais às partes interessadas.

Após o divisor de águas da contabilidade, ocorrido no século XV, entramos num período em que várias correntes de pensamento surgiram. Neste contexto, será importante conhecer algumas dessas correntes, pois estes movimentos são parte do que possuímos atualmente como pilares da contabilidade.

Para começarmos, acompanhe a Figura 1.4 sobre algumas das características das principais linhas de pensamento contábil.

Figura 1.4 | Linhas de pensamento contábil



Fonte: elaborada pelo autor.

É importante ter em mente que essas linhas de pensamento foram construídas ao longo dos séculos seguintes, até chegarmos ao início do século XX. Neste período, diversos autores expuseram suas contribuições para a construção do pensamento contábil, ou seja, o seu modo de observar o fenômeno patrimonial da entidade.

Agora, você poderia questionar: que diferença isso faz? Ao final, o ativo não deverá "bater" com o passivo? O que está por trás das diferentes maneiras de acompanhar a evolução patrimonial de uma entidade? Isto, de fato, é realmente relevante para o estudo da contabilidade?

Estudar essas linhas de pensamento faz sentido, pois nos ajuda a compreender a contabilidade que é praticada atualmente. Não devemos esquecer que a contabilidade evoluiu de acordo com as necessidades nas relações sociais e econômicas, e o que vemos atualmente é parte de um processo que foi construído no passado, refletindo exatamente as necessidades de acompanhamento do patrimônio.

Podemos perceber que uma das primeiras linhas a surgirem no pensamento contábil foi o "contismo". Trata-se de uma corrente que partia da premissa de que o patrimônio da entidade deveria estar dissociado (separado) do patrimônio de seu proprietário. Outro ponto característico desta corrente era que, basicamente, o modelo de contabilização restringia-se a:

Quadro 1.3 | Modelo de contabilização

Conta devedora	Bens e direitos da empresa
Conta devedora	Obrigação da empresa

Fonte: elaborado pelo autor.

Segundo Sá (1997), essa corrente de pensamento contábil obteve grande aceitação na França. Dois trabalhos ganharam destaque: os trabalhos de Jacques Savary e de Edmundo Degranges. O primeiro procurou elaborar um processo de partidas dobradas que se adaptasse às disposições das atividades da entidade, enquanto o segundo defendia a teoria das cinco contas, na qual enumerava os cinco principais efeitos que serviam de troca no comércio. Essas contas eram Mercadoria, Dinheiro, Efeito a receber, Efeito a pagar, Lucros e perdas. A partir dessa corrente de pensamento observam-se os primeiros passos da escola patrimonial.

Como contraponto à corrente "contista", temos a linha "personalista". Esta partia da premissa de que as contas deveriam ser abertas a pessoas físicas e jurídicas, e "o dever" e "o haver" representavam débitos e créditos. Conforme Iudicibus et al. (2009), por essa teoria o administrador seria responsável por toda a entidade, e as contas se distinguiriam em três grandes grupos: (1) contas do proprietário, aqui representadas pelo patrimônio líquido, receitas e despesas; (2) contas dos consignatários, representadas pelos bens da entidade; (3) contas dos correspondentes, representadas pelos direitos e obrigações.

A corrente do "controlismo", de acordo com Iudicibus et al. (2009), tratava-se de uma corrente doutrinária, que se pautava no estudo do controle econômico da azienda, e se preocupava mais em saber o significado das contas, bem como a sua verdadeira expressão em meio aos estudos contábeis, do que necessariamente com a sua forma de apresentação. Sá (1997) destaca que para os controlistas o foco está voltado para o controle econômico das funções. Estes controles dividiam-se em três funções: controle antecedente, controle concomitante e controle subsequente. É importante ressaltar que, nessa corrente, as demonstrações contábeis representavam uma forma de controle sobre o patrimônio e suas variações, permitindo constatar a geração de riqueza na entidade.

Concomitante à corrente do controlismo, verificamos o "aziendalismo", cuja característica, segundo Sá (2010), era o entendimento de que a empresa e a instituição seriam o objeto de estudo da contabilidade. Trata-se de um tipo de pensamento voltado totalmente para as questões econômicas. Ainda de acordo com autor, o conceito remete ao patrimônio em movimento, que está sob a ação administrativa de uma pessoa física ou jurídica. Desta forma, as aziendas classificam-se em: aziendas sociais (entidades sem fins lucrativos); aziendas econômico-sociais (entidades sociais que buscam prestar serviços, benefícios etc.); e aziendas econômicas (entidades que necessariamente visam ao lucro).

Não menos importante que as demais é a corrente "patrimonialista". Segundo Sá (2010), seus defensores reconhecem que o objeto de estudo é o patrimônio da entidade, enquanto riqueza que é gerida pela entidade com a finalidade de cumprir seu fim aziendal. Um dos pensadores expoentes dessa corrente, Vicenzo Masi, formula as primeiras ideias em 1923, estruturando este conceito em três vias, a saber: a estática patrimonial (observava a estrutura e o sistema da riqueza aziendal); a dinâmica patrimonial (as variações ocorridas na estrutura da riqueza); e o levantamento patrimonial (elemento básico que permitia possuir informações sobre as relações e os aspectos da riqueza, com um caráter mais científico).

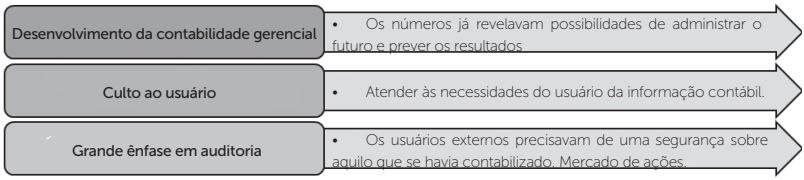
Por qual razão a corrente patrimonialista tornou-se importante para a escola estadunidense? E, posteriormente, como os Estados Unidos se tornaram uma importante escola no cenário mundial? Como resposta, imagine o ambiente de um país próspero, cujo cenário que se apresenta é o de grande fluxo de capitais para os Estados Unidos, principalmente pela construção das estradas de ferro, fruto de uma significativa expansão econômica desse país. Pense que nesse período o Governo dos Estados Unidos procura controlar o fluxo de informações financeiras. Ao mesmo tempo, cresce o número de grandes corporações de capital aberto, em que os proprietários não estão todos atuando nas respectivas empresas, mas que precisam tomar decisões que podem envolver a expansão da entidade para além de suas fronteiras.

Diante desse e de outros fatos, inicia-se na contabilidade um período em que há a necessidade de padronizar os procedimentos contábeis, em que surgem, por exemplo, entidades como a Associação

Estadunidense de Contabilistas Públicos (American Association of Public Accountants), em 1887, que, em 1894, adotou uma resolução recomendando que a ordem na apresentação no balanço obedecesse à importância de liquidez.

A Figura 1.5 descreve, em síntese, o foco da escola estadunidense:

Figura 1.5 | Características da escola estadunidense



Fonte: elaborada pelo autor.

Mas você deve estar se perguntando: e no Brasil, quando efetivamente podemos começar a falar em contabilidade? No país, a contabilidade é historicamente iniciada na época colonial, com a vinda da família real portuguesa, em 1808, com forte predominância, até meados da década de 1970, da escola italiana. Porém, na segunda metade da década de 1970 a contabilidade brasileira recebe a maior "injeção" de conhecimento e legalidade frente às forças políticas e empresariais, e promulga-se a Lei das S/A., que representou um marco nas relações entre empresas e acionistas. Posteriormente há a chegada das empresas de auditoria externa estrangeiras o mercado acionário crescia e demandava um policiamento austero sobre os demonstrativos contábeis, principalmente com as exigências de um órgão regulador – a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nesse momento a contabilidade brasileira ganha importância principalmente no tocante ao atendimento das normas e princípios contábeis geralmente aceitos. Com a recuperação da economia a partir dos anos 2000, o Brasil começou a ser visto como um país de oportunidades. Com o alinhamento de informações gerenciais e contábeis ao resto do mundo surge, em 2005, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Desenvolvido e formalizado a partir da união de esforços de diversos órgãos reguladores, caminhava lado a lado com a abertura da economia brasileira para o exterior. Sua origem teve como objetivo suprir as seguintes necessidades: I) convergência internacional das normas contábeis; II) centralização

na emissão das normas de natureza contábil; e III) representação e processos democráticos no desenvolvimento dessas informações.

Chegamos, assim, aos tempos atuais, em que a fundamentação e propagação da contabilidade internacional no Brasil é fato e que os contadores deste século terão que assumir uma nova postura frente aos conceitos de mensuração e registros dos relatórios financeiros. ,

Assimile

As mudanças nas formas do indivíduo controlar o seu patrimônio ao longo dos diferentes períodos da história da humanidade estiveram sempre atreladas às questões sociais e econômicas.

Pesquise mais

Este artigo apresenta a doutrina da contabilidade, as escolas importantes e abre a discussão para novos entendimentos sobre a ciência contábil, vale muito a leitura. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1135/1064>. Acesso em: 18 out. 2016.

Sem medo de errar

Você está lembrado da missão de Marco Polo? Ele precisa da sua ajuda para resolver a situação-problema desta seção. Nosso personagem necessita contabilizar os livros por área de conhecimento e deseja fazê-lo como os egípcios faziam há 2.000 anos a.C.

Para realizar essa atividade, sugerimos alguns passos:

1. Atribua aos números 100; 1.000; 10.000; 100.000 e 1.000.000 um símbolo que você entenda que deva representar essas grandezas. Verifique, por exemplo, que os egípcios até então não possuíam o conhecimento do número zero, atribuindo para o número 1.000.000.000 o desenho de um indivíduo em posição de reverência a algo. Você pode criar uma simbologia completamente diferente para representar esse número.

2. Ao atribuir as simbologias para os números descritos no passo 1, procure utilizar as simbologias dos números de 1 a 10, que constam na Figura 1.3, mais os símbolos que você criou para os números referentes

ao passo 1, para contabilizar os livros por área de conhecimento por meio dos símbolos, considerando o período não escolar.

3. Cumprido o passo 2, aumente em 15% o valor das quantidades de livros à mostra de cada área de conhecimento e repita a operação de contabilizar os livros, desta vez para o período escolar.

Atenção

Lembre-se de que esse inventário diz respeito apenas a quantidades. A dica é montar um quadro em que você possa inserir numa coluna a área de conhecimento, na coluna ao lado a quantidade e na terceira coluna a simbologia pelo sistema egípcio de numeração das coisas!

Avançando na prática

Correntes de pensamento contábil

Descrição da situação-problema

Ahmed era um jovem comerciante que vivia em uma cidade italiana. Em um determinado período, esse comerciante trabalhava os registros de sua contabilidade destacando os efeitos mais importantes das operações que representavam a sua rotina diária de dinheiro, valor a receber e a pagar, em alguns momentos estocar, e lucros. Posteriormente, Ahmed registra os fatos de sua contabilidade considerando a classificação das contas em: seus bens; os valores que tem a receber de seus clientes em razão das vendas, combinados com o pagamento aos seus fornecedores.

Ahmed sempre foi um curioso sobre o pensamento cientifico da contabilidade, mas em razão de seu trabalho não possui tempo para estudar. Sabendo que você é um exímio pesquisador da área das ciências contábeis, Ahmed o procurou para solicitar a você que identifique as diferentes correntes do pensamento contábil inseridas nesse contexto.

Resolução da situação-problema

Resposta:

Identificar as variáveis quanto às características e identificar a corrente o registro contábil:

Situação a) dinheiro, valor a receber e a pagar, em alguns momentos estocar, e lucros.

Pensamento: característica predominante na escola contista, pois dava ênfase às cinco principais contas para efeito de registro contábil.

Situação b) registra os fatos de sua contabilidade considerando a classificação das contas em: seus bens; os valores que tem a receber de seus clientes em razão das vendas, combinado com o pagamento aos seus fornecedores.

Pensamento: característica predominante na escola personalista, pois trabalha com a divisão de contas: consignatários (bens); correspondentes (valores a receber e a pagar); proprietário (patrimônio líquido, receitas e despesas).

Faça você mesmo

Um importante criador desenvolvia agropecuária de gado para corte. Todo o controle de estoques era feito por ele utilizando o sistema egípcio de numeração, mas não confiava tanto na contabilização no papiro. Resolveu que por enquanto faria a contabilidade de seu patrimônio à "moda antiga", ou seja, utilizaria as pedrinhas.

Considere que ele tentava desenvolver um controle que lhe desse, a qualquer momento, a real situação de seu rebanho, pois sempre que perguntado sobre o crescimento de seus bens, atrapalhava-se todo. Assim, esse criador de gado realizará a contabilização da quantidade dos animais antes de 1/12 (considerando que o estoque era de 30 cabeças) e em 31/12, utilizando para isso a técnica de controle das pedras pequenas e pedras grandes, um demonstrativo que reflita a real posição dos estoques em 31 de dezembro. Algumas informações importantes para a finalização de sua planilha ele obteve no livro de inventário:

1. 1/12 Comprou 20 animais ao custo de R$ 3.000,00.
2. 5/12 Vendeu 4 animais por R$ 4.500,00 cada.
3. 20/12 Vendeu 2 animais por R$ 4.500,00 cada.
4. 31/12 Vendeu 5 animais por R$ 4.500,00 cada.

Faça valer a pena

1. Segundo Almeida (2009), em uma importante passagem no livro da bíblia encontramos os primeiros indícios da preocupação do homem em controlar suas riquezas, mais precisamente no Livro de Jó, capítulo 1, versículo 3. Neste contexto, a forma de controlar sua riqueza era efetuada por desenhos, figuras e imagens.

Assinale a resposta CORRETA:

a) Utilizava-se este método, pois na época era muito trabalhoso e demorado representar seus bens no papel.

b) Utilizava-se este método, pois na época o homem dominava as artes de desenho e figuras.

c) Utilizava-se este método, pois na época o homem se comunicava por meio da simbologia.

d) Utilizava-se este método, pois na época não havia surgido ainda a escrita e a matemática.

e) Não se utilizava método algum. Apenas ordenhava seu rebanho.

2. Uma escrituração com qualidade é o fator primordial para a construção dos diversos artefatos que a contabilidade fornece ao usuário externo, por exemplo, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Na antiguidade, temos alguns exemplos desta escrita: os egípcios escrituravam em papiros, os escribas eram homens que registravam a movimentação da produção agrícola, os babilônicos registravam seus inventários em peças de argila. Diante destes métodos de escrita, muitos historiadores consideram esses registros como o surgimento _____.

Assinale a resposta CORRETA:

a) Da produção agrícola.

b) Da descoberta da argila.

c) Do controle do custo.

d) Do Livro Contábil.

e) Do método das partidas dobradas.

3. Não há registros que comprovem a invenção das partidas dobradas por Luca Pacioli. Entretanto, ele encontrou, divulgou e codificou a sistemática de débitos e créditos que se tornou uma das maiores contribuições para o desenvolvimento da contabilidade no mundo dos negócios. Este evento refere-se à escola _____.

Assinale a alternativa correta:

a) Internacional de contabilidade.

b) Italiana de contabilidade.

c) Estadunidense de contabilidade.

d) Escola de álgebra.

e) Escola de matemática

Seção 1.2

Objetivo e metodologia

Diálogo aberto

Olá, aluno. Tudo bem?

Vamos retomar as nossas discussões? Apenas para relembrar, na seção anterior você ajudou nosso personagem Marco Polo a resolver uma atividade de contabilização. Ele se encontrava em uma livraria e imaginou como seria contabilizar aqueles livros de acordo com o sistema numérico egípcio. Para desenvolver a referida atividade, você criou uma simbologia para os números de grandeza superior a decimal e utilizou o sistema de contagem egípcio para representar numericamente os livros, por área de conhecimento. Agora, nesta seção, teremos como objetivo compreender e aplicar os métodos contábeis nas análises dos fenômenos patrimoniais. Desta forma, preparamos a seguinte atividade:

Marco Polo está preocupado com a demanda de trabalho na empresa em que é funcionário. Ocorre que nosso personagem faz parte do programa de trainee na Lunch Alimentos, e atualmente está alocado na área de controladoria da empresa. A sua responsabilidade é a de explicar os fenômenos patrimoniais por meio de relatórios. Ao receber as demonstrações, tratou de calcular os primeiros índices, cujos resultados estão descritos no Quadro 1.4:

Quadro 1.4 | Resultado dos índices

Item	Lunch Alimentos	Mercado
Liquidez	1,01	1,75
Margem Líquida	7,49%	7,78%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	2,01%	1,43%
Giro do Ativo	1,75	2,45

Fonte: elaborado pelo autor.

Soma-se a isso o fato de que os equipamentos da Lunch possuem o valor contábil de R$ 120.000, mas já foram depreciados em 45%, trazendo até então muitos benefícios. O gestor da área confidenciou a Marco Polo que o desempenho da empresa foi péssimo, principalmente frente ao mercado como um todo. Segundo o argumento do gestor, a liquidez de toda empresa atuante nesse ramo, em média, é sempre acima de 2,20. Como o gestor entende que o desempenho é pífio, irá recomendar o corte drástico dos gastos da empresa. Marco Polo está preocupado e precisa reverter as convicções de seu gestor. Por isso, ele solicita que você identifique o axioma científico aplicável para as variáveis do texto e construa uma sequência lógica de raciocínio.

Para desenvolver essa atividade, você deverá compreender as características e a aplicabilidade das metodologias dedutiva e indutiva.

Não pode faltar

Nesta seção iremos discutir sobre os objetivos das metodologias da contabilidade. Dentro desses temas, abordaremos as questões éticas, comportamentais, macroeconômicas e sistêmicas, complementando as perspectivas para a ciência contábil.

Observe, na literatura, que a contabilidade apresenta como foco principal o estudo sobre a riqueza patrimonial de seus proprietários. Entretanto, Lunelli (2016) argumenta que o real objetivo da contabilidade deve ser satisfazer de forma plena a necessidade dos usuários, para que estes possam tomar decisões. Ainda, segundo o autor, uma forma de observar se realmente a contabilidade está atingindo o seu objetivo é verificar o nível de utilização das demonstrações contábeis por parte dos usuários, no que se refere à qualidade das informações que são prestadas nestes relatórios, por exemplo, se os analistas de investimentos conseguem extrair dados que lhes permitam aconselhar sobre compras de ativos (ações) da empresa, ou ainda se os acionistas minoritários conseguem levantar informações a partir dos relatórios que lhes permitam avaliar seu ativo de forma comparativa com outros ativos no mercado, entre outras.

Esta discussão é muito importante, pois até algum tempo atrás, diversas informações que hoje são amplamente divulgadas eram de difícil acesso, comprometendo, de certo modo, a transparência da

entidade para com as partes interessadas nas informações contidas nos relatórios contábeis. É claro que este processo de mudança na cultura das empresas, principalmente brasileiras, deveu-se, em partes, à questão da legislação, pois o nível de exigência quanto à política de transparência passou a ser elemento fundamental nas relações entre entidade e investidores, uma vez que o que estava em jogo era a questão do risco, e esta variável normalmente é um dos principais fatores que afugentam futuros investidores no mercado.

Fizemos essas considerações, pois a partir de tais situações será desencadeada uma série de ações, relacionadas às observações do fenômeno patrimonial, pelas quais iremos discutir de forma mais detalhada o campo das metodologias que são abordadas na ciência contábil. Você poderá constatar o olhar que é dado a determinadas situações corriqueiras na rotina contábil-empresarial, e que existe um sentido lógico a ser seguido, visando prestar informações e atender aos objetivos da contabilidade.

Vamos compreender os critérios de raciocínio que são empregados na ciência contábil para que se permita registrar os eventos decorrentes das ações nas entidades. Segundo Sá (2010), na conduta de raciocínios em contabilidade, devemos buscar critérios racionais e preferenciais, que possam traduzir com clareza a natureza da matéria que estamos estudando. Isto significa que os fatos que devemos observar na riqueza patrimonial das entidades devem refletir o que seria o "normal" ou "comum" dos acontecimentos naquele universo que estamos analisando. Desta forma, aprender a pensar é questão fundamental para o progresso do conhecimento e da compreensão das coisas (SÁ, 2010).

Seja qual for a análise do fenômeno observado, as ciências sempre partem de duas metodologias opostas: a primeira refere-se ao método de análise dedutivo; e a segunda, ao método de análise indutivo. Abordaremos ambas, começando pelo método dedutivo.

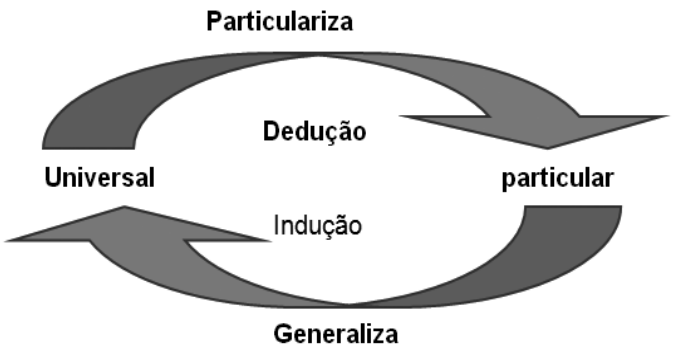
Hendriksen (2007) comenta que esse método, em contabilidade, consiste em iniciar com os objetivos e postulados e derivar deles princípios lógicos que proveriam as bases para as aplicações concretas. Segundo o autor, um dos problemas do método é que se qualquer premissa ou postulado for falso, todo o processo seguinte também será.

Reflita

Considerando as características de uma empresa de comércio eletrônico (loja virtual), poderíamos aplicar o método dedutivo?

Já na metodologia indutiva, procura-se obter conclusões ou leis gerais a partir de observações e mensurações parciais detalhadas. Na contabilidade, a aplicação da indução pode ser feita pela observação e análise de informações financeiras relativas às entidades e aos eventos. Na Figura 1.6 você pode entender os caminhos que seguem ambos os métodos.

Figura 1.6 | Caminhos dos métodos de dedução e indução



Fonte: elaborada pelo autor.

Vejamos, na prática, como funcionam esses métodos.

Quadro 1.5 | Exemplo de método dedutivo e indutivo

Dedutivo	*Indutivo*
Todas as empresas comerciais fazem inventário.	Todos os comércios que foram observados fizeram um inventário.
Ora, todo comércio é uma empresa comercial.	**Logo**, todos os comércios tinham um inventário.
Logo, todos os comércios fazem inventário.	
Campo de aplicação: a formulação de objetivos gerais e específicos dos relatórios contábeis.	**Campo de aplicação**: observação de análise das informações financeiras relativas às entidades.

Fonte: elaborado pelo autor.

Observe que o método dedutivo parte de uma situação que é comum a um universo maior de eventos, comportamentos etc., para uma situação mais específica, enquanto o método indutivo parte de uma situação mais específica (particular) e generaliza-se para todo o universo analisado!

Assimile

Ocorrendo um fenômeno patrimonial (mudança) que tenha relações constantes com outros em muitos lugares, em diversas ocasiões, sempre da mesma forma (lógica), a tendência é de podermos considerar que tal fenômeno ocorrerá para todos.

Um ponto a ser considerado é que, de acordo com Sá (2010), em contabilidade quando procuramos a verdade, ou seja, os fatos que queremos analisar (as demonstrações financeiras, por exemplo), o método a ser utilizado é aquele que melhor possa responder aos nossos questionamentos. Porém, nestes casos, recomenda-se a utilização do método de natureza indutiva fenomenológico.

Vamos conhecer as ramificações dos métodos indutivos? Comecemos então pelo método indutivo-axiomático. E já de início pode surgir uma dúvida: o que significa o termo "axiomático"? Vem da palavra axioma, cujo significado é: evidência cuja comprovação é dispensável por ser óbvia, ou seja, o princípio, o conceito é evidente por si próprio (AXIOMA [s.d.]). Em outras palavras, o método indutivo, de acordo com Sá (2010), utilizará como diretriz um paradigma de um axioma (evidência); para Hoog (2016), o método indutivo axiomático se referirá a uma verdade reconhecida, sem que se afaste da interpretação do fato em análise, no nosso caso os fenômenos patrimoniais, e ao explicar de forma concisa um conceito, um princípio ou uma regra, transforma essa mesma interpretação em teorema.

Seguindo essa linha de pensamento, a contabilidade, de acordo com Sá (2010), permite-nos inferir sobre essas verdades perante as relações lógicas que venham a ocorrer de maneira constante, e que, de certa forma, estruturam a essência dos eventos contábeis de uma entidade. O exemplo a seguir nos ajuda a compreender um pouco mais sobre esta colocação do autor, observe essa construção.

Exemplificando

Imagine que a satisfação da necessidade (lucro ou resultado, por exemplo) de um empresário seja o mais importante de todos os fatos que possam vir a ocorrer na empresa, pois é o que justifica todo o investimento que é realizado, fazendo o patrimônio existir. A empresa não geraria lucro ou resultado se o proprietário assim não o desejasse.

Se não houvesse esta necessidade, não haveria justificativa para a empresa existir, ou seja, por que investir se a satisfação do proprietário não é plena?

Para que essa necessidade seja anulada, é necessário que a empresa tenha eficácia.

Logo,

=> o investimento realizado pelo proprietário

=> formará o patrimônio da empresa

=> quando esse patrimônio for bem utilizado por quem tem a necessidade

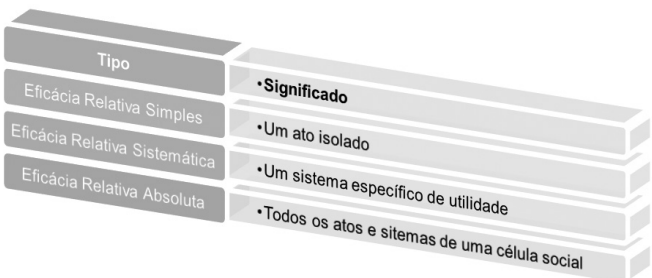
=> anula-se a necessidade

=> o que equivale a dizer que a empresa (patrimônio) é eficaz!

Obs.: É importante você saber que estamos realizando uma construção, para poder observar um fenômeno que pode ocorrer nas entidades (SÁ, 2010).

Nesse exemplo trabalhamos com as variáveis lucro e resultado, mas poderia também ser qualquer outro tipo de variável a observar. Vale lembrar que o processo de eficácia poderá ser atingido em três graus distintos, conforme você pode verificar na Figura 1.7.

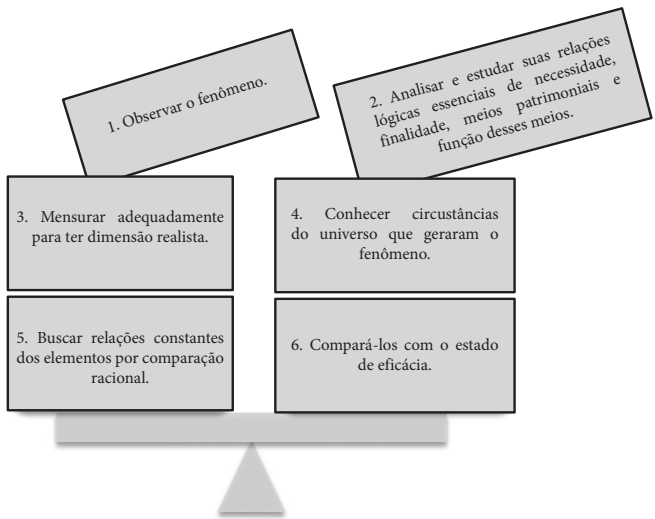
Figura 1.7 | Tipos de graus de eficácia



Fonte: adaptada de Hoog (2016).

Até agora você viu que o método indutivo é algo que parte de uma situação particular ou restritiva para uma situação de generalização a todos, e que para construir essa indução, necessitamos verificar a eficácia. Esta, por sua vez, possui três formas de ser alcançada. Para que possamos verificar a eficácia, necessariamente devemos seguir uma espécie de passo a passo, que Sá (2010) classifica como atitudes a serem realizadas para que possamos observar o fenômeno patrimonial. Vamos conhecê-las na Figura 1.8.

Figura 1.8 | Atitudes em relação ao fenômeno patrimonial



Fonte: adaptada de Sá (2010).

E como funcionaria o método indutivo quando precisamos lançar mão de comparações para poder validar um fenômeno? Nesse caso, precisaremos nos debruçar naquilo que chamamos de experimentação científica, o que nos leva a abordar o método indutivo e a experimentação na contabilidade.

Conforme argumenta Sá (2010), a aplicação de métodos experimentais incrementa as análises de um fenômeno patrimonial, pois tais acontecimentos podem sofrer variações dependendo das circunstâncias às quais estão submetidos. Por isso, fazer qualquer inferência em um cenário como este requer observar se os comportamentos das variáveis se alteram em razão de fatores ambientais, qualitativos ou quantitativos. Em outras palavras, em

momentos como esses é preciso analisar com critério todas e quaisquer amostras, principalmente se estas geram alto índice de variabilidade.

Em contabilidade, por exemplo, ao analisarmos as demonstrações contábeis, determinamos os indicadores que deverão fazer parte das análises e os dimensionamos, num primeiro momento, para verificar o desempenho da empresa. Como se trata de um trabalho de análise de desempenho, normalmente comparamos os dados da empresa-alvo com o desempenho das demais empresas do mesmo segmento no mercado, de mesmo porte etc. O objetivo destas ações é medir a performance da empresa, para que o gestor possa tomar decisões. Desta forma, é possível dizer que esse método propiciará mais subsídios ao observador, permitindo estabelecer generalidades quanto ao comportamento da empresa, ou seja, será um facilitador, pois poderá apresentar dados e informações que nem sempre estão tão visíveis aos olhos de quem avalia.

Exemplificando

Imagine que uma determinada rede do setor varejista no Brasil apresentou um índice de liquidez de 0,90. Isto significa dizer que para cada R$ 1,00 em dívida, a referida empresa possui apenas R$ 0,90 para pagar. Se levarmos ao pé da letra, essa empresa não consegue honrar os seus compromissos em sua totalidade.

Neste caso, não podemos nos apressar em inferir que todas as empresas do setor devem apresentar um valor semelhante, ou, ainda, que todas as empresas do setor irão falir, em razão deste único índice, porque tal afirmação poderá não corresponder à realidade.

É importante compreender que, antes de concluir qualquer análise, devemos no mínimo verificar o comportamento quanto ao desempenho das demais empresas, aplicando os mesmos critérios utilizados na empresa-alvo para as outras no mercado. Este fato traduz a essência do que é utilizar o método de experimentos científicos para tentar explicar um fenômeno patrimonial de uma entidade.

Por fim, chegamos agora ao método fenomenológico em contabilidade. Esse método, na verdade, está revolucionando a forma do pensamento contábil. Na Seção 1.3 falaremos um pouco mais sobre este fenômeno quando tratarmos sobre a estrutura conceitual da contabilidade.

O método diz respeito ao modo de raciocinar em que prevalece a "essência sobre a forma". Complicou um pouco? Então vamos entender efetivamente do que se trata. A palavra principal para este contexto é "realidade". Assim, para o estudo do fenômeno, a aparência assume um segundo plano e a contabilidade, à luz da verdade, assume a essência sobre a forma. Sá (2010) enuncia sobre essa realidade que "mesmo que um fato tenha documentação legal que bem o represente para fins contábeis, o que importa é o que este mesmo fato significa perante a eficácia, ou ainda, em razão da utilidade que presta."

Vamos exemplificar.

Exemplificando

O Drika Studio é um empreendimento de pequeno porte que presta serviços em soluções faciais. No fechamento da contabilidade da empresa, constatou-se que o saldo de contas a receber era de R$ 15.500,00. Ocorre que cerca de 40% dos clientes estão inadimplentes. Ao fechar a contabilidade da empresa, o contador expõe o saldo da conta e no relatório informa o saldo da conta corrigido (não foi feita a baixa por débito). As proprietárias da empresa imediatamente perguntam: "Como assim?".

O contador explica: a empresa possui um direito a receber, pois existe um documento legal (cheque) que lhe permite cobrar alguém em razão de um serviço prestado. Porém, 40% dos clientes não pagaram, logo, a empresa possui 60% recebidos efetivamente daquilo que foi vendido. O restante, que deveria ser recebido, não aconteceu ainda.

Ao fazermos uma análise mais científica, temos que, de acordo com Sá (2010), esta situação refere-se ao princípio normativo da prevalência da essência sobre a forma. Isto significa, em contabilidade, que não se permite nos trabalhos contábeis que a aparência (R$ 15.500,00) seja mais relevante que a realidade (inadimplência de 40%).

Agora que você conheceu as principais metodologias trabalhadas na contabilidade, deve ter em mente que todas as considerações abordadas em termos de objetivo e metodologias possuem impactos ou reflexos no tratamento e na transparência das informações contábeis, e devem ser considerados os aspectos importantes que validarão a relação entre a entidade e as partes interessadas.

Estas abordagens referem-se aos aspectos éticos, cuja discussão teórica estará no enfoque dos conceitos de justiça, verdade e equidade, que na prática você poderá observar, por exemplo, no critério de apuração do custo histórico que irá atender de forma plena a necessidade de informação ao usuário. Também há a abordagem comportamental, que transita pelas áreas da psicologia, sociologia e economia, que considera a relevância da informação destinada ao usuário tomador de decisão, pautada no julgamento subjetivo do que seria um bom ou mau comportamento.

Deve ser considerada a questão macroeconômica, em que se explica que a informação pode transcender os limites da entidade, contextualizando, por exemplo, o cenário inflacionário, e tal informação impacta a decisão de investimento. Além disso, a informação contábil deve considerar o aspecto sociológico, uma vez que as finalidades sociais devem ser contempladas de maneira mais abrangente, bem como o aspecto sistêmico, pois envolve o processo de participação do usuário, permitindo interpretar a informação adequadamente.

Este posicionamento permitiu que o Brasil evoluísse significativamente na última década, em que foi possível também informatizar o fluxo de dados, aumentando a procura de jovens estudantes por essa área do conhecimento. Para que você tenha ideia, as perspectivas de mercado de trabalho abriram-se muito para a profissão contábil, trazendo consigo o desafio de estabelecer um alto grau de qualificação dos profissionais em diversas áreas corporativa das entidades.

Pesquise mais

O presente artigo trata do método científico aplicado à perícia contábil. Nele você poderá verificar a aplicabilidade dos métodos nesta área. Disponível em: <https://goo.gl/8rf98s>. Acesso em: 20 nov. 2016.

Sem medo de errar

Marco Polo está com a incumbência de analisar o desempenho da empresa. Porém, ele necessita elaborar uma construção lógica, utilizando-se dos métodos dedutivo e indutivo. Nossa situação-problema encontra-se no tópico *Diálogo aberto*.

Deixaremos algumas indicações para sua resolução:

Passo 1: identifique as variáveis que deverão ser analisadas.

Passo 2: faça um teste aplicando o axioma sobre os fenômenos patrimoniais que serão analisados.

Passo 3: elabore uma construção lógica dos fenômenos patrimoniais.

Passo 4: elabore um comentário (fundamentado) sobre o desempenho da empresa.

Atenção

Lembre-se de que, como comentado anteriormente, Juarez cumpre apenas a legislação fiscal, assim, a apuração do Custo da Mercadoria Vendida (CMV) é realizada pela média ponderável móvel. Além disso, ele é partidário de observar os eventos patrimoniais pelo método fenomenológico e sempre faz prevalecer a essência sobre a forma.

Avançando na prática

Politac Papelaria Ltda.

Descrição da situação-problema

Adilson é um jovem *controller* na Politac Papelaria, empresa do ramo comercial de papelaria. Em um determinado período, a empresa adquiriu o equivalente a R$ 34.200,00 em mercadorias, e, ao se corrigir o valor de seu estoque, constatou-se que ele está atualmente avaliado em R$ 40.000,00. Ainda com pouca experiência no ramo, Adilson encontra-se diante de um dilema no que se refere ao lançamento dos eventos contábeis envolvendo o estoque.

Em uma situação não corriqueira, o seu estoque foi avaliado atualmente por um valor superior em relação ao preço de aquisição, ou seja, sem que tivesse exercido a sua atividade fim, que é o comércio, ele já obteve um ganho de valor em um de seus bens patrimoniais. Considerando os diferentes métodos científicos de contabilidade, Adilson solicita que você o ajude a identificar o axioma que melhor

corresponda a esta construção lógica do fenômeno patrimonial e, ao mesmo tempo, indique para Adilson qual o valor que deverá ser considerado do estoque para efeito de registro contábil.

Resolução da situação-problema

1º Passo: fenômeno observado

Estoque.

2º Passo: analisar e estudar suas relações lógicas essenciais de necessidade, finalidade, meios patrimoniais e função desses meios

Analisar o porquê do valor de aquisição inferior ao valor atual em razão de atualização dos valores, uma vez que o princípio contábil do custo como base de valor determina que assim seja realizado.

3º Passo: mensuração

Valor de aquisição: R$ 34.200,00.

Valor atual: R$ 40.000,00.

4º Passo: circunstâncias

A empresa possui mercadorias em estoque, que em razão da aplicabilidade do método de avaliação apresenta valor atual superior ao valor de aquisição. Como a informação contábil deve refletir a realidade patrimonial da entidade (essência sobre a forma), o axioma aqui identificado é o método indutivo fenomenológico.

Logo, o valor substituir por: considerado considerado do estoque para efeito de registro contábil para efeito de registro contábil deverá ser de R$ 40.000,00.

Faça valer a pena

1. Marion (2010b, p. 19) define: "O objetivo da Contabilidade pode ser estabelecido como o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade".

A expressão "informação estruturada" significa que a contabilidade fornece por meio do plano e manual de contas:

a) Informações de forma aleatória.

b) Informações a qualquer momento.

c) Informações somente quando solicitadas.

d) Informações dentro de um planejamento contábil.

e) Informações a apenas um usuário.

2. As diversas abordagens da contabilidade dizem respeito à relação entre o usuário e a informação contábil. Cada abordagem sugere um tratamento na divulgação das informações, nos procedimentos contábeis e nos relatórios emanados pela contabilidade.

A abordagem que mais se aproxima da necessidade do usuário da contabilidade é:

a) Abordagem sociológica.

b) Abordagem sistêmica.

c) Abordagem ética.

d) Abordagem comportamental.

e) Abordagem macroeconômica.

3. No Brasil, a contabilidade evoluiu muito nos últimos 10 anos. Podemos dizer que ela tem hoje uma nova roupagem. Entretanto, para que isso perdure e possa evoluir ainda mais, o país precisará, principalmente, de:

I. Apoio das entidades de classe dos contadores no tocante à pesquisa de princípios contábeis.

II. Especialização dos técnicos em contabilidade.

III. Maior apoio no campo de pesquisa, pois a baixa remuneração, principalmente de professores, tem distanciado estes profissionais da dedicação integral à pesquisa contábil.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas a afirmativa II está correta.

b) As afirmativas I e II estão corretas.

c) As afirmativas I, II e III estão corretas.

d) Apenas a afirmativa I está correta.

e) As afirmativas I e III estão corretas.

Seção 1.3

Princípios, postulados e convenções

Diálogo aberto

Olá, caro estudante!

Na seção anterior enfatizamos as metodologias utilizadas na ciência contábil para estudar os fenômenos patrimoniais de uma entidade. Você teve a oportunidade de conhecer o método dedutivo e o método indutivo (com suas variantes axiomáticas) e pôde perceber como foi importante entender as construções que são realizadas, para que as informações contábeis tenham um sentido lógico e consistente.

Teremos então como objetivo principal nesta seção compreender como a base de princípios fundamentais que envolvem a contabilidade sustenta os diversos artefatos que ela produz. Para tanto, propomos a você a seguinte atividade: Lucas, atualmente desempenha a função de Controller em uma empresa média de calçados. Comentou certa vez a Marco Polo que financeiramente era muito bem remunerado e que tinha amplos poderes nas decisões da empresa. Entretanto, estava se deparando com uma situação muito delicada, tendo em vista o comportamento do proprietário da empresa. Embora o proprietário seja um excelente empreendedor, ágil em finanças e muito expert em marketing paga todas as contas pessoais utilizando os recursos da empresa. Conhecedor dos princípios norteadores da contabilidade, Lucas precisava convencer o proprietário da empresa que não deveria agir daquela maneira, pois estava descapitalizando a organização e, mais que isso, a contabilidade da empresa deveria respeitar os princípios contábeis. O proprietário sempre utilizou o argumento: "Não importa o que os outros pensem ou achem, o que importa é que sempre procedi desta maneira e isso me garantiu ao longo destes anos o meu patrimônio".

Marco Polo sensibilizou-se com o problema do amigo e sugeriu: por que não preparar uma aula, mostrando o porquê de realizar a contabilidade respeitando os princípios que a regem? Lucas topou

a ideia, e Marco Polo mais uma vez convida você para participar desta empreitada! Desta forma, a referida aula a ser ministrada a esse proprietário nas dependências da empresa deverá conter uma apresentação com 10 slides, em que você organizará os seguintes temas: princípios norteadores, seus significados, a construção da ideia do princípio e como analisar os eventos patrimoniais que estão ocorrendo na empresa. Para executar esta atividade, você deverá conhecer os conceitos sobre os postulados e aplicar a questão fenomenológica aos princípios e convenções da contabilidade.

Preparado? Então mãos à obra!

Não pode faltar

Na seção anterior vimos em objetivos e as metodologias da contabilidade, as discussões sobre as abordagens ética, comportamental, macroeconômica, sociológica e sistêmica. No campo metodológico. Você teve a oportunidade de aplicar os preceitos dos métodos dedutivos e indutivos influenciando nas ações da contabilidade, bem como na revelação dos fatos patrimoniais e no que está a eles atrelado.

Agora, nesta seção, discutiremos os princípios fundamentais da contabilidade, além do entendimento desta estrutura, que é requisito mínimo para quem realmente pretende argumentar sobre a qualidade da informação contábil. Um termo muito utilizado na ciência contábil refere-se à palavra "alicerce", que por sua vez remete a "apoio", "fundação", "base" e "embasamento".

Neste contexto, Iudícibus et al. (2009) enfatiza ainda mais a sua importância, pois, ainda que não apareça, o alicerce é a parte principal de uma construção. Mesmo que as paredes ou os telhados sofram mudanças, não afetam a estrutura do prédio. Então, você deve estar se perguntando: "qual a relação desse conceito com a contabilidade? Por que ainda estamos considerando conceitos da engenharia para entendermos a base conceitual das ciências contábeis?".

Como resposta, podemos considerar que, de forma análoga, estão intimamente ligados. As construções de relatórios contábeis obedecem à concepção das teorias desenvolvidas ao longo dos anos. Entre elas, dois postulados:

1. Postulado da entidade contábil.

2. Postulado da continuidade.

Antes de prosseguirmos, é conveniente entendermos o que são os chamados postulados: tudo que se refere a uma verdade absoluta (lembra-se da aula anterior?) que não esteja sujeita à verificação, ou seja, são crenças com aceitação geral, sem nenhum questionamento. Para a contabilidade, este conceito relaciona-se ao âmbito do cenário econômico, político e social.

Em linhas gerais, você pode considerar que, quando falamos sobre os postulados, estamos admitindo que sobre determinada matéria, assunto ou outro elemento não cabe discussão, pois aceitamos aquele fato como verdade absoluta, sem contestação. No contexto das verdades na contabilidade podemos citar o **postulado da entidade**. Vejamos as origens que se deram sobre esta discussão, tudo bem?

Então, este postulado nasce em função justamente da corrente de pensamento contista, ou seja, no início da fase de sistematização da contabilidade os pensadores já expressavam a preocupação: "o que é da empresa, fica para a empresa"; o que é do dono fica para ele. Num primeiro momento parece muito tranquilo fazer esta dissociação.

Na essência, esse postulado traz a figura da azienda ou, como melhor definido por Sá (2010), célula social. Lembra-se de quando a estudamos na Seção 1.2? Mas quando efetivamente surgiu no Brasil? Essa questão ganhou força com Fabio Besta, o precursor do conceito de "controle econômico das aziendas". Juntamente a isto, a teoria do lucro foi fator primordial para efetivamente eleger a personalidade jurídica da empresa.

Em primeiro lugar, ela está vinculada a alguma unidade econômica. Assim, uma entidade contábil poder ser um indivíduo, uma sociedade ou um grupo empresarial. Pode ser, ainda, considerando uma abordagem mais analítica, um setor da entidade, uma divisão, um departamento. Em qualquer um dos casos, podemos considerar como unidade econômica aquela que tem responsabilidade por tarefas e controla recursos.

Para Hendriksen (2007), a opção pela entidade contábil adequada deve ser analisada caso a caso, pois dependerá necessariamente do que se objetiva demonstrar e quais os interesses das partes interessadas

na informação contábil. Resumidamente, podemos afirmar que uma entidade contábil surge sempre que há a necessidade de fazer contabilidade, sendo esta entidade pessoa física ou jurídica.

É este postulado que estabelece a separação entre o patrimônio dos proprietários e o patrimônio da empresa. Em outras palavras, poderíamos dizer que, pela definição de entidade contábil, os bens dos sócios não se misturam com os bens da empresa e vice-versa. Marion (2009) argumenta que, no postulado da entidade, a contabilidade será mantida pela entidade que possua uma atividade econômica como meio ou fim.

Por isso, o patrimônio desta unidade jamais poderá se misturar com o patrimônio dos proprietários, sócios ou acionistas. Podemos entender que a contabilidade sempre deverá medir esforços para separar custos e despesas, ativos e passivos, separando assim a parte que cabe aos sócios e estabelecendo para a empresa a sua autonomia patrimonial frente aos interesses pessoais dos sócios, tudo bem?

Então, uma vez abordada a ideia do postulado da entidade, passemos agora para o segundo alicerce de sustentação da teoria da contabilidade, ou seja, o **postulado da continuidade**. Por trás deste postulado, podemos dizer que há dois conceitos que podem justificar a continuidade da empresa.

O primeiro é o fenômeno patrimonial, entendido como tudo que a empresa venha a agregar para si, com o intuito de cumprir a sua função social e alcançar seus objetivos, pois por meio deste fenômeno manifesta-se a essência da riqueza aziendal. O lucro é a essência da existência das empresas. O segundo é o conceito de eficácia, pois a cada fenômeno patrimonial eficaz obtém-se mais chances de sobrevivência no mercado.

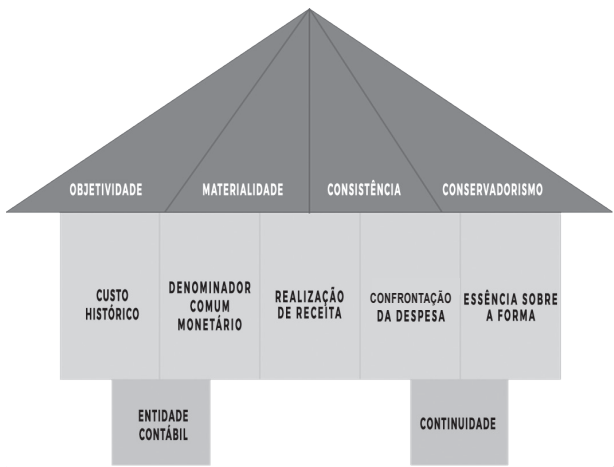
A palavra "continuidade" no ambiente contábil do mundo dos negócios refere-se ao tempo de vida da empresa enquanto geradora de lucros e agregadora de valores ao seu patrimônio. Neste sentido, as entidades são consideradas como empreendimentos em andamento. Este conceito só é abandonado quando existir forte evidência da descontinuidade da empresa, por exemplo, a apresentação de prejuízos constantes com o passar dos anos.

O status de continuidade para empresas está em boa parte atrelado à obediência ao postulado da entidade. O que você imagina que poderia acontecer se o proprietário usasse os recursos da empresa em seu benefício próprio? Ou estabelecesse preços e vantagens em negociações que certamente sacrificariam todo o ciclo financeiro e operacional da empresa?

Neste sentido, Iudicibus et al. (2009), em relação aos postulados, argumenta que de forma combinada a contabilidade se mantém para as organizações de maneira distinta das pessoas físicas (sócios), pressupondo que continuarão as atividades por prazo indeterminado.

Marion (2009) apresenta oportunamente a ilustração de uma estrutura conceitual básica da contabilidade propondo um edifício contábil.

Figura 1.9 | O edifício contábil



Fonte: Marion e Procópio (1998, p. 25).

Como se pode perceber, a estrutura da Figura 1.9 reflete a importância dos postulados da entidade e da continuidade. Estes dois alicerces representam a base de toda a estrutura da teoria da contabilidade. As paredes representam os princípios de contabilidade e os telhados, as convenções contábeis. Começamos, a partir de agora, a discutir os princípios da contabilidade.

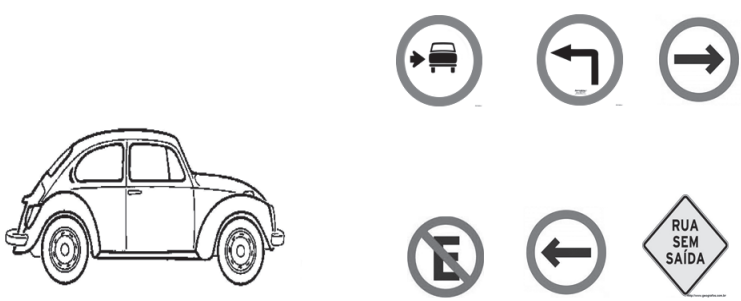
Mas, afinal, o que são princípios? Hendrisken (2007) apresenta que a expressão princípios de contabilidade é completamente apropriada, pois se relaciona aos primeiros ensinamentos básicos da contabilidade, cronologicamente os primeiros em termos de dificuldade na aprendizagem.

Saiba que os princípios fundamentais da contabilidade são o elo para se chegar aos seus objetivos. E você recorda qual é a definição dos objetivos da contabilidade? Basicamente, trata da informação ao usuário externo e interno.

Iudícibus e Marion (2002) citam um exemplo clássico a respeito do perfeito relacionamento e entendimento sobre objetivo da contabilidade x princípios:

> **Os princípios são como as grandes placas de direção e atenção de uma rodovia moderna. O objetivo é o lugar ou cidade onde pretendemos chegar. Eventualmente, mas com muito maior possibilidade de erro, poderíamos chegar quase sem sinalização. Os Princípios Fundamentais, na Contabilidade, exercem mesma função. São guias de direção que devidamente observados, vão nos levar aos objetivos desejados, sem grandes problemas, sem desvio de rota, sem entrar em variante ou rodovia errada. (IUDÍCIBUS; MARION, 2002, p. 89)**

Figura 1.10 | Representação dos princípios contábeis



Fonte: elaborada pelo autor.

Comecemos então a descobrir quais as propriedades que embasam a parede do edifício contábil, anteriormente representado. Temos cinco princípios fundamentais apresentados como estrutura na Figura 1.9:

1. Custo original como base de valor.

2. Denominador comum monetário.

3. Realização da receita e da confrontação com as despesas (competência).

4. Essência sobre a forma.

Começaremos pelo o mais antigo e mais polêmico entre os praticantes de contabilidade: o **princípio do custo original como base de valor**. Do que exatamente trata esse princípio? Ele diz respeito aos registros de ativos. De acordo com esses princípios, os ativos devem ser incorporados pelo preço pago na compra ou na sua fabricação. Você deve estar se perguntando: "mas como dar tratamento aos gastos de instalação?". O gasto adicional para colocar uma máquina em funcionamento, por exemplo, deve ser incorporado ao ativo? Deverá também ser a base para atualizações posteriores? Há mais atualizações a serem feitas no futuro? A resposta é sim, a exemplo das depreciações, amortizações e cálculo da cota de exaustão, que procuram evidenciar o valor real dos bens naquele momento.

Assimile

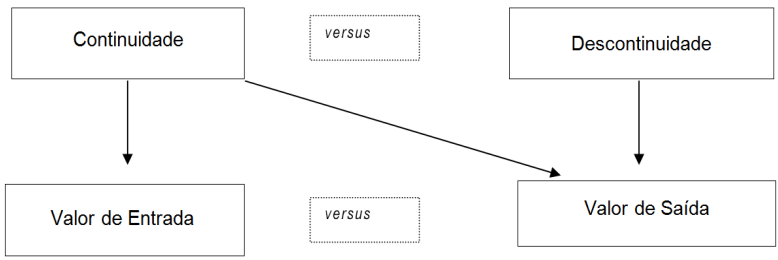
Estas avaliações servem como base para as contabilizações futuras em que é permitido: amortizar, depreciar e estabelecer cotas de exaustão para os ativos, em que se reduz o valor em função do tempo e desgaste do bem.

Como podemos perceber, esse princípio mostra-se como uma sequência natural do postulado da continuidade, pois há a preocupação em apresentar valores que reflitam o real estado físico quantificado por meio do preço dos ativos e levem em consideração que a empresa deva ser compreendida como empreendimento em andamento, até forte evidência em contrário. Outro atributo muito interessante na avaliação de ativos por meio desse princípio diz respeito ao futuro da empresa.

Por exemplo, se a empresa apresentar indícios de descontinuidade, a base de valor dos ativos pelo valor das entradas perde sentido. A descontinuidade certamente levará a empresa a se desfazer de seus ativos e, neste instante, a base para avaliação dos bens com certeza levará a valores de saídas.

De modo muito simplificado e eficiente, a Figura 1.11 demonstra esta relação:

Figura 1.11 | Representação do princípio da continuidade



Fonte: Iudicibus et al. (2009, p. 44).

O segundo princípio de que trataremos diz respeito à homogeneização que a contabilidade efetua na composição patrimonial de bens, direitos e obrigações de várias naturezas. A propósito, você sabe o que é homogeneização? Diz respeito a uma composição ou estrutura uniforme. Por isso, trata da uniformidade. Mas como se consegue essa homogeneização? Por meio de mensuração monetária, traduzindo todos os elementos patrimoniais em moeda corrente do país.

O **princípio do denominador comum monetário** expressa a natureza essencialmente financeira da contabilidade. Ela transpõe as barreiras do conservadorismo, pois reconhece nos registros contábeis a alteração do poder aquisitivo da moeda nacional.

Você poderá verificar que uma das contribuições trazidas por este princípio para a evolução da contabilidade foi o fato de reconhecer o conceito do valor presente. Para algumas transações, cujos valores são prefixados, a relação de considerar o valor do dinheiro no tempo exigiu da classe contábil que suas práticas fossem revistas e o reconhecimento da existência do efeito inflacionário embutido no preço do produto.

Este procedimento traz para a contabilidade um aspecto extremamente positivo sob o ponto de vista do usuário da informação contábil, pois apresenta para este, um balanço final com preços corrigidos, o que aumenta o poder de comparabilidade entre os exercícios. Assim, indicadores de evolução, como capital circulante líquido, prazo médio de pagamento e recebimento, entre outros, estarão sempre mais próximos da realidade.

Desta forma, o princípio do denominador comum monetário ameniza, na contabilidade, os efeitos das oscilações no poder aquisitivo da moeda nacional.

Atenção

Os valores corrigidos nos balanços não implicam necessariamente desembolsos ou resgates pelos valores corrigidos. Isto somente ocorrerá se houver cláusula expressa em contrato.

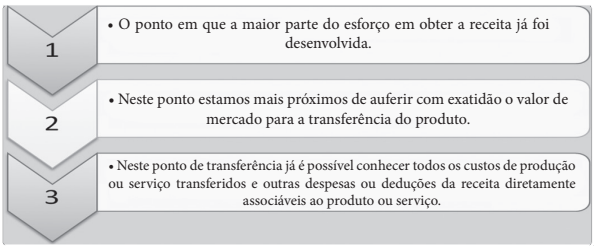
O conceito de valor presente foi introduzido na contabilidade brasileira a partir da Lei 11.638/2007, em seu artigo 183, e traz em seu enunciado: "as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo". No inciso I "a" e "b" – pelo valor de mercado ou valor equivalente, e pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão atualizado ou ajustado ao valor provável de realização.

Agora que já entendemos como é importante ter na contabilidade uma informação com padrão de moeda estável, iniciaremos nossa discussão sobre o princípio da realização da receita e da confrontação da despesa. Você acredita que seja possível obter receitas sem a ocorrência de despesas? Receitas e despesas estão intimamente ligadas? Em que momento a contabilidade apropria as receitas? Há como identificar o exato momento de reconhecimento das despesas que serviram como esforço para obter determinada receita?

Toda esta discussão tem início na necessidade de determinar o momento do reconhecimento da receita. **O princípio da receita e da confrontação da despesa** considera como momento de reconhecimento aquele em que os produtos ou serviços são

transferidos ao cliente. Iudicibus et al. (2009) elenca três condições importantes para a escolha da melhor forma para reconhecer o ponto de transferência:

Figura 1.12 | Condições para a escolha do ponto de referência



Fonte: adaptada de Iudicibus et al. (2009).

Essas condições podem ocorrer antes ou após o momento de transferência. Como exemplo, podemos citar os serviços contratados por hora de trabalho realizado. À medida em que o tempo transcorre, tem-se a acumulação da receita. Entretanto, a relação dos serviços executados pode ainda estar muito aquém do tempo transcorrido.

Neste caso, a prática de escolher o tempo decorrido como mensuração da receita pode não ser a forma mais apropriada para a mensuração do serviço realizado. Iudicibus afirma que a contabilidade tem preferido (desde que não existam fatores muitos fortes ao contrário) a linearidade dos comportamentos de receitas e despesas, tudo bem?

Agora, no tocante aos princípios, tem-se discutido muito o princípio da essência sobre a forma, principalmente com o advento das normas internacionais introduzidas por meio da lei 11.638/07, que muito tem levado pesquisadores a refletirem sobre a harmonia deste princípio com os demais que regem a contabilidade.

Iudícibus (1997) argumenta se tratar de algo relevante para que haja mais qualidade das informações prestadas, propondo até o status de postulado em razão da importância que este fato ganha nos dias atuais quanto ao atendimento da informação ao usuário (parte interessada) da informação contábil.

Vamos exemplificar estas situações dos princípios, ok?

Exemplificando

Alguns exemplos referentes à espacialidade do rédito.

Contabilizando as receitas com atividade de serviços: Imagine uma empresa de consultoria, cujas bases do contrato são estabelecidas por hora-técnica. Para este trabalho, foram provisionadas 650 horas em contrato, a estimativa é que os trabalhos se encerrem em aproximadamente quatro meses.

Como contabilizar?

Para a contabilização, de acordo com Iudícibus (2009), as receitas para este caso deverão ser apropriadas na medida em que vão se cumprindo a quantidade de horas estabelecidas em contrato em uma base contínua de tempo.

Vale observar que em determinadas situações, o contrato global pode superar o período de um mês, por isso o reconhecimento pode ser realizado de forma proporcional.

Reflita

A essência sobre a forma poderia ser um contraponto ao princípio do registro pelo valor original?

Para fecharmos esta discussão do edifício contábil, temos as convenções contábeis. Para Iudícibus (2015), as convenções contábeis de certa forma delimitam ou qualificam as ações que o profissional da área contábil deve ter em face da amplitude que os postulados e princípios proporcionam para a ciência contábil.

Hendriksen (2007) entende se tratar de restrições do usuário e de mensuração da contabilidade, ou seja, as convenções funcionam como um freio ao livre uso dos princípios. Ainda segundo o autor, tais convenções se referem: à objetividade, à consistência, à materialidade e ao conservadorismo. O Quadro 1.6 apresenta as características gerais de cada uma:

Quadro 1.6 | Características das convenções contábeis

Convenção	Característica	Na prática
Objetividade	Instrumentalização das evidências contábeis por meio de documentos que possibilitem o registro e a avaliação	Na ausência de documentos que venham a evidenciar um fenômeno patrimonial, cabe ao contador buscar tais evidências por meio, por exemplo, de perícias.
Consistência	Uniformização e sistematização da prática do critério contábil adotado.	A adoção de um sistema de avaliação de estoques deve reduzir ao máximo a variabilidade dos resultados apurados, ou seja, deve refletir o valor mais próximo da realidade da empresa.
Materialidade	Definição dos fatos realmente relevantes para registro contábil, observando os aspectos legais.	Muitas vezes a busca por apurar, por exemplo, materiais que possuam baixa representatividade no contexto patrimonial não deve ter o mesmo peso ou prioridade como a avaliação de materiais ligados à produção.
Conservadorismo	Adoção da precaução como forma de não influenciar ou induzir o usuário da informação contábil ao erro por conta de uma informação incompleta ou inconsistente.	No caso de operações em que haverá iminente prejuízo, cabe ao contador antecipá-lo nas demonstrações, pois isto possibilitará o usuário a tomar decisões que venham a minimizar os impactos do prejuízo.

Fonte: adaptado Iudícibus (2015).

Vale ressaltar que recentemente passou a vigorar o novo entendimento para estes aspectos norteadores da contabilidade. Por força da resolução 1.282/2010 e da NBC TG (Estrutura Conceitual aplicada ao setor privado) e NBC TSP EC (aplicada ao setor público), revogou a resolução 750/93 que regia os trabalhos da contabilidade. O que antes era Princípios Fundamentais da Contabilidade, passou a ser considerado como "Princípios de Contabilidade"

Neste momento, você pode estar se questionando: se revogou, logo os princípios, convenções e postulados deixaram de existir?

A resposta é não! Pois, com o advento destas normatizações, enquanto a resolução750/93 estava amplamente estruturada em torno dos princípios fundamentais da contabilidade, com o novo entendimento, a Estrutura Conceitual está estruturada em capítulos.

Você poderá perceber que, ao observar que na Estrutura Conceitual, as questão dos princípios, postulados e convenções estão intrínsecos, ou seja, são partes componentes das discussões, quanto ao objetivo (OB), das características qualitativas (QC).

Assim, ao revogar a resolução, as bases conceituais e norteadoras permanecem diluídas ao longo dos capítulos, certo?

Pesquise mais

1. O presente artigo trata a do princípio sobre a essência fazendo um destaque de sua importância para a informação contábil. Disponível em:<http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_05.pdf> Acesso em: 4 jan. 2017.

2. O presente artigo trata do tema dos postulados contábeis fazendo uma reflexão sobre a base conceitual e a estrutura hierárquica. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/viewFile/2175-8069.2010v7n14p137/20011> Acesso em: 4 jan. 2017.

3. O presente material se refere ao CPC 00, Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf> Acesso em 04/09/2018.

Sem medo de errar

Bem, é chegado o momento de você solucionar a atividade proposta para esta seção. Lembre-se de que se refere a um caso em que há um conflito de interesse na relação do proprietário (pessoa física) com a entidade (pessoa jurídica). Para tentar resolvê-lo, você deverá preparar uma aula contendo dez slides, com o objetivo de apresentar ao solicitante a construção do pensamento contábil e a observância de seus postulados, princípios e convenções. Os detalhes sobre o que deve ser feito encontram-se no tópico *Diálogo aberto*.

A seguir, deixaremos alguns pontos que serão importantes para que você possa elaborar esta aula:

1) Apresente o contexto da contabilidade sob o ponto de vista histórico.

2) Destaque o papel e as contribuições das diferentes correntes do pensamento contábil.

3) Destaque as metodologias que são trabalhadas para a execução dos trabalhos contábeis (dica: se possível, faça um paralelo entre o que é executado na prática e o que estaria por trás desta forma de execução).

4) Apresente a importância que teve a inserção dos postulados e princípios da contabilidade e por que ainda há conflitos nas relações com o FISCO.

5) Discuta as questões legais envolvidas.

6) Faça uma reflexão da importância da separação dos patrimônios (entidade e sócio) para o sucesso da empresa.

Lembre-se: Você estará preparando uma aula com o intuito de apresentar a importância de se seguir as diretrizes que regem a contabilidade, e o usuário (no caso o sócio) desconhece essa importância e ignora estes aspectos em sua rotina de empresário, tudo bem?

Avançando na prática

Recolhimento Simples Nacional: regime de competência ou regime de caixa?

Descrição da situação-problema

Durante as investigações das retiradas do proprietário, ele acabou fazendo uma auditoria sobre o fluxo de caixa da empresa. Aliás, há tempos não se fazia uma gestão sobre as entradas e saídas monetárias. Entre os vários levantamentos feitos, um fator chamou muito sua atenção: os impostos da empresa estavam sobrecarregando suas disponibilidades. Isto porque, junto com o recolhimento, eles pagavam um dos maiores fornecedores.

Incomodado com esta questão, ele foi a campo para procurar uma saída que pudesse aliviar os cofres empresariais. Estava evidente que o recolhimento pelo regime de competência levava a empresa a pagar suas obrigações fiscais muito antes do recebimento. Uma das

saídas seria diminuir o tempo de recebimento. A empresa fornecia a seus clientes, no mínimo, um prazo de 45 dias. Após contatar insistentemente cliente a cliente, ele chegou à conclusão de que não seria possível alcançar este objetivo: a empresa vendia ao consumidor final e sua carteira de recebimentos era da ordem de 2.000 clientes.

Não satisfeito ainda, reuniu seus principais gerentes e compatilhou esta dificuldade com eles. Nesta reunião, um dos gerentes, que estava concluindo seus estudos na área de finanças corporativas, informou que seu professor havia comentado na aula de práticas contábeis que as empresas do Simples Nacional poderiam optar durante o ano-calendário pela forma de pagamento dos tributos, inclusive recolhendo apenas no momento do recebimento efetivo de sua cobrança.

Considerando este novo cenário, o Sr. Lucas começou a redesenhar sua estrutura financeira, pois decidiu que o mês de dezembro seria o último em que recolheria pelo regime de competência. Vamos ajudá-lo neste novo realinhamento financeiro da empresa?

O principal fator impeditivo refere-se à sua carteira de clientes, pois emite duplicatas a cada consumidor e as datas de vencimento são bastante alternadas. Além disso, você deverá verificar se o regime de competência no qual está amparado o recolhimento dos tributos pode inviabilizar o negócio.

Resolução da situação-problema

O primeiro passo é realizar uma reunião com o contador da empresa e protocolar a solicitação de mudança de regime de recolhimentos dos impostos. Nesta reunião, deve-se deixar claro que para o próximo exercício a empresa recolherá suas obrigações fiscais pelo regime de caixa. Inclusive, deve-se enviar ao FISCO uma via do protocolo do pedido e, posteriormente, seu deferimento.

Feito isso, é preciso elencar as dificuldades operacionais para atingir este objetivo:

1. Estudar uma estratégia para agrupar os vencimentos das duplicatas. Ficaria impraticável se a cada recebimento houvesse recolhimento do imposto correspondente.

2. Informar as previsões de recebimentos fornecidos para a composição do fluxo de caixa, impreterivelmente, pelo valor líquido: valor da duplicata menos impostos.

3. Desenvolver um "radar" na empresa para agrupar toda e qualquer informação em relação aos recebimentos e atrasos de clientes.

4. Estabelecer um controle de recolhimento sobre todos os valores creditados em conta, sem exceção, para que a empresa, no caso de uma fiscalização, não venha a sofrer penalidades.

5. Estudar um realinhamento para aumentar o prazo de pagamento de fornecedores. Esta atitude é unilateral e não deverá estar atrelada a mudanças na gestão e prazo com clientes.

6. Verificar se realmente o regime de competência no qual está amparado o recolhimento dos tributos inviabiliza negócio.

Faça valer a pena

1. Iudícibus et al. (2009) apresenta oportunamente a ilustração de uma estrutura conceitual básica da contabilidade, propondo o edifício contábil. Nele há dois alicerces de sustentação. São sinônimos para a palavra alicerce: "apoio", "fundação", "base" e "embasamento". Esses dois pilares que sustentam toda a teoria da contabilidade são os chamados postulados contábeis.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente estes postulados:

a) Prudência e competência.

b) Consistência e realização da receita.

c) Entidade contábil e continuidade.

d) Objetividade e prudência.

e) Consistência e competência.

2. Hendrisken (2007) afirma que a expressão "princípios de contabilidade" é completamente apropriada, pois se relaciona aos primeiros ensinamentos básicos da contabilidade, cronologicamente os primeiros em termos de dificuldade na aprendizagem.

Sobre os princípios fundamentais da contabilidade, podemos afirmar:

( ) O princípio do custo original como base de valor afirma que os valores de ativos são incorporados pelo preço pago para adquiri-los ou fabricá-los.

Complementa ainda que se deve agregar ao ativo adquirido todos os gastos necessários para colocá-lo em funcionamento e gerar benefícios para a empresa.

( ) O princípio do denominador monetário tem a tarefa de homogeneizar, para o usuário da contabilidade, a composição patrimonial de bens, direitos e obrigações de várias naturezas. Esta tarefa é realizada por meio da mensuração monetária. Este princípio expressa a dimensão essencialmente financeira da contabilidade.

( ) O princípio da realização da receita e da confrontação da despesa repousa no conceito de que só haverá receita se houver despesa. No caso de despesas pré-operacionais, a empresa deverá contabilizar os gastos somente quando estes começarem a gerar receitas.

( ) O mais novo princípio contábil é o princípio da essência sobre a forma. A partir desse princípio, a forma legal perde sua importância à medida que o documento disponibilizado para a contabilização não corresponda à sua substância e realidade econômica.

Agora, assinale a sequência correta:

a) V – V – V – V.

b) F – V – V – V.

c) F – F – F – F.

d) V – F – F – V.

e) V – V – F – V.

3. As convenções servem para restringir o campo de ação dos princípios. Em outras palavras, elas estabelecem limites aos procedimentos do profissional de contabilidade.

Associe as convenções contábeis relacionadas na coluna da esquerda com suas principais características, descritas na coluna da direita.

I. Objetividade II. Materialidade III. Consistência IV. Conservadorismo	1. Assegurar bases comparativas nos relatórios. 2. Associada ao critério de custo-benefício da informação. 3. Precaução é o elemento-chave dessa convenção. 4. Sempre que possível, os registros contábeis deverão ter suporte documental ou evidência que possibilite avaliação.

a) I-4, II-3, III-1, IV- 2.

b) I-4, II-2, III-1, IV- 3.

c) I-1, II-2, III-3, IV- 4.

d) I-2, II-3, III-4, IV-1.

e) I-3, II-4, III-2, IV-1.

Referências

AXIOMA. Dicionário Online de Português, [s.d.]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/axioma/>. Acesso em: 4 dez. 2016.

AZEVEDO, R. F. L. Entidade e continuidade: reflexões sobre a base conceitual e a estrutura hierárquica dos postulados e princípios da contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p.137-158, jul./dez., 2010.

BRASIL. **Lei Federal. nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm> Acesso em: 4 dez. 2016.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da contabilidade: quatro mil anos de contabilidade. In: HENDRIKSEN, E. S. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 42.

HOOG, W. A. Z. Método científico aplicado na perícia contábil. In: _____. **Prova Pericial Contábil**. 11. ed. Curitiba: Juruá, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/8rf98s>. Acesso em: 20 nov. 2016.

IUDICIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDICIBUS, S. de; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Altas, 2002. 271 p.

IUDICIBUS, S. de; MARION, J. C.; FARIA, A. C. de. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 271 p.

IUDICIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LUNELLI, R. L. **O real objetivo da contabilidade**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/real-objetivo-da-contabilidade.htm>. Acesso em: 4 dez. 2016.

MARION, J. C.; PROCÓPIO, A. M. Uma proposta metodológica no ensino dos princípios fundamentais da contabilidade na disciplina de contabilidade de custos. **Contab. Contabilidade vista & revista**, v. 9, n. 4, p. 23-29, dez. 1998.

PIRES, E. A.; GARRIDO, R.; CROZATTI, J. A prevalência da essência sobre a forma nas atividades contábeis: um requisito à necessidade funcional da informação. In: SEMANA DO CONTADOR DE MARINGÁ, 18., 2006, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2006. Disponível em: <http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_05.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2017.

SÁ, A. L. de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____ . **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, F. Conselho Federal de Contabilidade (Comp.). RBC: 100 Anos de história contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade,** São Paulo, n. 191, p. 7-31, 2012.

Elementos patrimoniais e de resultado

Convite ao estudo

Olá!

Nesta unidade de ensino trataremos das três características fundamentais nas contas de balanço: função, reconhecimento e mensuração. E por que características fundamentais? Por que é por meio delas que os relatórios contábeis expressam a realidade das empresas e, por isso, você precisa desenvolver, a partir dessas características, um senso crítico de análise e julgamento apurado sobre elementos que devem ter tratamento diferenciado na divulgação das informações contábeis e financeiras.

Levantaremos questões como: o que é ativo? Como eleger as principais características para mensurá-lo? Qual a sua composição? Na segunda seção, discutiremos a avaliação e a mensuração do ativo e do passivo. Um bem adquirido há três anos deve receber tratamento para atualização de mercado? Qual o melhor caminho para realizar essa atualização?

Finalmente, discutiremos sobre o plano com base em valores de mercado. Qual a melhor expressão monetária ou numerária de um ativo ou passivo patrimonial? O que é custo histórico ou custo corrente? E valores de saída ou de entrada? Estão sujeitos a reajustes de preços como inflação, deflação ou juros? Assim, vamos juntos descobrir quais os principais fatores que norteiam o entendimento sobre os elementos patrimoniais e de resultado. Para atingirmos o objetivo de aprendizagem desta unidade, considere a seguinte situação.

Roberval Calheiros é um experiente intermediador na compra e venda de bens patrimoniais. Ele já foi, durante dez anos, leiloeiro e agora se dedica apenas a intermediar operações de compra e venda.

É também sócio de uma concessionária de veículos. Durante a sua trajetória profissional, sempre teve curiosidade em compreender alguns fatos que ocorrem na contabilidade de uma empresa, por exemplo, o tratamento contábil dado às mais variadas contas patrimoniais. Entre os fatos que o intrigam estão algumas questões, como: qual o valor exato do bem a ser negociado? Vamos considerar o custo original ou de mercado? A dívida a ser contraída deve obedecer a alguma correção? Quais os valores de entrada e saída que se deve resguardar para obter o retorno desejado?

Roberval descobriu que você é um estudante do curso de ciências contábeis e vivenciou situações como essas, então o contrata para entender as razões que estão por trás dessas formas diferenciadas de tratamento das contas contábeis do ativo e do passivo e para que você possa construir uma resenha crítica sobre como e por que o tratamento contábil dos elementos patrimoniais deve seguir procedimentos importantes.

Vamos encarar mais esse desafio!

Seção 2.1

Ativo e passivo patrimonial

Diálogo aberto

Nesta seção, conheceremos o conceito e a definição de valor em contabilidade. Os valores que constam nos registros contábeis, na maioria das vezes, são valores nominais das contas. Valor nominal é aquele estabelecido, registrado e independente de qualquer outra consideração ao longo do tempo. Nesta unidade, tempo e valor são itens fundamentais para o desenvolvimento de nossa aprendizagem. A quantidade de moeda que expressa uma troca estará sempre sujeita às variações e modificações do poder aquisitivo da moeda. Outros fatores, como desgaste, correção, inflação e deflação, também fazem parte desse processo.

O objetivo desta seção é apresentar as formas de tratamento sobre as variações das contas de Ativo para realizar, de maneira correta, a mensuração. Desta forma, propomos a você a seguinte atividade: Roberval Calheiros, na sua nova empreitada como agente negociador de bens patrimoniais, deparou-se com uma oportunidade bastante atrativa. Após visitar seu colega, um jovem empreendedor, descobriu que este estava vendendo um veículo de sua frota. A empresa estava em declínio, motivo pelo qual os veículos foram colocados à venda. Após uma breve inspeção pessoal, verificou que o veículo estava em perfeito estado de conservação e, mais que isso, era produto de um plano de consórcio e nunca havia sido utilizado nos negócios da empresa. Ele estava praticamente parado há mais de seis meses. Diante desse cenário, resolveu arrematar esse imobilizado, e o preço de negociação pode ser visto no Quadro 2.1:

Quadro 2.1 | Negociação do imobilizado

VEÍCULO	ANO/MODELO	VALOR NF PARA COMPRA
1	2015 – LUXO	R$ 25.000,00

Fonte: elaborado pelo autor.

No mesmo dia, Roberval contatou seu amigo André, também sócio da concessionária de automóveis, e imediatamente informou que havia adquirido o veículo e que já poderia colocar na loja conforme preço de venda do Quadro 2.2:

Quadro 2.2 | Venda do veículo

VEÍCULO	ANO/MODELO	VALOR NF PARA VENDA
1	2015 – LUXO	R$ 40.000,00

Fonte: elaborado pelo autor.

André, por sua vez, achou o negócio bastante interessante, mas solicitou que Roberval demonstrasse qual a margem de ganho da agência, considerando que o preço de reposição do veículo era de R$ 30.000,00. Pediu ainda para comparar com o custo de reposição corrigido, considerando uma taxa de inflação de 10%. Roberval solicita a sua ajuda nessa análise, para demonstrar a André que benefícios essa operação pode trazer.

Para isso, você deverá estudar os tipos de custos e seus impactos na avaliação dos ativos da empresa.

Mãos à obra!

Não pode faltar

Olá, aluno! Vamos prosseguir em nossa caminhada? Nesta seção nos aprofundaremos nos aspectos conceituais envolvendo Ativo e Passivo Patrimonial. Basicamente, falaremos do processo de mensuração e avaliação. Como atribuir às contas patrimoniais valores que realmente reflitam sua realidade em termos de expressão monetária? Já sabemos que devemos alinhar o valor da moeda ao valor contábil. Considere que comprei um veículo há dois anos: será que seu valor nominal registrado na contabilidade acompanhou o valor de mercado? Como dar tratamento a esse caso, por exemplo?

Serão questões como essas que iremos discutir para analisar e refletir sobre os procedimentos adotados. Por que devo evidenciar o ativo tomando como base o custo, se posteriormente devo corrigi-lo? De onde surgiram esses pressupostos e por que aplicá-los assim?

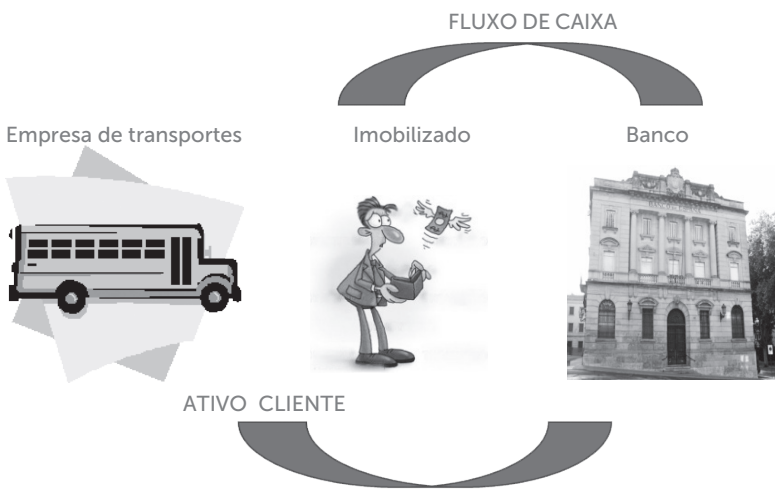
Quais os conflitos que geramos na contabilidade ao utilizar uma forma de contabilização, e não outra que fosse mais ideal?

Vamos começar pelos Ativos. Há diversas definições sobre o Ativo. Entre elas, temos a definição de Sá (2010, p. 124): Ativos são recursos controlados por uma entidade capaz de gerar, mediata ou imediatamente, fluxos de caixa". Vamos entendê-la melhor.

Um empreendedor que queira explorar o ramo de transporte, no mínimo, deverá adquirir um veículo para isto. Assim, de posse do veículo, conseguirá arrecadar valores a cada transporte de passageiros realizado. Ficou mais fácil? Então, podemos apresentar outro exemplo: quando vendemos mercadorias à vista, elas também irão gerar recursos monetários.

Certo! Mas e se a venda for a prazo? Então o direito de recebimento e na data do vencimento também irá gerar recursos para a empresa. E o dinheiro aplicado em banco poderá gerar fluxos de caixa? Sim, pois todo bom empreendedor maximiza os recursos disponíveis e aplica o excedente a fim de remunerar seu dinheiro depositado no banco. Talvez, nesse contexto, seja oportuno lembrar que Ativo é o conjunto de bens e direitos.

Figura 2.1 | Representação do fluxo de recursos na empresa



Fonte: elaborada pelo autor.

Agora que já conceituamos o Ativo, vamos começar a entender o processo de mensuração. Partiremos do conceito e definição de valor em contabilidade. Sá (2010, p. 199) define valor como "a expressão quantitativa de medida do fenômeno patrimonial". Lembra-se do fenômeno patrimonial, que estudamos a Seção 1.2?

Ficou complicado? Vamos melhorar nosso entendimento. Na antiguidade o valor era traduzido em unidades, em algumas épocas foram usadas unidades de cobre, de prata, de gado, e os povos da Suméria registravam, contabilmente, os fenômenos patrimoniais. Com o aparecimento da moeda, o mercado de trocas se dissipou e a contabilidade passou a traduzir os elementos patrimoniais em cifras de moeda.

Um patrimônio compõe-se de elementos de diversas naturezas. Encontramos no Ativo terrenos, veículos, equipamentos, mercadorias, entre outros: a moeda veio homogeneizar os valores apresentados em Balanço. Posto isso, vamos no aprofundar no cerne de toda a discussão sobre a representação numérica dos Ativos, ou seja, a sua representação monetária.

Assimile

"Não se deve misturar a conceituação com o problema da mensuração, pois a conceituação deve ser, necessariamente, rigorosa e pura ao passo que a mensuração, às vezes, deve se ater às limitações de quem avalia e mensura (o Contador) e de quem utiliza a informação (o usuário), além das restrições do meio ambiente" (MARION, 2009, p.117).

Os valores apresentados pela contabilidade são chamados de valores nominais. O que são valores nominais? De acordo com Sá (2010), são os valores registrados na época do fato contábil e que desde então não receberam qualquer variação. Mas o valor de uma compra pode, depois de registrado na contabilidade, sofrer variações? A resposta é sim! O poder aquisitivo da moeda varia devido à inflação ou à deflação, e os valores tendem a perder sua realidade de expressão.

Há outros fatores que influenciam a modificação do valor nominal, vejamos no exemplo a seguir:

Exemplificando

Um hotel adquiriu televisores mais modernos cujo valor monetário, no período 1, foi de $ 3.000,00, por unidade. No período 2, poderiam ser vendidos, livremente, por $ 2.000,00. Em razão do aumento de ofertas e da evolução tecnológica, reduziu-se o valor do bem adquirido.

Um terreno, adquirido por uma incorporadora no período 1, custou $ 300.000,00, no período seguinte, estava avaliado em $ 500.000,00. Nesse caso, houve uma valorização do imóvel, que pode estar associada a diversas razões.

A partir dessas situações, podemos verificar que as variações do poder aquisitivo da moeda, bem como outras razões de mercado que influenciam os valores nominais, obrigam a contabilidade a efetuar retificações constantes para expressar a realidade das contas.

Reflita

Uma contabilidade expressa em dólar está sujeita aos mesmos critérios de avaliação sobre os elementos de entradas e saídas da moeda?

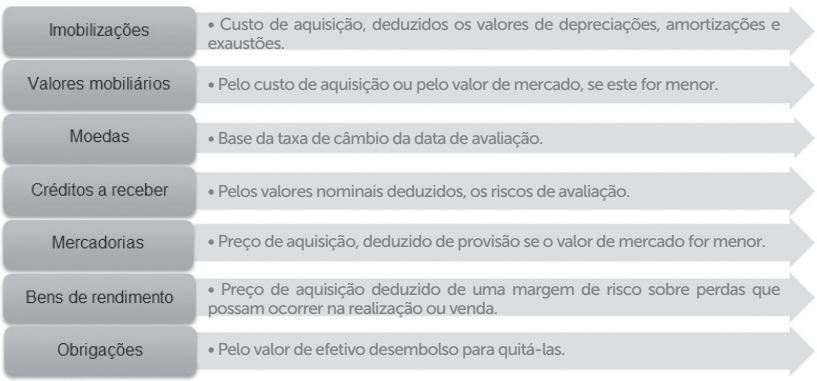
Ao avançarmos um pouco mais nesse assunto, questionamos: se os ativos precisam ser redefinidos, qual a base para isto? Pois bem, podemos iniciar essa discussão lançando outra questão: há uma uniformidade de critérios para reajustar os vários elementos do ativo, como veículos, estoques, equipamentos, entre outras contas? Quando o contador pratica esses procedimentos de correção de valores, o que de fato ele está fazendo?

Como resposta, podemos afirmar que há diferenciações no tratamento das contas quando nos deparamos com tais situações. E, quanto à segunda questão, podemos afirmar que está sendo realizada uma avaliação, ou, como definido por Sá (2010), uma valorimetria. Essa atribuição de valor não possui uma exatidão matemática, entretanto pode variar de acordo com os interesses, que podem ser científicos ou determinados por lei. Quando científicos, tendem a uma maior realidade de expressão quantitativa.

Uma vez entendido que há de fato diferenciação no tratamento para avaliação das contas patrimoniais, podemos compreender que os critérios são os mesmos, em razão de serem contas patrimoniais? Há um modo para avaliar as imobilizações, um para avaliar contas a receber, um para avaliar mercadorias, e assim por diante?

No Brasil, as normas de avaliação são determinadas por lei e por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. Acompanhe, na Figura 2.2, o que está previsto na norma contábil:

Figura 2.2 | Critérios de avaliação de ativos



Fonte: adaptada de Iudicibus (2009).

Agora que já sabemos algumas diretrizes sobre os ajustes de valores contábeis, é oportuno distinguir o que são valores históricos e valor de mercado.

O primeiro representa exatamente o valor original da transação e o segundo é determinado basicamente em razão de sua livre oferta e procura. Conforme argumenta Sá (2010), o valor de mercado caracteriza-se como aquele em que a empresa consegue manter a reposição habitual de mercadorias que necessita para vender ou adquirir o produto para sua transformação.

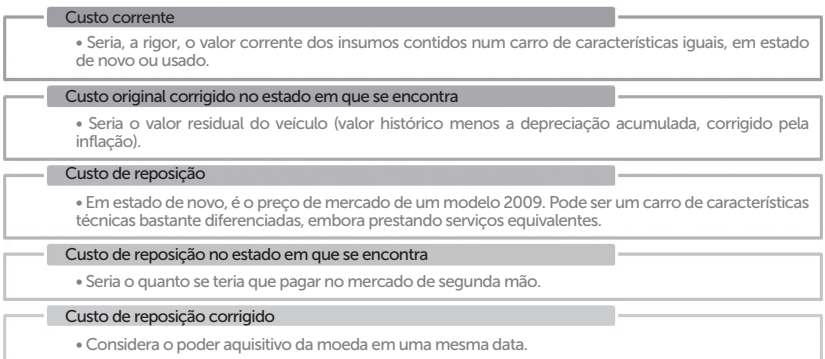
Assimile

Segundo Sá (2010), o valor do Balanço, para atender a fins legais rígidos, nem sempre é competente para expressar a verdade das transações e a conveniência aziendal.

Ainda falando sobre o custo histórico, temos que ter em mente algumas considerações importantes. Por exemplo, o que você diria a respeito do custo histórico quando se trata de itens monetários, como caixa e valores a receber? Concorda que por si só e pela sistemática de negociações praticamente sempre estarão atualizados e, assim, o custo histórico sempre estará muito próximo do preço de mercado? O único detalhe é considerar valores que talvez devêssemos trazer a valor presente. Aliás, recorda-se deste termo, valor presente?

Por outro lado, o que diria sobre quando relacionamos custo histórico com a aquisição, por exemplo, de um veículo? Há mudanças conjunturais ou físicas do bem ao passar dos anos? Com certeza sim. Por exemplo, o bem pode perder sua substância econômica, e isso independe das variações do poder aquisitivo da moeda. Marion (2010) define os tipos de custo que envolvem a contabilidade em termos de valores de entrada, conforme observamos na Figura 2.3:

Figura 2.3 | Tipos de custos para avaliação



Fonte: adaptada Iudicibus (2009).

Exemplificando

A partir de Iudicibus (2015) utilizaremos os exemplos adaptados para apresentar os modelos de **custos históricos e de reposição**:

"Suponha que uma empresa que tenha adquirido em T0 uma mercadoria por $ 25; em T1, vende esta mercadoria por $ 40. Se fosse repor toda a mercadoria em T1, precisaria de $ 30."

Contabilidade tradicional apuraria:

Vendas 40

(-) Custo das Vendas.....25

Lucro Bruto.....15

A contabilidade a custos de reposição apuraria:

Vendas 40

(-) Custo das Vendas.....30

+ Lucro em venda ganho pelo

fato de o estoque ter variado

de preço de 25 para 30

(denomina-se Economia de

Custo – Realizada).....05

Lucro realizado.....15

Veja um segundo exemplo de em relação ao **custo de reposição corrigido**:

Suponhamos que o valor de reposição de um ativo em T0 é $ 100 e em T1 é $ 150, mas, no período, tenha havido uma taxa de inflação de 40%. Para comparar efetivamente T0 com T1, devem-se corrigir os $ 100 por $ 1,40. Assim, a comparação é entre:

Valor de reposição em T1.....$ 150

Valor de reposição em T0.....$ 140

Valorização real.....$ 10

Agora que já entendemos os conceitos de valores de entrada, vamos abordar um assunto de extrema importância que impacta os conceitos de imobilizado. Quando falamos de ativo intangível, que exemplo de conta contábil vem em mente? Capital intelectual? *Goodwill*? Exatamente, essas contas são exemplos de um ativo intangível.

Como você pode perceber, nesta seção é importante ficar clara a natureza do que estamos definindo (no caso, o elemento do ativo) e a sua mensuração. Logo, devemos compreender o que vem a ser o ativo intangível: o ativo intangível representa o que não se pode tocar.

Agora, tomando o capital intelectual, como referência, na verdade diz respeito à capacidade intelectual humana. Outros fatores são agregados a essa capacidade, como inteligência, e ao conhecimento existente dentro da empresa. Em suma, esse ativo intangível agrega significativo valor às empresas. Você conseguiria dar um exemplo neste instante de um refrigerante líder em vendas? Sim, é claro. Mas este desempenho em vendas está relacionado apenas ao sabor do refrigerante ou a marca tem significativo valor na sua decisão, inclusive em elegê-lo agora como importante refrigerante?

São fatores como esses que determinam o valor desses intangíveis que, muito embora não apareçam à luz visível da contabilidade, estão intrinsecamente ligados à empresa e à geração de fluxos de caixa futuros.

Figura 2.4 | Representação do capital intelectual no fluxo de caixa da empresa

Fonte: elaborada pelo autor.

Mas é importante você saber que este elemento componente do ativo intangível é de difícil evidenciação, apesar de muitas entidades já o contabilizar. Este fato é referendado por Oliveira e Beuren (2003), em

que destacam as dificuldades de mensuração do capital intelectual em algumas de suas modalidades.

Exemplificando

Iudicibus et al. (2009, p.127) apresenta um exemplo bastante significativo para o entendimento do *goodwill*:

"Um dos negócios marcantes que despertou principalmente no meio acadêmico, neste assunto, foi quando a Philip Morris incorporou a indústria de alimento Kraft (queijos, sorvetes, etc.) por 10 bilhões de dólares.

A surpresa é que o Patrimônio físico da empresa adquirida estava contabilizado em 1 bilhão de dólares, sendo que 9 bilhões de dólares adicionais referiam-se aos bens inatingíveis (o poder da marca, imagem, posição comercial [...]".

Pesquise mais

Este vídeo traz uma abordagem bastante interessante sobre reconhecimento do intangível. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K34allu9beY>. Acesso em: 17 dez. 2016.

A TVCRC SP traz uma aula importante sobre imobilizado, tangíveis e intangíveis em seus vários aspectos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AeFqXNQIVQw>. Acesso em: 17 dez. 2016.

Bem, uma vez discutidas as questões do ativo e passivo patrimonial, no que tange seus respectivos reconhecimentos e mensurações contábeis, você já poderá partir para a resolução da atividade proposta para esta seção, ok?

Sem medo de errar

Caro aluno, deixaremos algumas dicas para a resolução da atividade em que nosso personagem solicita a sua ajuda. Entretanto, lembre-se de que muito mais do que fazer o cálculo, é preciso que você construa um raciocínio crítico sobre estas formas de avaliação dos elementos patrimoniais.

Inicialmente, você pode começar considerando as variáveis que foram propostas no *Diálogo aberto*, em que você deverá observar os passos a seguir:

1. Retome os conceitos de valor original, custo corrente, custo de reposição e custo corrente corrigido.

2. Após essa recapitulação, você deve elaborar os três momentos em que a mercadoria é negociada:

a) Contabilização pelo ganho tradicional da contabilidade. Comparar a venda do veículo com o custo de aquisição.

b) Logo após, elaborar um novo demonstrativo considerando o preço de reposição. Neste caso, o valor a ser considerado em comparação com a venda é o valor que desembolsaria para adquirir o mesmo bem no mercado. No exercício, esse valor foi apontado em R$ 30.000,00.

c) Por último, considerar na sua análise a inflação apontada de 10%. Para tanto, é preciso comprar a inflação embutida no preço de reposição.

Ao final, elabore um breve relato destacando os aspectos positivos e negativos relacionados aos critérios de avaliação desse ativo.

Bom trabalho!

Avançando na prática

O Fenômeno

Descrição da situação-problema

Vamos nos aprofundar no estudo do *goodwill*. O valor da marca é hoje incondicionalmente um fator fundamental para a sobrevivência e o desempenho das empresas. Aliás, independentemente da agremiação pela qual você venha a torcer ou simpatizar, esse é um segmento que devemos estudar muito, pois inúmeros negócios circundam o ambiente do futebol. Em sua opinião, você acha que os clubes evoluíram do ponto de vista da gestão empresarial? Lembra-se de uma contratação "bombástica" de um grande clube brasileiro?

Exatamente, o S. C. Corinthians contratou nada menos que Ronaldo, o Fenômeno. Somente nesse dia foram vendidas mais de 200.000 camisas. Em menos de três anos o clube ganhava um merecido destaque no cenário nacional, para não falar de outros benefícios.

Desta forma, propomos a você que realize uma pesquisa descritiva com os principais clubes de seu estado e trace, nos últimos 10 anos, um perfil de sua evolução do ponto de vista do crescimento financeiro e econômico, apontando as principais razões para tal crescimento ou decréscimo.

Como fazer isso?

Resolução da situação-problema

Seguem algumas dicas para a resolução da situação-problema:

► Elabore um mapa de pesquisa para atingir seus objetivos.

► Neste mapa deverão ser alinhadas as principais informações que julgue importantes, e talvez até interessantes, além daquelas informações que não devem faltar, como data de fundação, títulos etc. Apresente dados consistentes de sua evolução.

Sugestão para o mapa:

Cabeçalho:

Data de fundação:

Nome:

Origem: (italiana, portuguesa etc.)

Localização:

Dados históricos	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Faturamento			
Lucro líquido			
Patrimônio líquido			
Principal rubrica do ativo			
Principal rubrica do passivo			
Liquidez geral			
Retorno do ativo			

Grau de endividamento			
Número de associados			
Renda dos jogos			
Títulos brasileiros			
Títulos internacionais			
Campeonatos regionais			
Jogadores de seleção			
Copa do Brasil			

► O primeiro passo é levantar os balanços da empresa e extrair as informações que não podem faltar nesta análise de desempenho, começando pelo faturamento. Posso fazer uma análise de balanços? Se julgar necessário, sim, mas a sua missão é traçar um perfil do clube com foco na evolução da marca que o clube representa.

► Como sugestão, indicamos um campo de pesquisa bastante interessante. Disponível em: <http://www.corinthians.com.br/upload/site/valor_das_marcas.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

Faça você mesmo

Na Revista Brasileira de Contabilidade, n. 203, de outubro de 2013, há uma matéria de intitulada *A evidenciação dos ativos intangíveis dos clubes de futebol Corinthians, Flamengo, Palmeiras, Santos, São Caetano e São Paulo*. Faça um resumo e elabore pelo menos cinco questões objetivas em relação à mensuração e à elaboração das demonstrações financeiras exigidas pela lei 6.404/1976. ARAÚJO, P.A. et. al. A evidenciação dos ativos intangíveis dos clubes de futebol Corinthians, Flamengo, Palmeiras, Santos, São Caetano e São Paulo. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília/DF, n. 203, out. 2013. Disponível em: <http://www.etecnico.com.br/paginas/mef24144.htm>. Acesso em: 16 dez. 2016.

Faça valer a pena

1. Também chamados de Ativo Intangível ou Incorpóreo ou Ativo Invisível, são bens que não se pode tocar, pegar. Com certeza agregam significativo valor às empresas. Qual a única característica a seguir que faz parte do contexto de ativos intangíveis?

Escolha a resposta correta:

a) São de fácil mensuração.

b) Sofrem exaustão ao longo da vida útil.

c) Fazem parte do ativo circulante das empresas.

d) Não são contabilizados por serem incorpóreos.

e) Dizem respeito à capacidade intelectual humana e ao valor da marca que representa a empresa.

2. Há diferenciações para se avaliar um Ativo. Há um modo para avaliar contas a receber, um para avaliar mercadorias, e assim por diante. No Brasil, as normas de avaliação são determinadas por lei e por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. Qual o modo para avaliar imobilizações?

Assinale a alternativa correta:

a) Pelos valores nominais deduzidos os riscos de avaliação.

b) Pelo valor de efetivo desembolso para quitá-las.

c) Base da taxa de câmbio da data de avaliação.

d) Preço de aquisição, deduzido de provisão se o valor de mercado for menor.

e) Custo de aquisição, deduzidos os valores de depreciações, amortizações e exaustões.

3. Há diversas definições do que é o Ativo. Entre elas, temos a definição de Sá (2010, p. 124): "Ativos são recursos controlados por uma Entidade capazes de gerar, mediata ou imediatamente, _____".

Assinale a resposta correta:

a) Depreciações.

b) Fluxos de caixa.

c) Despesas pré-operacionais.

d) Despesas de manutenção.

e) Dívidas de curto prazo.

Seção 2.2

Receitas e despesas

Diálogo aberto

Olá, alunos!

Vamos retomar nossos estudos. Na seção anterior, discutimos sobre a mensuração de ativos, seu reconhecimento e a variação dos valores nominais atribuídos a eles. Abordamos importantes conceitos em relação a valores de entradas e saídas e, principalmente, o reconhecimento dos bens intangíveis, como marcas, capital intelectual e *goodwill*.

Nesta seção aprofundaremos nossos estudos sobre os grupos de Receitas e Despesas e, inevitavelmente, também sobre o grupo de Exigibilidades. O objetivo será reconhecer, mensurar e verificar a inter-relação entre esses grupos que determinam boa parte da composição da Demonstração de Resultados do Exercício. Para isso, propomos a você a seguinte situação: nos últimos períodos, Roberval realizou operações que geraram receitas e gastos. Mas algo chamou atenção entre essas operações, pois Roberval deixou muito bem encaminhada uma negociação contratual, cuja assinatura será no mês seguinte. As bases definidas no referido contrato foram de R$ 65.000.000,00 de faturamento, com recebimentos em cinco vezes iguais, com taxa estimada em 12% ao ano. Os dados complementares da empresa são:

Quadro 2.3 | Dados complementares da empresa

Valores disponíveis e a Realizar		Pagamentos	
Caixa	2.000,00	Fornecedores	5.000,00
Bancos	10.000,00	Folha de pagamento	10.000,00
Aplicações financeiras	50.000,00	Financiamentos	60.000,00
Clientes	3.000,00	Impostos a pagar	1.000,00
Outros créditos	1.000,00	Outras	1.000,00

Fonte: elaborado pelo autor.

O financiamento de R$ 60.000,00 foi contraído para aquisição de uma máquina e será liquidado em quatro parcelas iguais de R$ 15.000,00. Foi contraído na data desse levantamento à taxa de 12% a. a.

Neste contexto, Roberval solicitou ao seu gerente no Trans European Bank S/A um empréstimo para custeamento do capital de giro, que dessa vez foi negado. A alegação do banco se deve pela análise de sua exigibilidade, que estava superando suas entradas de fluxo de caixa. Desta forma, Roberval precisa evidenciar ao banco que sua situação é muito favorável, ao contrário do que se apresenta por meio do relatório enviado pela gerência financeira de forma apenas descritiva, alegando que não considera três elementos fundamentais: tempo, moeda e juros embutidos. Para tanto, a empresa vai defender seu crédito utilizando-se de critérios de avaliação de passivos e apresentará uma nova mensuração de suas exigibilidades. Esse novo critério está embasado pela Lei n. 11.638, o ajuste a Valor Presente. Você é convidado para ajudar a empresa a apresentar um relatório que possa esclarecer essa situação e defender o crédito solicitado.

Não pode faltar

Caro aluno, vamos iniciar nossas discussões sobre o tema relacionado a receitas e despesas. Quando tratamos destes grupos de contas na contabilidade de uma organização, devemos ter sempre em mente que se trata de um assunto de extrema importância para o usuário da contabilidade. Logo, podemos perceber que as informações geradas serão de muita relevância, na medida em que serão agentes modificadores da estrutura patrimonial.

Podemos ainda acrescentar que o confronto entre as receitas e despesas promoverá o resultado da empresa em dado período, que por sua vez se transformará em indicador de análise de rentabilidade da organização, face aos investimentos realizados pela organização como um todo. Por se tratarem de grupos de contas que terão vínculos tanto no ativo quanto no passivo, discutiremos separadamente o reconhecimento e a mensuração, conforme as normas contábeis.

Agora, passemos a tratar como ponto de partida as exigibilidades, as contas pertencentes a este grupo sofrem impacto das contas de resultado. No tocante ao reconhecimento, podemos perceber que

as características principais a serem observadas no momento de sua avaliação, e posteriormente sua mensuração, pautam-se, segundo Hendriksen e Van Breda (2007), em quatro regras gerais:

I. Deve corresponder à definição de passivo.

II. Deve ser mensurável.

III. Deve ser relevante.

IV. Deve ser precisa.

E a mensuração no ambiente da contabilidade? Nesse caso, podemos defini-la como o ato de atribuir valores monetários aos itens de ativos e passivos de uma empresa. Normalmente, adota-se a valoração com base no custo histórico e com base no custo corrente (como vimos na seção anterior). Porém, podem ser usadas outras bases de avaliação, por exemplo: a) pelo valor da liquidação, que são valores mantidos pelo montante de liquidação; b) pelo valor presente, que são mantidos pelo valor presente, descontados dos fluxos de caixa de saídas líquidas de caixa, que sejam necessárias para a liquidação do passivo das operações.

Vamos compreender o significado do passivo (exigibilidades) nesse contexto. Segundo Sá (2010), define-se o passivo como a expressão quantitativa do patrimônio que representa a riqueza de terceiros que serviu de fonte para a formação da substância patrimonial. Vamos entender melhor essa definição?

Riqueza de terceiros corresponde aos recursos de "fornecedores" que foram utilizados para compra de mercadorias, imobilizado etc., que, por conseguinte, serviram para a formação da substância patrimonial. Mas o que vem a ser substância patrimonial? Resumidamente, é o "corpo da riqueza". Assim, podemos afirmar que o passivo é a riqueza de outras empresas utilizada como motor para formar a riqueza da nossa empresa.

Neste contexto, o maior esforço da contabilidade não reside na mensuração do passivo, mas sim em reconhecê-lo e registrá-lo. Imagine a seguinte situação: a empresa A assumiu um compromisso com a empresa B de adquirir um maquinário. Na empresa A, essa obrigação deve ser registrada? Neste caso, não se deve reconhecer a

obrigação, pois o simples comprometimento verbal e realizar a compra futuramente não caracteriza uma obrigação.

Agora lançamos uma segunda questão: a empresa A assumiu um compromisso com a empresa B de adquirir um maquinário mediante um contrato irrevogável, inclusive com penalizações pelo descumprimento. Na empresa A, essa obrigação deve ser registrada? Neste caso, não resta alternativa a reconhecer o passivo em contrapartida a uma conta de despesa ou uma conta de ativo. O reconhecimento inicial de um passivo ocorre de acordo com as seguintes circunstâncias: das atividades operacionais; de aquisição de bens, serviços ou direitos; responsabilidades assumidas perante terceiros, decorrente de práticas ditadas pelo mercado.

Mas, afinal, quais seriam estes passivos? Como eles se comportam e como devem ser apresentados? Passivos quase sempre devem ser corrigidos e apresentados conforme as variações estipuladas no ato da transação comercial. Além desta correção, temos também exigíveis onerosos, fixos e variáveis. O Quadro 2.4 apresenta essas e outras classificações do passivo:

Quadro 2.4 | Classificação de passivos

Exigíveis onerosos	Chamados de passivos financeiros, como financiamentos, empréstimos bancários, entre outras modalidades.
Exigíveis não onerosos	A empresa não paga encargos financeiros. Salários, fornecedores etc.
Exigíveis fixos	Não variam com o volume de vendas da empresa. Aluguéis, imposto de renda etc.
Exigíveis variáveis	Estabelecem uma relação com o volume de vendas. ICMS, IPI, salários etc.
Exigíveis de coligadas	Obrigações contraídas junto a outras empresas do grupo.
Exigíveis de terceiros	Obrigações contraídas junto a empresas que não possuem qualquer vínculo com a tomadora do empréstimo.
Exigíveis preferenciais	Em caso de falência, são dívidas que a empresa deverá liquidar em primeiro lugar. Empregados, encargos sociais etc.
Exigíveis quirografários	São as dívidas que não se enquadraram como preferenciais.

Fonte: adaptado de Iudicibus, Marion e Faria (2009).

É importante você saber que seja qual for a classificação em que podemos eleger o passivo, é fato que sempre haverá a dualidade no seu reconhecimento. Em um momento poderá ocorrer a diminuição da riqueza patrimonial e em outro, aumenta-se esta mesma riqueza.

Reflita

O reconhecimento do passivo circulante depende do reconhecimento simultâneo de um ativo ou de uma despesa?

Falaremos agora de um conceito importante na mensuração de passivos (também aplicado a ativos). Esse conceito foi trazido pela Lei 11.638/2007, que também apresenta uma discussão sobre o tratamento para passivos de longo e de curto prazo. Lembra-se do conceito de valor presente em matemática financeira? Justamente isso! Essa lei impõe a aplicabilidade do ajuste a valor presente, ou seja, as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passível exigível em longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Você deve interpretá-lo em função do dinheiro (valor) ao longo do tempo. Uma pergunta clássica é: com o valor de R$ 1,00 hoje, você conseguiria comprar em uma padaria a mesma quantidade de pães que há cinco anos? Com certeza não! Mas o que mudou ao longo do tempo? Podemos citar que a quantidade de R$ 1,00 sofreu desvalorização com a inflação do período. Mas vamos nos aprofundar um pouco mais nessa questão. Não foi apenas a inflação que influenciou a queda do poder aquisitivo da compra de pães. Fatores produtivos também estão à mercê das variações de preços, pois provavelmente a farinha aumentou o custo e, por conseguinte, elevou o preço do pão.

A demanda e a oferta também influenciam o valor de aquisição dos produtos. Tudo isso reunido em uma única data e valor de compra a prazo embute juros e correções que influenciam os saldos das contas patrimoniais. Perceba que existe um conjunto de eventos ocorrendo dentro de um espaço de tempo que influenciará os valores a serem considerados na contabilidade, e isto faz com que sejam necessários ajustes para refletir a realidade.

Assimile

O conceito de ajuste a valor presente é de suma importância, pois aumenta o poder preditivo da contabilidade e confere maior confiabilidade às demonstrações financeiras. O benefício decorrente desta informação deve observar o equilíbrio entre custo x benefício.

Há três variáveis das quais necessitamos para praticarmos o ajuste a valor presente. São elas: o valor provável de liquidação do passivo, taxas de juros (desconto) e a data de liquidação da obrigação. Desta forma, vamos compreender esse conceito reconhecendo-o e mensurando-o na contabilidade da empresa.

Exemplificando

A empresa A adquire uma máquina no valor de $ 11.000,00 nas seguintes condições:

$ 4.000,00 no ato da assinatura do contrato; duas parcelas anuais de $ 2.000,00; uma parcela de $ 3.000,00. A taxa embutida no financiamento é de 12% a.a. Passos para resolução:

1. Trazer a valor presente a compra nominal do bem.

2. Contabilizar o bem com os valores de imobilizado e despesas a apropriar de acordo com o valor presente.

3. Preparar uma planilha para lançar a cada período os juros sobre o saldo devedor.

Passo 1 – Ajuste a Valor Presente – Efeito sobre obrigações:

Parcela	(A)	Cálculo	(B)	(A-B)
Valor à vista	$ 4.000,00	-	$ 4.000,00	$ 0,00
Parcela 1	$ 2.000,00	$VP=2.000(1,12)^1$	$ 1.785,71	$ 214,29
Parcela 2	$ 2.000,00	$VP=2.000(1,12)^2$	$ 1.594,39	$ 405,61
Parcela 3	$ 3.000,00	$VP=2.000(1,12)^3$	$ 2.135,34	$ 864,66
Total	$ 11.000,00		$ 9.515,44	$ 1.484,56

Quadro-resumo:

Valor do bem no ato da assinatura a Valor Presente	$ 9.515,44
Juros embutidos no ato da compra	$ 1.484,56
Valor nominal da compra	$ 11.000,00

Passo 2 – Reconhecimento da exigibilidade no momento da compra:

Débito	Máquinas	$ 9.515,44
Débito	Juros a apropriar (redutora de exigibilidades)	$ 1.484,56
Crédito	Bancos conta movimento	$ 4.000,00
Crédito	Contas a pagar	$ 7.000,00

Passo 3 – Planilha de juros para apropriação sobre saldo devedor:

Parcela	Saldo em aberto a valor presente	Juros sobre valor em aberto (12%)	(VP) Valor Presente	Pagamento	Saldo final do exercício
1	$ 5.515,44	$ 661,85	$ 6.177,29	($ 2.000,00)	$ 4.177,29
2	$ 4.177,29	$ 501,27	$ 4.678,56	($ 2.000,00)	$ 2.678,56
3	$ 2.678,56	$ 321,44	$ 3.000,00	($ 3.000,00)	$ 0,00
Total		$ 1.484,56		($ 7.000,00)	

Como se depreende da análise sobre os números supracitados, o bem registrado no Ativo é o valor do bem sem juros ($ 9.515,44). Isso permite à contabilidade apresentar uma situação bem mais próxima da realidade e fornecer informações mais apuradas.

Pesquise mais

As exigibilidades de uma empresa são divididas por prazo de realização: circulante e não circulante. O CPC 26 traz importantes conceitos e definições a respeito. Acesse o link indicado a seguir e aprofunde seus conhecimentos sobre esse grupo do passivo. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2008.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2016.

Até o momento falamos sobre a origem, o reconhecimento e a mensuração das exigibilidades. Mas como se encerram os saldos dessas contas? O assunto parece bastante simples, mas há situações em que a extinção da dívida pode não ocorrer necessariamente com o pagamento em espécie, ou seja, em dinheiro.

Uma empresa que está em dificuldades pode entregar algum bem para o pagamento de sua dívida e assim deveremos dar tratamento específico para cada caso. De forma geral, a liquidação de uma exigibilidade ocorre por meio: do pagamento em dinheiro; da transferência de outros ativos; da execução de serviços; da substituição daquela exigibilidade por outra; e da conversão da exigibilidade em capital ou outro item do patrimônio líquido.

Reflita

Considerando uma exigibilidade que é liquidada mediante um desconto ou mesmo por meio de um perdão de dívida, o tratamento contábil pelo valor liquidado seria a forma mais adequada para esse contexto?

Dentro do conceito de exigibilidades, não poderíamos deixar de falar sobre despesas. Mas qual a relação entre as despesas e o exigível? Afinal, como podemos ligar as exigibilidades do passivo com os elementos (contas de resultado)? Anteriormente, comentamos sobre a dualidade no reconhecimento de passivos e uma delas era justamente a despesa.

É por este grupo (Exigível) que boa parte das despesas e custos acontece. Por exemplo, você aprendeu que o provisionamento para pagamento de luz, água, salários etc. terá sempre uma contrapartida de despesa ou custo. Outro grupo que também vamos abordar é o de Receitas e, como já vimos entre seções e capítulos anteriores, não há receitas se não houver despesas.

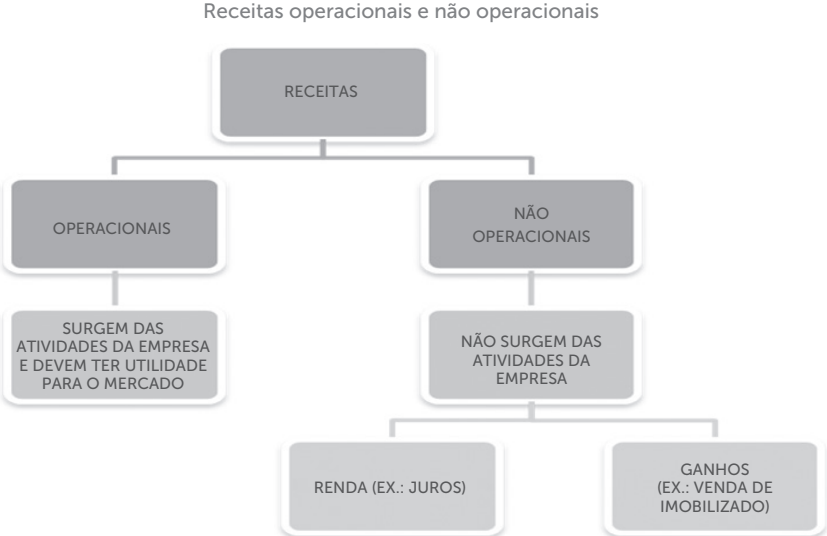
Vamos começar pelas Receitas, e desde já vamos assumir uma verdade em relação a elas: as receitas são o "coração da empresa", ou seja, fazem a empresa estar em movimento e atingir a prosperidade. Lembra-se do Postulado da Continuidade? Exatamente, é pelas receitas que boa parte desse postulado é cumprida. Sem receitas não é possível atingir lucro, e sem lucro é quase impossível a existência da empresa.

Iudicibus (2015) define que se entende por receita a entrada de elementos para o ativo, sob forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente, à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços. Uma receita também pode derivar de juros sobre depósitos bancários ou títulos e de outros ganhos eventuais.

No tocante à sua mensuração, a contabilidade faz uma distinção quanto ao ingresso de recursos na empresa e sua apresentação na DRE – Demonstração do Resultado do Exercício –. Assim, temos o grupo de receitas que fazem parte das operações da empresa. Você se lembra do princípio da Realização da Receita e Confrontação de Despesa? É por esse princípio que as empresas demonstram seu sucesso ou insucesso econômico.

Temos também as receitas não operacionais, ou aquelas que não fazem parte das atividades da empresa, por exemplo, uma empresa de transporte que vende seu veículo usado e obtém lucro. A Figura 2.5 traz uma representação dos tipos de receitas:

Figura 2.5 | Representação dos tipos de receitas



Fonte: elaborada pelo autor.

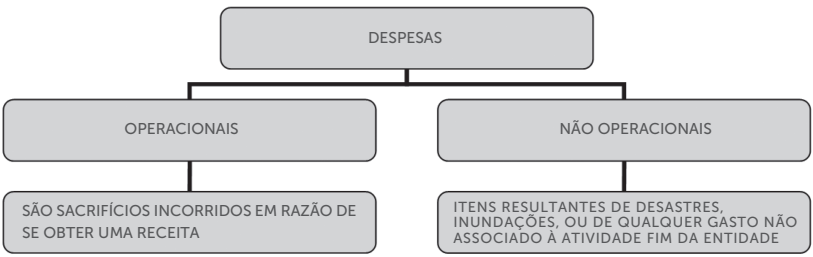
Ficou clara a distinção entre receitas operacionais e não operacionais? De qualquer forma, é muito importante saber que todas elas irão compor o resultado do exercício e o patrimônio líquido ao final do exercício por meio do resultado.

Reflita

Na contabilidade, para toda receita sempre haverá uma despesa correspondente, o que relacionamos com o princípio da receita e confrontação de despesa. Em relação às receitas não operacionais, qual o princípio que poderíamos eleger para o seu reconhecimento?

Do lado das despesas, a contabilidade também faz essa distinção. Consegue imaginar o porquê dessa coincidência? Se pensarmos bem, não poderia ser diferente, já que aprendemos o princípio da realização da receita e a confrontação de despesas. Nesse caso, a Figura 2.6 traz a representação dos tipos de despesas:

Figura 2.6 | Representação dos tipos de despesas



Fonte: elaborada pelo autor.

Aqui, vale destacar que as perdas também impactam o ativo e o patrimônio líquido, podem surgir ou não em razão do curso da atividade operacional da organização e geralmente possuem um caráter de imprevisibilidade.

Para entendermos melhor essa segregação que a contabilidade faz, vamos tomar como referência a DRE de uma empresa de montagem de um veículo. Desde a entrada da mercadoria até o produto final, a montadora necessita, em sua linha de produção, de pessoas e máquinas para que o produto seja produzido. Essas pessoas estão diretamente envolvidas com o sistema de produção da empresa. Mas a empresa necessita que alguém prepare a folha de pagamento, o controle, as

férias, atenda de maneira adequada aos interesses dos funcionários e acionistas. Para tanto, necessita de departamentos de apoio, como Administração, Contabilidade, Departamento de pessoal etc. Agora é possível visualizar e inclusive entender a forma dedutiva da DRE.

E as máquinas? São o ativo que gera gastos, pois exigem manutenção, por exemplo, e que não estão à venda, pois devem permanecer na empresa para produzir os produtos e gerar fluxo de caixa. O Quadro 2.5 apresenta essa construção associativa com a DRE.

Quadro 2.5 | Associação da despesa, ativo (investimento) e custo com a DRE

Ativos geradores de fluxo de caixa (ativos, máquinas, veículos etc.)		(+) Receitas operacionais
Linha de produção (funcionários da fábrica)		(-) Custo da mercadoria vendida
Departamentos de apoio (contabilidade, administração etc.)		(-) Despesas operacionais

Esforço produtivo		(=) Resultado operacional

Fonte: elaborado pelo autor.

Pesquise mais

Leia o artigo Ajuste a Valor Presente, você conseguirá obter mais informações a respeito deste importante procedimento na contabilidade.

Sem medo de errar

Caro aluno, para a resolução dessa atividade, em que nosso personagem solicita a sua ajuda, deixaremos algumas dicas. Na atividade proposta, você deverá construir uma argumentação junto ao banco, apresentando dados que venham a comprovar que a situação da empresa é sólida, ao mesmo tempo em que a empresa possui capacidade para honrar seus compromissos.

Dessa forma, você deverá verificar no *Diálogo aberto* as informações que servirão de base para a sua argumentação a fim de solucionar esse problema. Siga o passo a passo, conforme descrito a seguir:

Passo 1 => Do ponto de vista do banco, apure o índice de liquidez conforme relatório enviado pelo departamento financeiro:

1. Apure o índice de liquidez corrente conforme relatório enviado ao banco.

LC = Ativo circulante / Passivo circulante

2. Faça uma análise vertical das rubricas de exigibilidades.

A. V. => Dívida individual / Dívida total

Passo 2 => Do ponto de vista da empresa:

1. Analise as principais contas e traga a valor presente as que embutem juros. Nesse caso, as receitas e o financiamento. Faça uma planilha simples e encontre o valor de juros embutidos (no caso do financiamento).

2. Após encontrar o valor dos juros embutidos, deduza-o do financiamento a pagar e apresente uma nova relação de recebimentos e pagamentos. Inclua no relatório uma análise vertical das exigibilidades.

3. Apure novo índice de liquidez e compare com o apurado no início.

4. Em breves linhas, descreva a diferença entre os dois fenômenos observados e elabore um relatório do crédito para a empresa, caso concorde ser viável.

Bom trabalho!

Avançando na prática

Salgado e doce Ltda.

Descrição da situação-problema

A empresa Salgado e doce Ltda. é uma empresa de médio porte que apresentou, nos últimos anos, um crescimento significativo para os padrões do setor. Entretanto, nos últimos dois anos a empresa tem tido algumas surpresas nos seus relatórios econômicos, pois há situações de perdas que estão afetando a posição patrimonial da organização.

Para que você tenha uma ideia, ocorreram alguns fatos, por exemplo: uma máquina que estava com capacidade total na produção foi utilizada em dois turnos, como consequência trabalhou acima de sua capacidade previsível de gerar produtos, pegou fogo e foi inutilizada. Outra situação se passou com o estoque de produto acabado. Em ambos os casos não houve a contabilização de acordo com o que orienta os pronunciamentos contábeis (CPC).

Os procedimentos a serem adotados geraram dúvidas nos gestores em razão do regime contábil pelo qual a empresa optou. Dessa forma, você é contratado para elucidar a seguinte questão: os procedimentos a serem adotados para contabilização da perda no estoque devem ser os mesmos para a contabilização do imobilizado?

Elabore um parecer sobre os procedimentos a serem adotados em termos de reconhecimento e mensuração dos fenômenos, com base nos CPCs.

Resolução da situação-problema

Orientações

1. Verificar os CPCs que tratam sobre as perdas.

2. Verificar o momento de reconhecimento e mensuração dos fenômenos.

3. Descrever os procedimentos de contabilização.

Elaborar um parecer sobre as situações que envolvem perda de ativos (operacionais e de investimento).

Faça você mesmo

Após as comparações dos relatórios previstos x orçados, começaram a aparecer perdas que estão impactando o ativo e o patrimônio líquido. Nas reuniões entre a Controladoria e a Diretoria ficou certo que as perdas são imprevisíveis. Entretanto, a Controladoria, a fim de observar esse fenômeno, responsabilizou-se em relatar quais seriam as possíveis perdas em que a empresa poderia incorrer.

Elabore uma lista com pelos menos seis itens que podem ser considerados perdas e como eles podem se originar.

Exemplo: Inundações – Causadas por chuvas e não surgem da atividade normal da empresa.

Faça valer a pena

1. Seja qual for a classificação em que podemos eleger o passivo, é fato que sempre haverá dualidade no seu reconhecimento. Em um momento posso estar diminuindo a riqueza patrimonial, em outro, aumentando essa mesma riqueza. Sá (2010) estabelece uma relação de causa e efeito nos fenômenos que envolvem os passivos.

O reconhecimento do passivo circulante depende do reconhecimento simultâneo de:

Escolha a resposta correta:

a) Um ativo ou de uma receita.

b) Um ativo ou de uma perda.

c) Um ativo ou de uma despesa.

d) Um ativo ou de um gasto.

e) Apenas há dualidade com ativos.

2. O conceito de valor presente foi trazido pela Lei 11.638/2007 e diz respeito ao tratamento para passivos de longo e de curto prazo. Essa lei impõe a aplicabilidade desse conceito tão importante para a contabilidade.

Sobre esse conceito, marque V para verdadeiro ou F para falso:

( ) Os benefícios decorrentes dessa informação devem observar "o equilíbrio entre custo e benefício".

( ) As obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

( ) Há três variáveis de que necessitamos para praticarmos o ajuste a valor presente: taxa de juros, valor provável de liquidação do passivo, data da liquidação da obrigação.

( ) O valor dos juros encontrados, quando trazido a valor presente, deve ser somado à conta de financiamento no passivo.

Escolha a sequência correta:

a) F – V – V – V.

b) V – V – F – F.

c) V – F – F – V.

d) F – F – F – V.

e) V – V –V – F.

3. As despesas apresentadas na DRE – Demonstrações do Resultado Exercício – podem ser operacionais e não operacionais. As operacionais fazem parte das atividades da empresa.

Em relação às não operacionais, podemos citar como exemplo as perdas. Sobre as perdas, marque V para verdadeiro ou F para falso:

( ) Impactam o ativo.

( ) Impactam o patrimônio líquido.

( ) Podem surgir ou não do curso da atividade da empresa.

( ) São imprevisíveis.

Assinale a resposta correta:

a) F – V – V – V.

b) V – V – V – V.

c) V – F – F – V.

d) F – F – F – V.

e) V – V –V – F.

Seção 2.3

Patrimônio líquido

Diálogo aberto

Olá, aluno!

Vamos retomar nossos estudos? Falaremos agora sobre o grupo do patrimônio líquido. Lembra-se da equação básica: Ativo menos Passivo (Exigibilidades) igual ao patrimônio líquido? Em nossos estudos nesta seção aprofundaremos as discussões para buscar conhecimento sobre este importante e fundamental grupo do balanço patrimonial.

Já vimos que a continuidade da empresa está intimamente ligada aos seus resultados. Recorda-se do princípio da continuidade? Também já abordamos o princípio da entidade. Ao final da Seção 1.3 pudemos constatar a importância destes dois postulados, principalmente sob o ponto de vista da apresentação da teoria da riqueza patrimonial aos diversos *stakeholders*.

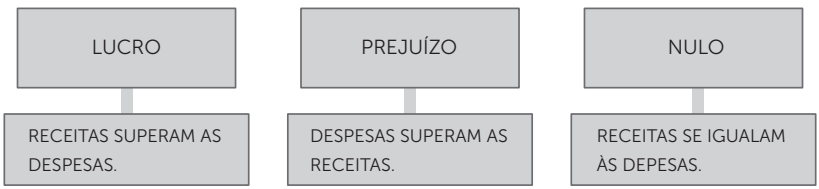
Para direcionar o conhecimento que será desenvolvido, teremos como objetivo nesta seção compreender os elementos influenciadores das variações patrimoniais. Para isso, propomos a seguinte atividade: passados alguns anos, Roberval Calheiros abriu o capital de sua empresa, na qual, além de gestor, ele era também acionista (em menor proporção). No fechamento do exercício, recebeu uma comunicação do conselho de administração para dar satisfações a respeito do aumento do valor patrimonial da ação. No referido comunicado, constava uma dúvida sobre as ações, em que se questionava como foi possível a evolução desse indicador uma vez que os resultados conseguidos e transferidos para o Patrimônio Líquido eram muito insignificantes. O capital social da empresa era de R$ 150.000.000,00, neste exercício houve um aporte de capital de R$ 40.000.000 de ações, cujo valor nominal é de R$ 1,00 por ação. Soma-se a este contexto o fato de que, pelo valor da ação, houve um ágio de 30% por ação, e a empresa imediatamente constituiu uma reserva para esse excedente. Esse aumento inclusive havia incitado uma série de acionistas a cobrarem uma maior distribuição de dividendos.

Como Roberval teve dificuldades em responder a essa demanda, solicitou a você que elaborasse um relatório, a fim de explicar se a solicitação para pagamento dos dividendos procede. Para resolver essa atividade, você deverá estudar os elementos determinantes das variações patrimoniais, considerando a teoria do rédito e o conceito de gestão e atividade, para indicar que tipo de análise o conselho de administração realizou para gerar essa dúvida.

Vamos auxiliar o Sr. Roberval Calheiros a esclarecer essa questão?

Não pode faltar

Caro aluno, vamos começar a falar sobre o patrimônio líquido. Algumas correntes doutrinárias apresentam uma definição muito simplista em relação àquilo que pode ser demonstrado nesse grupo de contas ao longo de um período. Entretanto, podemos considerar o patrimônio líquido o grupo de contas em que encontramos a informação final de todo o esforço empresarial, ou seja, o resultado do exercício. Os resultados poderão gerar basicamente três situações distintas, a saber:



Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 142) assim argumentam: "O Patrimônio Líquido", sob qualquer perspectiva que seja analisado, representará ao final todo o esforço feito pela entidade para alocar seus ativos e passivos, da forma mais eficiente e lucrativa "possível" para a entidade. Repare, nesta definição, que a colocação "qualquer ângulo" diz respeito aos interesses dos vários usuários da informação contábil.

Assim, sob a perspectiva do acionista (investidor), quanto maior o lucro, maior o retorno (dividendo). Mas, na perspectiva do credor, podemos afirmar que, em caso de lucro, possivelmente as receitas superaram as despesas e o fluxo de caixa refletirá essa situação positiva em termos de liquidez. De qualquer forma, sobre o fenômeno "resultado do exercício" sempre haverá uma relação entre capital de terceiros e capital próprio.

Nesse sentido, você poderá verificar os diferentes contextos para o patrimônio líquido nas diversas correntes doutrinárias da contabilidade, conforme pode ser observado na Figura 2.7:

Figura 2.7 | Perspectivas do patrimônio líquido

Fonte: adaptada de Iudicibus, Marion e Faria (2009).

Mas como acontecem as variações no grupo do patrimônio líquido? Já sabemos que a empresa é constituída para gerar riqueza e vimos também que o lucro não é exclusivo dos sócios. Então, se a empresa remunera seus investidores, como o patrimônio pode apresentar uma evolução?

A resposta você poderá encontrar na conta "reservas de capital", que tecnicamente, sob o ponto de vista da temática contábil, são aquelas reservas que não se originam do resultado do exercício e, portanto, não transitam pela demonstração do resultado do exercício (DRE).

Agora, se olharmos na perspectiva quantitativa, representam acréscimos ao patrimônio líquido que quase sempre são utilizados para o aumento do capital e normalmente se originam de contribuições de acionistas, de doações, de lucros não distribuídos aos proprietários.

Contudo, poderia haver alguma similaridade entre reservas de capital e provisões? Pois estas, como você já teve oportunidade de verificar, podem reduzir o ativo (provisão devedores duvidosos), como aumentar as exigibilidades, a fim de atender ao princípio da competência. Vamos exemplificar!

Exemplificando

Para entendermos a verdadeira dimensão do crescimento do patrimônio líquido, veja este exemplo com ágio na emissão de ações:

A Cia Doce e salgado Ltda., após reunião com o corpo de administração, resolveu aumentar o capital social de $ 150.000.000,00 para $ 170.000,000,00 milhões, com a emissão de 20 milhões de ações, cujo valor nominal será de $ 1,00 por ação. Dada a procura pela oferta de ações, a empresa resolveu cobrar um ágio de 0,30 por ação vendendo-as por $ 1,30 cada. Como resultado dessa transação, ao final a contabilidade registrará o seguinte aumento no patrimônio líquido:

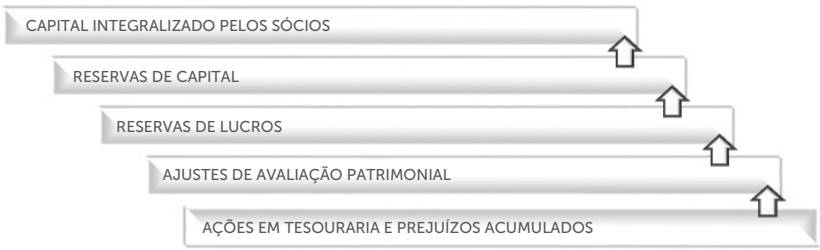
1º O capital social passará para $ 170.000.000,00, com a integralização de $ 20 milhões de ações a $ 1,00.

2º A empresa, com o ágio na emissão de ações, constituirá uma reserva de capital no valor de $ 6.000.000,00 (20 milhões de ações a 0,30 cada uma).

Perceba que, apesar do aumento do patrimônio líquido, esse fato não ocorreu em razão do fluxo de atividade operacional da entidade, mas sim pela "injeção" de recursos por parte dos investidores.

Quais subgrupos de contas integram de fato o patrimônio líquido? Como resposta, devemos procurar na legislação e, nesse caso, a Lei 11.638/2007 define bem esse subgrupo de contas, conforme descrito na Figura 2.8:

Figura 2.8 | Subgrupos de contas do patrimônio líquido



Fonte: adaptada de Iudicibus, Marion e Faria (2009).

Uma vez definidos esses pontos de extrema importância na composição do patrimônio líquido, podemos prosseguir. Vamos agora nos aprofundar um pouco mais nos conceitos de aumento de riqueza patrimonial ou a sua diminuição. Você concorda que todo investidor, ao final do período, aguarda a divulgação dos resultados? E que dessa espera podem acontecer dois fenômenos: uma gestão eficaz ou uma gestão ineficaz?

Em linhas gerais, o investidor poderá ter um retorno do que investiu ou não receber absolutamente nada. É a partir deste raciocínio que vamos discutir, de agora em diante, a respeito dos elementos que contribuem para a variação do patrimônio líquido.

Você faz ideia do que vem a ser o Rédito? Este termo tem origem no latim e significa "o que é devolvido". Foi adotado pelos maiores intelectuais da história da contabilidade. Qual a importância dele em nosso campo científico? Tomemos as argumentações de Sá (2010, p.219): "conceitualmente, o rédito é muito mais expressivo que o resultado, pois tem maior genuinidade etimológica, ou seja, não é uma simples diferença, mas, sim, o fruto de uma ação que teve como efeito uma consequência, como devolução, acréscimo ou redução do capital".

Observe que na definição há três palavras essenciais que determinam os efeitos sobre o patrimônio líquido: devolução, acréscimo e redução. Esses três fenômenos estão diretamente ligados à atividade da empresa. Muitos autores mencionam que essas variações dependem da gestão de seus administradores.

Qual a diferença entre gestão e atividade da empresa? Aliás, há alguma diferença? Para Sá (2010), quando olhamos as variações sobre o ângulo do rédito, essas duas expressões ganham conotações diferentes do ponto de vista de resultados. A Figura 2.9 representa essa diferenciação:

Figura 2.9 | Gestão X atividade

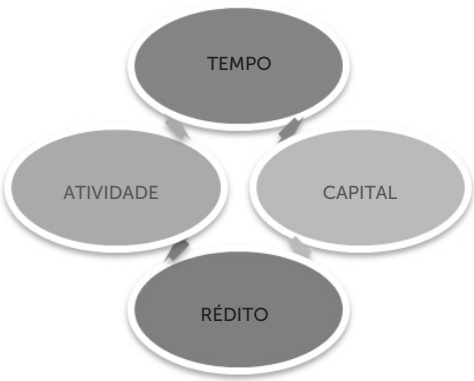
Fonte: adaptada de Iudicibus, Marion e Faria (2009).

Assimile

O fenômeno do rédito ocorrerá quando o capital variar, por efeito de sua movimentação, em decorrência da atividade desenvolvida para a sua utilização.

Assim, quando falarmos em rédito, dentro dos objetivos da contabilidade, estaremos nos referindo à riqueza produtiva da azienda, e a sua essência é muito mais abrangente dentro do conceito de célula social, em que o resultado obtido ao final de um período é um fenômeno bastante limitado. A Figura 2.10 ilustra a dinâmica do rédito em uma entidade.

Figura 2.10 | Dinâmica do rédito sobre as alterações de capital



Fonte: Sá (2010, p. 220).

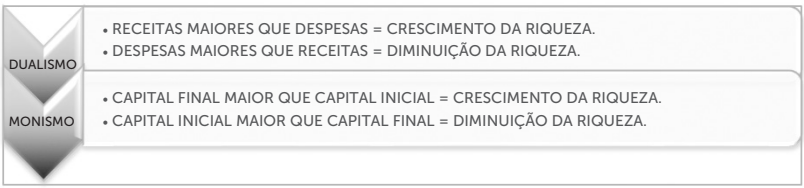
Quando olhamos sob o ponto de vista do rédito, os fenômenos ganham maior conjunção entre os elementos observados. Por exemplo, o lucro estudado de determinada empresa no ano de 2015 não foi formado apenas em um único momento. Na realidade, esse lucro foi se formando a cada unidade vendida, a cada espaço de tempo teve-se um novo resultado. É nesse sentido que o conceito de rédito torna-se importante para qualificar a contabilidade como um poderoso centro de informação gerencial.

Assimile

Resumidamente, podemos dizer que todo capital concorre para a produção do rédito, ou seja, produção do lucro.

Vamos nos aprofundar um pouco mais nesse importante conceito. O rédito, como vimos, é eficaz se houver aumento de riqueza. Assim, para vermos esse aumento há dois caminhos a seguir. O primeiro pela diferença entre receitas e despesas, denominado dualismo, e o segundo pela comparação entre o capital inicial e o capital final de um período, denominado monismo. A Figura 2.11 nos mostra a diferença de pensamento dessas duas escolas.

Figura 2.11 | Escola monista e escola dualista



Fonte: adaptada de Sá (2010).

Devemos destacar que a escola monista e a dualista se apresentam como diferentes formas de verificar as variações patrimoniais, no que se refere ao rédito, pois enquanto a escola monista argumenta que a riqueza se mensura pelo aumento ou redução do capital, a escola dualista parte da perspectiva da receita maior que a despesa. Algo bem familiar para a contabilidade atual.

Agora que você já viu que o fenômeno observado, "o lucro", é comum independentemente de qual for a corrente de estudo na contabilidade, precisarmos apenas considerar os efeitos nesse fenômeno, que pode ser influenciado por fatores que a própria contabilidade não controla. Para isso, vamos discutir sobre o rédito nominal e o rédito efetivo. Para entender esse contexto, é preciso retomar o conceito de teoria do valor. Nele, encontramos algo sobre o crescimento nominal dos valores e sua relatividade frente a fatores que influenciam o crescimento monetário das contas. Tais fatores se referem à inflação, à baixa de preço devido à concorrência, a gastos inesperados, entre outros.

Assimile

O poder de compra do lucro está na razão direta entre o valor que ele expressa e o quanto, com tal valor, pode-se adquirir de unidades que formam o objeto da atividade da empresa.

A Figura 2.12 ilustra bem o significado do rédito normal e do rédito efetivo.

Figura 2.12 | Rédito nominal X rédito efetivo

Fonte: adaptada de Sá (2010).

Para melhor ilustrar, vamos tomar como exemplo o rédito efetivo:

Exemplificando

► Rédito efetivo:

Determinada concessionária de veículo comprou uma unidade por $ 20.000,00 e a vendeu por $ 40.000,00. Se com esse valor da venda forem compradas duas unidades da mesma mercadoria, ela tem um rédito efetivo. Se com o valor da venda forem compradas duas da mesma unidade, há um acréscimo real de unidades, e não apenas de valor.

► Perda de capital:

Determinada concessionária de veículo lucrou $ 20.000,00 na venda de uma unidade que lhe custou antes $ 20.000,00. Para comprar outra igual, teria que desembolsar $ 40.000,00: efetivamente não lucrou, mas perdeu capital.

Uma vez que já estabelecemos os conceitos de variações patrimoniais, falaremos sobre a Teoria da estabilidade patrimonial. Vamos primeiro nos ater ao significado da palavra estabilidade, que remete automaticamente a alguns sinônimos, como: harmonia,

segurança, controle. Contudo, no universo da contabilidade podemos traduzir como sendo a segurança do crescimento da riqueza aziendal.

O desequilíbrio quase sempre prova a ineficácia. Sá (2010, p. 259) define que "Um Patrimônio está em equilíbrio quando existe uma participação adequada de cada componente da riqueza, de modo que todos possam oferecer a eficácia". Veja que são muitos os fatores que provocam desequilíbrios patrimoniais, por exemplo, excesso de mercadorias, excesso de duplicatas a receber, falta de dinheiro etc. É nesse sentido que muitos cientistas da contabilidade atribuem essas disparidades à falta de correlação dos investimentos com as fontes de financiamentos.

Para esses cientistas, a ideia é de que o investimento seja sustentado por uma fonte de financiamento de natureza semelhante. Logo, a Figura 2.13 traduz essa estrutura de investimentos.

Figura 2.13 | Investimento em capital fixo e capital circulante

Fonte: Sá (2010, p. 266).

Os desequilíbrios provocados pela própria empresa são muitas vezes influenciados por fatores ambientais, tais como: crises econômicas, crises sociais, mudanças de tecnologia, concorrência desleal, entre outros fatores.

Quanto ao lucro por ação e dividendos, este é um dos indicadores mais importantes da avaliação da atividade. O seu cálculo é bastante simples, a grande dificuldade refere-se às variações nas quantidades de ações que podem ocorrer durante o período.

Exemplificando

Iudicibus (2015, p. 173) exemplifica a influência das variações na quantidade:

"Se tivermos adicionado ao denominador certo número de debêntures conversíveis, a despesa de juros proporcional, ajustada pelo efeito do

imposto de renda, deveria ser adicionada ao lucro no numerador."

Logo,

Quanto aos dividendos, a teoria dominante diz que dividendos pagos em dinheiro representam uma receita para quem recebe, mas não para a entidade, que paga os dividendos em ações.

Feitas essas considerações sobre o patrimônio líquido e os aspectos que o circundam, agora você já pode partir para resolver a atividade desta seção.

Pesquise mais

Este vídeo apresenta o conceito referente a patrimônio líquido, sua composição e o significado das informações geradas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=767XdjlE3IU>. Acesso em: 16 dez. 2016.

Sem medo de errar

Nesta atividade, você deverá auxiliar o nosso personagem a solucionar uma dúvida surgida na avaliação dos resultados do patrimônio líquido da organização. Lembre-se de que o contexto da atividade se encontra no tópico *Diálogo aberto*, em que você deverá levantar os dados da situação para elaborar um relatório a fim de esclarecer o aumento do valor do patrimônio líquido.

Dessa forma, apresentamos alguns passos para ajudá-lo no desenvolvimento da atividade desta seção:

1º Verificar se houve realmente lucro no último período que justifique o crescimento do patrimônio líquido.

2º Verificar se houve integralização de capital em dinheiro com venda de ações.

3º Verificar se houve ágio na venda de ações.

4º Quantificar esse ganho e calcular o percentual que contribuiu para a evolução do valor patrimonial da ação.

5º Elaborar o relatório, respondendo as causas da evolução.

Avançando na prática

Escola monista x escola dualista

Descrição da situação-problema

O Banco de Investimentos Pérola S/A baseia as garantias dos empréstimos na evolução do patrimônio líquido. Para cada empréstimo, solicita-se a composição do patrimônio líquido dos dois últimos balanços. No ano de x2, a empresa Doce e salgado Ltda. captou recursos de capital de giro da ordem de $ 160.000,00.

O banco tem o costume de realizar comitês de crédito para reciclar os maiores empréstimos efetuados no mês. Em um desses comitês, seus agentes de crédito ficaram perplexos quando se depararam com a linha de crédito liberada para a empresa Doce e salgado.

Nesse mesmo instante, solicitou-se ao departamento de crédito uma justificativa plausível para essa liberação.

Resolução da situação-problema

O primeiro passo para a resolução do problema é alinhar a composição do patrimônio líquido no momento x1 e x2:

PATRIMÔNIO EM X1		PATRIMÔNIO EM X2	
CAPITAL SOCIAL	$ 170.000,00	CAPITAL SOCIAL	$ 270.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	$ 50.000,00	RESERVAS DE CAPITAL	$ 50.000,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	$ 10.000,00	RESULTADO DO EXERCÍCIO	$ 1.000,00
TOTAL	**$ 230.000,00**	**TOTAL**	**$ 321.000,00**

O segundo passo é analisar conta a conta todas as variações do patrimônio líquido.

EVOLUÇÃO PATRIMÔNIO DE X1 PARA X2		ANÁLISE DAS VARIAÇÕES
CAPITAL SOCIAL	59%	Aporte de capital em dinheiro pelos sócios
RESERVAS DE CAPITAL	0,0%	Não houve variação
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(90%)	Queda do resultado
TOTAL	**40%**	**Aumento do patrimônio**

Conforme composição do patrimônio líquido e suas variações, o departamento de crédito justificou o empréstimo concedido alegando que a empresa apresentou uma variação positiva e significativa de 40% no seu capital. De posse da justificativa, o comitê decidiu que as próximas análises deverão ser feitas de acordo com a escola dualista.

Faça você mesmo

Aléssio é um fazendeiro que atende uma grande empresa do setor da agroindústria e realizou, com outro fazendeiro, uma operação de permuta. Trocou duas ovelhas por três bois. De posse desses três bois, trocou-os novamente por quatro ovelhas. Ao final do ano, efetuou a última operação, trocando as quatro ovelhas por cinco bois. Nesse caso, essa operação propiciou um rédito efetivo? Justifique.

Faça valer a pena

1. Algumas correntes doutrinárias apresentam uma definição muito simplista em relação àquilo que ele pode demonstrar ao longo de um período. Entretanto, podemos considerar o patrimônio líquido o grupo de contas em que encontramos a informação final de todo o esforço empresarial, ou seja, _____.

Assinale a resposta correta:

a) O capital social.

b) O resultado do exercício.

c) O ágio por ação.

d) Os bens dos sócios.

e) Os bens da empresa.

2. Iudicibus, Marion e Faria (2009, p. 142) definem que "O Patrimônio Líquido, em essência, de qualquer ângulo que seja analisado, é o resultado final de todo o esforço feito pela entidade para alocar seus Ativos (e Passivos), da forma mais eficiente e lucrativa possível".

Sobre o patrimônio líquido e suas variações, marque V para verdadeiro ou F para falso:

( ) Do ponto de vista do acionista (investidor), quanto maior o lucro, maior o retorno (dividendo).

( ) Tecnicamente, do ponto de vista da temática contábil, reservas não transitam pela DRE.

( ) Provisões e reservas são sinônimos, pois possuem a mesma função.

( ) O ágio na venda de ações é apropriado à reserva de capital.

a) V – V – F – V.

b) F – V – F – F.

c) F –V – F – V.

d) V – F – V – F.

e) V – F – V – V.

3. Segundo Lopes (2010, p. 219), "O fenômeno do rédito acontece quando o capital (aqui entendido como todo o patrimônio da empresa, volvido à obtenção da finalidade lucrativa) varia, por efeito de sua movimentação, em decorrência da atividade desenvolvida para a utilização do mesmo".

Para muitos cientistas, o rédito é muito mais abrangente que o termo resultado. Marque V para verdadeiro ou F para falso:

( ) Sua origem vem do latim e significa "o que é devolvido".

( ) O rédito é eficaz se houver aumento de riqueza.

( ) Dentro do conceito de rédito, substitui-se a expressão gestão por atividade. A primeira limita a vontade do homem, e a segunda é muito mais dinâmica, pois depende de atos voluntários e involuntários, naturais e inaturais na formação dos resultados.

( ) A escola monista estuda o resultado pela diferença entre receitas e despesas.

Assinale a sequência correta:

a) V – V – F – V.

b) F – V – F – F.

c) F – V – F – V.

d) V – V – V – F.

e) V – F – V – V.

Referências

CAVALCANTE, C. H. L. Percepção dos alunos iniciantes e concluintes do curso de Ciências Contábeis sobre a profissão contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 177, jun. 2009. Bimestral.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00**: estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Brasília, 2008. 30 p.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (São Paulo) (Org.). **Responsabilidade, risco e relevância da profissão contábil em 70 anos de regulamentação profissional**. 2016. Disponível em: <http://www.webed.com.br/portal/crc/canal/276/60630>. Acesso em: 19 maio 2016.

GEN Grupo Editorial Nacional. José Carlos Marion - perspectivas da profissão contábil (capítulo1). **YouTube**. 2012a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyHb3O8UkV4>. Acesso em: 26 dez. 2016.

GEN Grupo Editorial Nacional. José Carlos Marion - Regimes de contabilidade - apuração de resultados (capítulo 5). **YouTube**. 2012b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pOtlka82dwY>. Acesso em: 27 fev. 2012.

GEN Grupo Editorial Naciona. José Carlos Marion - aspectos sobre a teoria da contabilidade (capítulo 7). **YouTube**. 2010a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M8fv_8zzlnc>. Acesso em: 26 dez. 2016.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da contabilidade: quatro mil anos de contabilidade. In: HENDRIKSEN, Eldon S. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 42.

IUDICIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. MARION, J. C; FARIA, A. C. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, J. M. de; BEUREN, I. M. O tratamento contábil do capital intelectual em empresas com valor de mercado superior ao valor contábil. **Rev. contab. financ.**, São Paulo, v. 14, n. 32, p. 81-98, Aug. 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772003000200006&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 27 Jan. 2017.

SÁ, A. L. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, F. Conselho Federal de Contabilidade (Comp.). RBC: 100 Anos de história contábil. **RBC**: 100 anos de história contábil, São Paulo, n. 191, p. 7-31, 2012. Mensal.

SEVILHA Contabilidade. Inventário - levantamento de estoques. **You Tube**. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v7Tf010_4Ko>. Acesso em: 18 out. 2016.

Campo de pesquisa da contabilidade

Convite ao estudo

Olá, tudo bem?

Iniciaremos nossa terceira unidade. Nela, discutiremos os seguintes temas: abordagem científica da contabilidade, como tema inicial; as demonstrações contábeis, na segunda seção; e finalizaremos debatendo sobre o sistema financeiro brasileiro e suas relações com a informação contábil para os usuários.

Continuaremos a desenvolver a competência técnica de conhecer aspectos estruturais e conceituais do patrimônio, a dinâmica patrimonial a partir do registro dos fatos contábeis e os procedimentos de elaboração das demonstrações contábeis, estabelecendo um viés no campo teórico que referenda as práticas contábeis nas entidades.

Nesse contexto, teremos como objetivo para esta unidade apresentar o universo de pesquisa da ciência contábil, compreendendo os aspectos conceituais das diferentes correntes filosóficas, para então entender o papel das informações contábeis e suas relações com o sistema financeiro do Brasil.

Para alcançar tais objetivos, você conhecerá Ricardo Toledo, um experiente *controller* de uma empresa do ramo industrial. Nos últimos períodos as discussões internas na empresa quanto aos resultados gerados em função do exercício das atividades da organização estão aumentando constantemente. O Sr. Toledo tem enfrentado questionamentos em relação aos dados apresentados nas demonstrações contábeis, no sentido de que não refletem a realidade. Além disso, os investidores e possíveis investidores estão inseguros com tal situação, uma vez que esses fatos têm, de certa forma, interferido nos rumos estratégicos a serem realizados para

a empresa. Diante disso, o Sr. Toledo entendeu a necessidade de prestar esclarecimentos sobre esses conflitos na informação contábil e convidou você para ajudá-lo nessa empreitada junto aos acionistas da entidade.

Na qualidade de pesquisador, você orientará o *controller* a responder às seguintes questões: quais correntes teóricas regem a informação contábil? Que corrente teórica vê-se fortemente manifestada na informação contábil? Como identificar as características da informação contábil nas diferentes correntes teóricas? Qual o papel da contabilidade atual e suas relações com o sistema financeiro e as empresas?

Vamos encarar mais esse desafio!

Seção 3.1

Abordagem científica da contabilidade

Diálogo aberto

Caro aluno,

Iniciaremos mais uma seção! Falaremos sobre a abordagem científica da contabilidade. Você terá a oportunidade de verificar os aspectos relacionados à contabilidade enquanto ciência, as bases conceituais da pesquisa positivista e normativista, e as razões para abordagens distintas no universo contábil.

Trabalharemos no caso do Sr. Ricardo Toledo, cujo objetivo será o de apresentar os conceitos fundamentais da corrente positivista e normativista no âmbito da contabilidade, realizando a seguinte atividade: em véspera de reunião com investidores, o Sr. Toledo tomou ciência de toda a situação que está envolvendo os resultados da empresa. Embora a organização tenha gerado, nos últimos períodos, resultados satisfatórios, a contabilidade tem sido muito questionada em razão da divergência dos resultados.

É claro que, fatalmente, o Sr. Toledo teria que explicar tais divergências junto ao Conselho Administrativo e ao mercado, neste caso, representado pelos investidores. Mas, como se trata de um profissional altamente técnico, o Sr. Toledo resolveu inovar na explicação dos dados na reunião. Substituir por: Devido ao fato de ter perdido muito tempo elaborando os resultados globais da empresa, decidiu que, antes de apresentá-los, conselheiros e investidores deveriam conhecer as linhas teóricas que estão regendo a informação contábil.

Compreendendo o risco que seria falar sobre teoria com investidores e conselheiros, o Sr. Toledo, sabendo do grande pesquisador da área que você é, resolveu contratá-lo para ajudar a formatar esse trabalho na empresa. A necessidade do Sr. experiente *controller* é exatamente elaborar um treinamento sobre o tema "Positivismo e Normativismo no Ambiente Contábil: a influência desses pensamentos no resultado contábil".

Você deverá elaborar uma apresentação contendo dez slides, com o objetivo de mostrar aos conselheiros e investidores como as diferentes correntes de pensamento podem modificar o resultado da empresa. O Sr. Toledo conta com você para identificar e mostrar os pontos conflitantes entre a teoria positiva e a teoria normativa da contabilidade.

Para desenvolver essa atividade você deverá compreender os aspectos da visão científica da contabilidade, os conceitos que envolvem a teoria positivista e a teoria normativista da contabilidade e a influência de cada uma dessas teorias na informação contábil. Mãos à obra! Vamos resolver mais esta situação!

Não pode faltar

Iniciaremos nossa discussão sobre a abordagem científica da contabilidade. Antes, porém, acreditamos ser oportuno falarmos sobre ciência. Como podemos considerar que este ou aquele estudo ou observação tem caráter científico? No mundo do conhecimento, os estudiosos consideram as fontes de conhecimento comum e as fontes de conhecimento científico. Mas no que efetivamente diferem estes conhecimentos? A Figura 3.1 nos ajuda a compreender um pouco mais esse universo:

Figura 3.1 | Conhecimento comum X conhecimento científico

Conhecimento comum (ou empírico)	• É obtido somente pela observação. • Conhecimento superficial, sensitivo, subjetivo. As coisas acontecem sempre iguais.
Conhecimento científico	• Exige universalidade, saber explicar em que condições e como as coisas acontecem em qualquer lugar, a qualquer hora, sempre da mesma forma. • As afirmações que não podem ser comprovadas são descartadas. Preocupa-se não só com os efeitos, mas principalmente com as causas e leis que o motivaram.
Exemplos	• Empírico: quando o céu escurece temos certeza que vai chover. Isso porque este fenômeno aconteceu da mesma maneira em outra vez. • Científico: o porquê de o céu escurecer. Quais as leis causaram essa transformação na cor do céu? Sempre que o céu escurece chove? Sim? Não?

Fonte: elaborada pelo autor.

Essas razões científicas também existem na contabilidade e trazem verdades principalmente de caráter universal. Você teve a oportunidade de verificar, na Seção 1.3, que, para que um campo de estudos se torne uma ciência, é preciso que se cumpram requisitos lógicos a fim de que seja referendado.

Verificamos na ocasião quais seriam esses requisitos e como a contabilidade estaria cumprindo-os para se tornar o campo de estudo científico que conhecemos na atualidade. Você aprendeu que o objeto de estudo da contabilidade está centrado no patrimônio das aziendas. E que, a partir desse foco, desencadeia-se a aplicação de teorias que explicam toda a atividade executada nas entidades, para que se prestem informações aos usuários da contabilidade.

Reflita

Hendriksen e Van Breda (2007, p. 511) comentam que "As ciências estão fazendo novas descobertas continuamente. O mesmo se dá com a Contabilidade. As controvérsias que a cercam, em determinados momentos, não fazem mais do que demonstrar que está viva". Nesse contexto, podemos afirmar que a concordância a respeito de tudo elimina qualquer possibilidade de gerar ciência?

É importante sabermos que a contabilidade, nas afirmações de Sá (2010), possui fontes de formação organizadas de forma sistemática, em que se pode enunciar postulados (verdades) sobre fenômenos que são verificáveis, possui condições de descobrir novos fatos relacionados aos fenômenos patrimoniais e, a partir disso, estabelecer modelos de situações que ainda não são constatáveis, entre outras.

Em todas as constatações levantadas pelo autor podemos verificar que isso só é possível em razão da evolução da humanidade e de suas relações sociais e econômicas, pois por meio destas é possível observar outros fenômenos que poderão ocorrer no patrimônio das entidades e desenvolver novos postulados que venham a explicar suas riquezas.

Mas por que uma ciência social? Porque a contabilidade, sendo um instrumento de controle para diversas células sociais, com certeza poderá interferir e mudar o rumo deste ou daquele grupo de pessoas. Uma dona de casa não deixa de ir ao supermercado simplesmente porque acabou o dinheiro. Vamos traçar uma linha de pensamento até

chegar à contabilidade? Ela não vai ao mercado porque o gestor da família ficou desempregado e, consequentemente, sem recursos. Mas por que ele ficou desempregado? Porque o ramo em que a empresa trabalha está sem demanda e, por conseguinte, a empresa não está atingindo os objetivos de vendas. Com a redução de vendas, haverá redução do lucro e eminente prejuízo, o que ocasiona a demissão daquele gestor. Por outro lado, as vendas do supermercado também vão cair e assim temos um ciclo de vida em finanças e contabilidade. Se tudo vai bem, consequentemente tudo está bem! As peças praticamente não se alteram no contexto social.

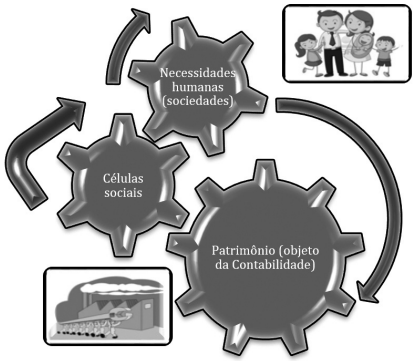
A razão de a contabilidade ser uma ciência se deve ao fato de apresentar causas e consequências da modificação do fenômeno patrimonial, ter poder de modificá-lo. No caso do gestor mencionado anteriormente, se após a apresentação da situação em queda da empresa, esta procurasse meios para efetuar vendas para o exterior e obtivesse sucesso, provavelmente seu emprego estaria garantido e toda aquela situação social não aconteceria. Ficou claro?

Assimile

Sá (2010, p. 41) conceitua a contabilidade como ciência social de maneira bem objetiva: "Se a Contabilidade trata do patrimônio das células sociais e estas se inserem no todo social, é fácil concluir que seja ela uma Ciência Social."

Para finalizarmos essa discussão, é muito oportuno verificar, na Figura 3.2, a representação sobre a relação da contabilidade com a área de ciências sociais; você poderá identificar claramente o que está envolvendo essas relações, além de compreender as variáveis que estão influenciando-as.

Figura 3.2 | Relação da contabilidade com as ciências sociais



Fonte: elaborada pelo autor.

Agora que já conceituamos a contabilidade como ciência, podemos falar sobre as bases da pesquisa. Nas novas abordagens da pesquisa contábil encontramos a teoria normativa e a teoria positiva. Mas, afinal, o que vem a ser uma e outra nesse contexto? Vejamos as características de cada uma.

Você teve a oportunidade de verificar, na Seção 1.2, que a contabilidade adota métodos dedutivos e indutivos (com suas modalidades), que podemos utilizar tanto na teoria positiva quanto na teoria normativa, com o objetivo de disponibilizar a informação patrimonial para os diversos usuários da contabilidade.

Segundo Lopes e Martins (2005), as pesquisas em contabilidade com características normativas necessariamente estão se pautando na observação ou avaliação da prática contábil, conforme as bases teóricas estabelecidas como ideais. Nesse contexto, este "ideal" está ancorado em conceitos relacionados ao lucro e à riqueza. Ainda segundo os autores, o normativismo que atenta para a recomendação de práticas e procedimentos no campo profissional nasce em razão de trabalhos acadêmicos, pois havia profissionais da área inseridos nesse meio. Vale lembrar que as normas ou até mesmo os padrões existentes na contabilidade ainda não são unificados, por isso você poderá observar uma série de divergências na leitura do fenômeno patrimonial das entidades, em que ainda devem ser considerados determinados procedimentos adotados, que variam de um país para outro.

Em Iudícibus (2010) argumenta-se que o sistema de regulação contábil, até antes da consolidação das normas internacionais de contabilidade no Brasil, era fortemente influenciado por diferentes agentes que não necessariamente possuíam a vocação contábil, ou seja, tais influências eram originárias de órgãos do Estado, organizações profissionais, instituições relacionadas ao mercado financeiro de uma forma geral.

Ainda na visão dos autores, isso gerava dificuldades no processo de consolidação dos padrões nas práticas contábeis, motivadas também pela existência de uma variedade de órgãos e entidades profissionais na área da contabilidade, em âmbito internacional e nacional, que promoviam complexas interpretações aos usuários de maneira geral.

No Brasil, segundo Iudícibus (2010), a constituição do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), por meio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), combinado com a promulgação da Lei n. 11.638/2007, permitiu significativos avanços para a modernização e atualização das normas e dos preceitos contábeis, refletindo mais segurança e objetividade da informação gerada pela contabilidade e influenciando os princípios e convenções contábeis.

Para melhor entendimento, observe a seguinte situação.

Exemplificando

As taxas de depreciação são determinadas pela Receita Federal. Assim, o percentual e o tempo de depreciação são previamente indicados por instruções normativas.

Uma empresa de transportes que passou a operar 24 horas com seus veículos, tendo em vista uma forte demanda de entrega de exemplares, certamente terá em seus relatórios uma considerável distorção em sua conta de depreciação acumulada. A conta depreciação acumulada acusará que o veículo, após o segundo ano, ainda apresentará vida útil. Se considerarmos que o bem em análise está obedecendo a dois turnos e, portanto, tendo um maior desgaste, tudo indica que sua vida útil sofrerá uma redução significativa.

Uma vez entendidas as características da teoria normativa da contabilidade, vamos avançar um pouco mais. Nesse caso, passemos a abordar as bases da teoria positiva.

Segundo Watts e Zimmerman (1986), a abordagem positiva nos estudos se refere à previsão dos efeitos sobre uma informação contábil, em que se busca a explicação do uso de tal informação pela entidade.

Em linhas gerais, segundo Watts e Zimmerman (1990), a teoria positiva possui um caráter de explicação e predição das escolhas contábeis relacionadas às informações que são divulgadas de forma geral, em que são estabelecidas as hipóteses da pesquisa, cujas origens advêm da teoria econômica e financeira, e são testadas de forma empírica, com o objetivo de verificar o comportamento dos agentes econômicos em razão das informações divulgadas. Na concepção de Watts e Zimmerman (1986), além da questão de predição, a teoria positiva sinaliza quais entidades utilizarão, ou não, determinado método que venha a explicar a variação patrimonial. Nessa teoria, podemos perceber que é observada a realidade da organização e, para isso, serão utilizados testes sobre os fenômenos ocorridos de forma empírica.

Para que se possa estudar tais fenômenos, Martins (2005) destaca que se deve utilizar preceitos da estatística e da matemática que sejam capazes de comprovar, ou não, as hipóteses como um elemento de extrema importância quanto ao conhecimento da contabilidade, sendo em alguns momentos o ponto mais relevante.

Cabe observar, de acordo com Martins (2005), que a corrente positivista dá relevância à estrutura básica definida, centrada na questão do que seria bom ou ruim, da pesquisa sobre os fatos efetivos, além de estudar o comportamento do valor das ações de uma entidade em razão de um procedimento contábil, deduzindo-se assim sua relevância, sem qualificá-la, conforme sua base conceitual. Vamos observar o exemplo a seguir.

Exemplificando

Iudícibus, Marion e Faria (2009) apresentam um exemplo bastante claro para diferenciação das duas teorias:

O Brasil passou, há alguns anos, por uma carga inflacionária muitíssimo elevada. Isso era um problema no quesito comparabilidade entre

períodos. Os normativos criaram um sistema de correção que eliminasse essa distorção. Entretanto, não se preocuparam em abordar a questão a partir de quais magnitudes das taxas de inflação o sistema de correção se tornaria fundamental para as empresas. Complementa, ainda, que os positivistas certamente teriam formulado hipóteses e testado quais usuários efetivamente precisariam de um mecanismo de correção completo.

É importante entender que a teoria positiva na contabilidade, sempre que possível, procura não ditar regras e aceitar o mundo real dos fenômenos. Usualmente, apoia-se no método indutivo. Recorda-se dele? Ele estabelece hipóteses que devem ser testadas para predizer o que poderá ocorrer.

Para construir teoremas em ciência contábil, é preciso realizar muitas comparações. Conforme Sá (2010, p. 86), "Para nossa disciplina, é imperioso, no intuito de confirmar a verdade, aplicar também o denominado 'método da diferença' que visa comparar dois casos semelhantes onde um confirma e o outro nega determinada realidade, sob circunstâncias 'diferentes'".

Neste contexto, podemos simplificar considerando que um acontecimento pode ser eficaz em determinada empresa ou em situação específica, como também pode não produzir efeito algum. Observe o exemplo a seguir.

Exemplificando

Um aporte de capital realizado para fins de suprir capital de giro na empresa pode ser totalmente eficaz para determinado segmento da economia. Entretanto, pode não produzir efeito algum em outro mercado de atuação. Essa contradição não invalida em ambos os casos que o aporte de capital realizado seja positivo e verdadeiro.

Outro ponto a se destacar no contexto da teoria positiva é que esta pode ser estudada sob duas perspectivas. Observe:

Figura 3.3 | Perspectivas de oportunismo x Perspectiva da eficiência

Fonte: adaptada de Iudicibus, Marion e Faria (2009, p. 220).

Iudícibus (2010) faz um alerta para a pesquisa positiva e elenca duas considerações importantes: i) suas conclusões normalmente estão limitadas à mostra considerada; ii) seus resultados devem ser analisados com cuidado.

Reflita

O arrendamento mercantil, ou leasing, como é comumente chamado, é uma forma de aluguel e um dos exemplos clássicos da essência sobre a forma. Geralmente, ao término do contrato, o cliente faz a opção de compra e é justamente esse ato que coloca em conflito a forma e a essência do fato contábil. Se o cliente não fizer a opção de compra, estaremos diante de uma teoria positiva ou uma teoria normativa?

De acordo com Iudícibus (2010), as duas teorias, de uma maneira ou de outra, complementam-se. Contudo, se houver possibilidade de opção, que seja pela base normativa, pois a teoria positiva sem o caráter normativo, da forma como é abordada na contabilidade atualmente, não poderia subsistir. Uma vez abordados os conteúdos desta seção, agora você já pode partir para a resolução da atividade proposta. Bom trabalho!

Pesquise mais

Acesse o site a seguir e se aprofunde em importantes conceitos sobre as abordagens positiva e normativa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=smB8BrF_6Tc>. Acesso em: 4 jan. 2017.

Também leia o artigo Uma reflexão sobre a contabilidade: caminhando por trilhas da "teoria tradicional e teoria crítica". Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337228648002>. Acesso em: 3 fev. 2017.

Sem medo de errar

Chegou o momento de resolvermos a demanda do Sr. Ricardo Toledo. Perceba que nessa atividade você deverá realizar um treinamento com o intuito de identificar e mostrar os pontos conflitantes entre a teoria positiva e a teoria normativa da contabilidade. Será importante retomar o enunciado da atividade, no tópico *Diálogo aberto*, a fim de montar o treinamento solicitado.

Deixaremos aqui alguns pontos importantes a serem inseridos na apresentação, a fim de norteá-lo no desenvolvimento do material. Mas, lembre-se, esses usuários são leigos no que se refere à contabilidade e precisam compreender o significado das informações que serão apresentadas a eles. Vamos aos pontos de discussão!

1º) Contextualizar

Faça a abertura sobre o tema, destacando os objetivos da informação contábil e a forma como são disponibilizadas (no caso, as demonstrações) as informações, e discuta a importância destas refletirem a situação econômica e financeira da entidade.

2º) Apresentar a teoria positiva e a teoria normativa da contabilidade

Apresente o conceito e as características relacionadas a essas duas teorias. Destaque, entre outros aspectos, a origem, evolução, importância e as razões pelas quais se trabalham com essas abordagens teóricas no universo da contabilidade.

3º) Apresentar exemplos

Apresente exemplos práticos em que os usuários possam associar a teoria com a situação corriqueira na contabilidade da empresa.

Dica: monte uma situação que contenha de dois a três exemplos de cada uma das teorias abordadas na apresentação, de preferência que sejam mostradas num quadro comparativo, para que o usuário possa detectar as características e diferenças entre uma e outra.

4º) Elaborar as considerações finais

Nas considerações finais, destaque os aspectos positivos e negativos de ambas as teorias. Além disso, com relação aos conflitos quanto aos resultados da empresa, faça um comentário conclusivo dizendo se houve ou não, de fato, erros nas demonstrações da empresa, devido às divergências apontadas pelos usuários.

Avançando na prática

A depreciação

Descrição da situação-problema

O Sr. Lucas Alves do Nascimento é o principal executivo de uma renomada montadora de veículos. Sob sua responsabilidade estão o departamento de controle patrimonial, mais especificamente o ativo imobilizado, e o departamento de contabilidade societária. Todo mês é o responsável por informar à diretoria da fábrica o grau de operação e estado das máquinas do parque fabril. O tempo de uso decorrido dos equipamentos (A, B e C) é de quatro anos e a empresa utiliza como referência a tabela da Receita Federal para o cálculo da depreciação de seus equipamentos, que no caso é de 10% ao ano, pois a orientação é para que se faça assim.

Ocorre que a depreciação dos equipamentos é mais acelerada, ou seja, os bens possuem um tempo de vida útil de cinco anos. Em todas as reuniões mensais com presidência acontece algo notório: sempre indagam a ele que a depreciação aplicada às máquinas é irreal, pois a estimativa de vida útil que os relatórios apresentam está muito longe da realidade.

Dessa forma, o Sr. Lucas solicitou que se fizesse um estudo sobre a depreciação dos equipamentos, comparando os percentuais restantes a serem depreciados entre a tabela da Receita Federal e o desgaste efetivo dos bens, apontando em quais situações se manifestam a teoria positiva e a normativa da contabilidade.

Resolução da situação-problema

1º) Passo: calcular o valor a depreciar conforme instrução normativa do governo.

Máquina	Tempo de uso	Vida útil	Taxa de depreciação (tabela Receita Federal)
A	4 anos	10	10% a.a.
B	4 anos	10	10% a.a.
C	4 anos	10	10% a.a.

Máquina	Tempo restante de uso	Vida útil	Taxa da depreciação aplicada até o momento conforme tabela da Receita Federal
A	6 anos	10	40% a.a.
B	6 anos	10	40% a.a.
C	6 anos	10	40% a.a.

2º) Passo: calcular o valor acumulado da depreciação efetiva (acelerada) dos equipamentos.

Máquina	Tempo de uso	Vida útil	Taxa de depreciação conforme desgaste real dos equipamentos
A	4 anos	5	20% a.a.
B	4 anos	5	20% a.a.
C	4 anos	5	20% a.a.

Demonstrativo efetivo da depreciação das máquinas pela depreciação acelerada:

Máquina	Tempo restante de uso	Vida útil	Taxa da depreciação aplicada até o momento conforme desgaste real dos equipamentos
A	1 ano	5	80% a.a.
B	1 ano	5	80% a.a.
C	1 ano	5	80% a.a.

Comentários:

Como se pode constatar, a disparidade entre a contabilidade normativa e contabilidade positiva pode causar significativas diferenças na informação disponibilizada ao usuário. No caso do Sr. Lucas, informa-se contabilmente que as máquinas nesse instante tinham ainda seis anos de uso. Esse é o indicador com o qual muitos usuários internos irão trabalhar, inclusive o pessoal responsável pela produção. Desse modo, a aplicação da teoria normativa, embora ajude a contabilidade a disciplinar de forma harmoniosa os vários elementos para composição do resultado final, poderá transmitir uma informação não muito segura.

Na verdade, devido à depreciação acelerada, a vida útil do bem reduziu-se para cinco anos, e nesse instante há apenas mais um ano de vida útil. Assim, pela teoria positiva podemos perceber que a contabilidade, em determinados momentos, pode ser mais realista. Perceba que esta divergência entre as informações com certeza vai impactar todo o planejamento e a linha de produção da empresa.

Faça valer a pena

1. No mundo do conhecimento, os estudiosos consideram as fontes de conhecimento comum e as fontes de conhecimento científico. Há diferenças entres essas fontes de conhecimento, e é justamente isso que qualifica se este ou aquele fenômeno estudado ou observado tem caráter científico.

Assinale a alternativa que corresponda a uma característica fortemente manifestada em relação ao conhecimento científico:

a) Conhecimento subjetivo.
b) Conhecimento superficial.
c) Exige universalidade.
d) Conhecimento sensitivo.
e) Obtido somente pela observação.

2. O Brasil passou, há alguns anos, por uma carga inflacionária muitíssimo elevada. Os salários chegaram a ser reajustados em mais de 50% no mês. Isso era um problema no quesito da comparabilidade entre períodos. Para resolver esta distorção, criou-se um sistema de correção que a eliminasse.

Em relação ao texto supracitado, apresenta-se nitidamente uma das teorias de pesquisa utilizadas na contabilidade.

Escolha a resposta correta:

a) Pesquisa positiva.
b) Pesquisa sensitiva.
c) Pesquisa subjetiva.
d) Pesquisa normativa.
e) Pesquisa universal.

3. Segundo Iudícibus, Marion e Faria (2009), o enfoque da teoria da contabilidade que tem por objetivo descrever como a contabilidade se desenrola, no mundo real, e predizer o que poderá ocorrer (sem vírgula) denomina-se positivo. Sempre que possível, procura não ditar regras e aceitar o mundo real dos fenômenos. Apoia-se no método _____ e estabelece hipóteses que devem ser _____.

O texto apresentado refere-se à teoria positiva como fonte de pesquisa na contabilidade. Sobre essa metodologia de pesquisa, complemente as lacunas e assinale a alternativa correta:

a) dedutivo; refutadas.
b) dedutivo; testadas.
c) indutivo; testadas.
d) indutivo; refutadas.
e) indutivo; negadas.

Seção 3.2

Demonstrações contábeis

Diálogo aberto

Nesta seção abordaremos as demonstrações contábeis. Discutiremos as origens desses relatórios, o papel das demonstrações contábeis no contexto da informação, o caráter positivista e normativista das demonstrações, além das perspectivas e tendências desses documentos gerados nas entidades.

Buscaremos proporcionar a competência de conhecer aspectos estruturais e conceituais do patrimônio, a dinâmica patrimonial a partir do registro dos fatos contábeis e os procedimentos de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo, para esta seção, de apresentar o desenvolvimento acerca das evidenciações contábeis e sua característica informacional.

Para isso, preparamos a seguinte atividade: satisfeito com os resultados alcançados no treinamento para os conselheiros e investidores da empresa, o Sr. Toledo, em longas conversas contigo, pensou sobre o que poderia proporcionar aos usuários internos da organização quanto à contabilidade. A vontade do *controller* é disseminar os aspectos da informação contábil, pois entende que isso facilitará as relações da empresa com as partes interessadas em âmbito interno. Com base nessas conversas, Ricardo Toledo pensou que um bom tema para abordar em um próximo encontro seria "evidenciações contábeis". Entretanto, por não saber como viabilizar esse tema, pediu a você que o ajudasse nessa empreitada.

Vocês definiram que esse treinamento deverá ter dez slides em formato de apresentação, os quais deverão abordar o desenvolvimento das demonstrações contábeis (o demonstrativo de resultado do exercício e o demonstrativo do valor adicionado), identificando em cada uma delas o seu aspecto positivo, a finalidade e a utilidade, as tendências da informação contábil, mostrando as principais normas estabelecidas pelos órgãos competentes para a divulgação dos resultados.

Para desenvolver essa atividade será necessário compreender a origem das demonstrações contábeis, a natureza das informações prestadas, os avanços observados a partir da obrigatoriedade de divulgação desses relatórios pelas entidades e as tendências da informação contábil.

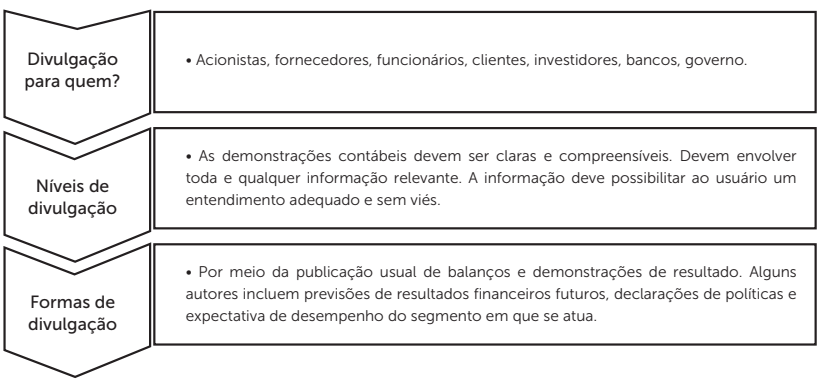
Mãos à obra!

Não pode faltar

Vamos iniciar nossas discussões sobre as demonstrações contábeis. Você pode perceber que as demonstrações contábeis representam a materialização de todo o esforço dedicado pelas diversas áreas envolvidas no controle patrimonial e financeiro da empresa. E quais são as áreas envolvidas nesse processo? Como exemplo, podemos citar a área fiscal, área de custos, área de controle patrimonial, entre outras.

Ao final do período todas as informações são devidamente auditadas e compiladas para a geração de uma informação única disponibilizada ao usuário. Mas qual é a utilidade dessa informação? A maioria dos estudiosos da área considera que um dos principais objetivos da divulgação financeira é fornecer informações para a tomada de decisões. E qual o parâmetro para a "tomada de decisões"? Imagine um indivíduo perdido em uma floresta. Uma bússola ajudaria a decidir sobre o rumo a tomar? Sul? Leste? Oeste? Nesse contexto, as demonstrações contábeis refletem a situação atual em que a empresa se encontra e qual o caminho a seguir para manter o equilíbrio e atingir o objetivo desejado.

Figura 3.4 | Divulgação de informações financeiras



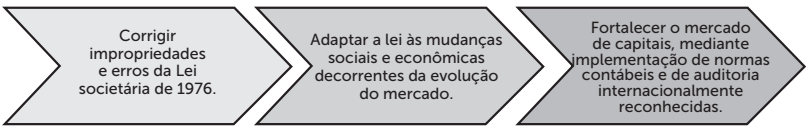
Métodos de divulgação	• As demonstrações contábeis devem sempre obedecer a um formato que possibilite um entedimento claro e objetivo. Dentro desse método de divulgação, temos ainda: terminologia e apresentações detalhadas, notas explicativas, demonstrações e quadros complementares, comentários no parecer da auditoria e carta do presidente do conselho de administração.

Fonte: adaptada de Hendriksen e Van Breda (2007).

Antes de iniciarmos o estudo das demonstrações, é importante entender que a contabilidade, na última década, passa por profundas modificações. Nesse sentido, seus relatórios foram aprimorados e remodelados.

Por meio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Lei n. 6.404/1976 foi reformulada a fim de trazer a modernização e harmonização da lei societária em vigor com as melhores práticas contábeis internacionais. Essa atitude visava principalmente à inserção do Brasil no atual contexto de globalização econômica e contou com a colaboração de entidades públicas e privadas.

Figura 3.5 | Principais aspectos considerados na reformulação da Lei n. 6.404/1976



Fonte: KPMG ([s.d.], p. 1).

Surgiram novos demonstrativos, bem como novos grupos de contas. A lei que rege a contabilidade também desobrigou as empresas de algumas exigências, inclusive na apresentação de demonstrações contábeis.

Quadro 3.1 | Alterações introduzidas pela Lei n. 11.638/2007

Dispositivo	Antes da mudança	Depois da mudança
Art. 176, I Art. 176, II	Balanço patrimonial.	Balanço patrimonial.
	Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.	Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.
Art. 176, III	Demonstração do resultado do exercício.	Demonstração do resultado do exercício.
Art. 176, IV	Demonstração das origens e aplicações dos recursos.	Demonstração do fluxo de caixa.
Art. 176, V	Inexistente.	Demonstração do valor adicionado.

Fonte: Marion (2013).

Vejamos os aspectos relacionados ao balanço patrimonial. Este demonstrativo traduz ao usuário uma posição estática que poderá ser de equilíbrio ou desequilíbrio. Mas você deve estar se perguntando: para que serve uma posição estática? Ou até mesmo: um relatório de quatro anos atrás ainda tem alguma utilidade? Com certeza sim! A contabilidade sempre apresentará uma informação de natureza preditiva. Por meio de um estudo da linha do tempo, o usuário poderá inferir algumas considerações e até previsões para sua tomada de decisões.

Alguns dados importantes ficam à nossa disposição nos relatórios contábeis. Com conhecimento e poder de análise, o usuário tem condições de prever uma tendência considerando os números apresentados. Por meio de uma adequada comparação durante os anos, conseguimos observar a evolução do endividamento, da liquidez, da rentabilidade, entre tantos outros indicadores importantes para uma análise de tendência. Veja o exemplo a seguir.

Exemplificando

Um jovem empreendedor foi convidado a investir em uma empresa de calçados. Para isso, recebeu um quadro com os principais indicadores no período 4:

- Liquidez geral.....1,20
- Lucro do período..... $ 200.000,00
- Vendas líquidas do período.....$ 1.000.000,00
- Margem de lucro bruto.....$ 400.000.000,00
- Lucro por ação.....1,50

Muito animado com os indicadores, consultou seu analista de investimentos e este solicitou que a empresa enviasse os demonstrativos contábeis dos últimos períodos.

Indicadores	Período 1	Período 2	Período 3	Período 4	Status
Liquidez geral	1,80	1,65	1,35	1,20	Queda
Lucro	R$ 800.000,00	R$ 600.000,00	R$ 400.000,00	R$ 200.000,00	Queda
Vendas	R$ 1.800.000,00	R$ 1.400.000,00	R$ 1.200.000,00	R$ 1.000.000,00	Queda
Lucro bruto	R$ 720.000,00	R$ 560.000,00	R$ 480.000,00	R$ 400.000,00	Queda
LPA	6,00	4,50	3,00	1,50	Queda

Embora no exercício do período 4 os indicadores mostrem-se positivos, pela tendência apresentada de queda dos últimos quatro anos, o jovem empreendedor deverá se resguardar e partir para uma análise mais apurada.

Observe que a contabilidade normativa é um indicador seguro para fins preditivos e de formação de tendência.

Outra modificação trazida pelas leis que regem a contabilidade foi a estruturação, a partir de 2009, do balanço patrimonial. Basicamente, tanto o ativo quanto o passivo são divididos em dois grupos: circulante e não circulante. Em relação a este último grupo, são classificados aqui valores a receber e a pagar cujos prazos esperados de realização aconteçam após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

Reflita

Todas as contas do ativo são classificadas em ordem decrescente de grau de liquidez. Dessa forma, como primeira rubrica temos a conta caixa, depois a conta bancos, e assim por diante. Já ao lado das contas do passivo observa-se a ordem decrescente de exigibilidade. Considere uma empresa industrial, podemos citar a conta de fornecedores. Qual classificação você daria a esta conta para uma empresa que efetua uma única compra de matéria-prima, para pagamento integral em 90 dias?

Quadro 3.2 | Apresentação do balanço patrimonial

Ativo	Passivo
Circulante • Disponível • Crédito • Estoque • Outros Não circulante • Realizável a longo prazo • Investimentos • Imobilizado • Intangível	Circulante • Obrigações • Encargos a pagar Não circulante • Exigível a longo prazo Patrimônio Líquido • Capital social • Reservas de capital • Ajustes de avaliação patrimonial • Reservas de lucros • Ações em tesouraria • Prejuízos acumulados

Fonte: Brasil (1976); Brasil (2007).

Discutiremos agora mais um importante relatório contábil: a demonstração de resultado do exercício, ou como muitos preferem chamar, de forma abreviada, a DRE. Na Unidade 2, na seção em que tratamos das exigibilidades, comentamos muito sobre ela. Lembra-se? Por esse motivo vamos abordá-la do ponto de vista preditivo.

A primeira consideração é que essa é a principal demonstração de fluxos. Quando comparamos as receitas, os custos e as despesas, há expectativa (por parte do empresário) de que as entradas superem as saídas e, com isso, exista o lucro, a fim de satisfazer a necessidade aziendal.

Assimile

Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 173) fundamentam que: "**A Demonstração do Resultado do Exercício** é a expressão máxima, juntamente com o Balanço Patrimonial, da evidenciação contábil emanada da aplicação criteriosa dos procedimentos de escrituração e ajuste, tudo obedecendo aos **Princípios Fundamentais de Contabilidade**, prioritariamente à **Competência**."

A DRE tem muito mais poder preditivo do que o próprio balanço, pois, como você já viu, é por ela que podemos avaliar o desempenho econômico da empresa. Lembre-se de quando concordamos que a sobrevivência de uma empresa depende do lucro. Além disso, falamos do postulado da continuidade e que quando a empresa apresentar a descontinuidade deverá elaborar as demonstrações em uma base diferenciada. É nesse sentido que a DRE ganha destaque entre todas as demonstrações contábeis. Se você quiser saber se a empresa sobreviverá, faça uma análise ao longo dos últimos anos e compare as margens de contribuição de cada resultado apresentado na DRE.

Esse relatório efetivamente consegue demonstrar uma análise tendenciosa por meio dos números que compõem o resultado. Você teve a oportunidade de compreender que o formato de apresentação desse relatório é dado de maneira dedutiva. Essa dedutibilidade poderia ser obtida tomando como base os recebimentos e disponibilidades e confrontando-os com os pagamentos (aluguel, luz, água etc.). Ao final, teremos três possibilidades de resultado: sobra, insuficiência ou nulo. Conseguiu associar ao conceito da DRE? Sem perceber, você desenvolveu um fluxo de entradas e saídas, e estabeleceu uma DRE de forma dedutiva.

Mas como surgiu esse demonstrativo? O homem, através dos séculos, sempre apresentou a necessidade de controlar seu patrimônio. Fez isso com propriedade e, com o aparecimento do método das partidas dobradas, a informação sobre o lucro foi quase uma consequência de todo o processo dessa temática contábil. A partir de então, a DRE já se apresentava como um importante artefato de informação. O Quadro 3.3 indica uma das formas de apresentação para composição do resultado do exercício.

Quadro 3.3 | DRE possivelmente utilizada em um de seus estágios de evolução

(+) Vendas líquidas
(-) Custo das mercadorias vendidas
Estoques iniciais
(+) Compras
(-) Estoques finais
(=) Lucro bruto
(-) Despesas vendas, administrativas e financeiras
Resultado do período

Fonte: elaborado pelo autor.

Perceba que a evidenciação do custo passava pela composição das entradas e saídas do estoque, em que se tomava como base as movimentações ocorridas em dado período nessa conta, que figura como um elemento componente das contas patrimoniais. Posteriormente, com as recentes mudanças na legislação, esse mesmo relatório é apresentado, conforme se verifica no Quadro 3.4:

Quadro 3.4 | DRE possivelmente utilizada em um de seus estágios de evolução

(+) Receita operacional bruta
(-) Deduções da receita bruta
(=) Receita operacional líquida
(-) Custo das vendas
(=) Lucro bruto
(-) Despesas operacionais
(=) Resultado operacional
(+, -) Receitas e despesas não decorrentes das atividades-fim
(=) Resultado antes das participações e dos impostos, as provisões para impostos e contribuições sobre o resultado
(-) As participações no resultado
(=) Resultado líquido do período

Fonte: elaborado pelo autor.

Pesquise mais

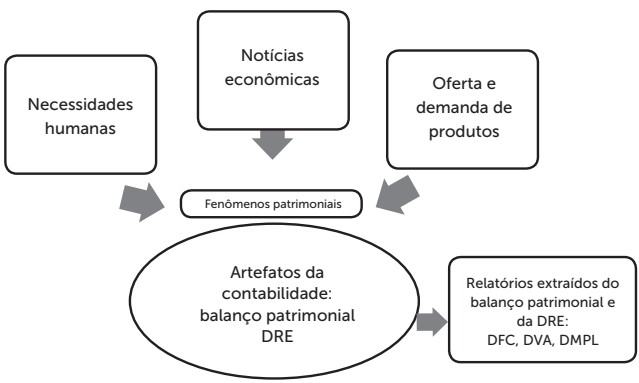
O Conselho Regional de Contabilidade (CRC) aborda com profundidade importantes aspectos sobre as demonstrações. Vale a pena conferir! Disponível em: <http://www.webed.com.br/portal/crc/canal/276/60559>. Acesso em: 3 fev. 2017.

Agora que já discutimos e explanamos os principais conceitos sobre o balanço e a DRE, vamos falar sobre a demonstração do fluxo de caixa (DFC). Esse relatório, implementado a partir da Lei 11.637/2007, vem ganhando destaque entre os usuários. Isso porque ele revela, de maneira dinâmica, onde e como os recursos próprios e de terceiros estão sendo aplicados.

Vamos nos ater à discussão das teorias. Já entendemos que a teoria positiva, sempre que possível, procura não ditar regras e sim aceitar o mundo real dos fenômenos. Assim, quando há uma negociação entre as partes, seja na compra ou na venda, o fenômeno contábil que se evidencia nesse momento acontece em bases reais.

Talvez a única influência seja por força da oferta ou da demanda do produto. Outro exemplo clássico que podemos citar são as notícias econômicas que, após absorvidas no meio empresarial, certamente influenciarão nos diversos fenômenos que irão acontecer entre as empresas. Assim, na compilação dos relatórios contábeis, há um universo de fatos reais em que a contabilidade normatizou e gerou os relatórios. A Figura 3.6 ilustra o fluxo da informação positiva nos relatórios.

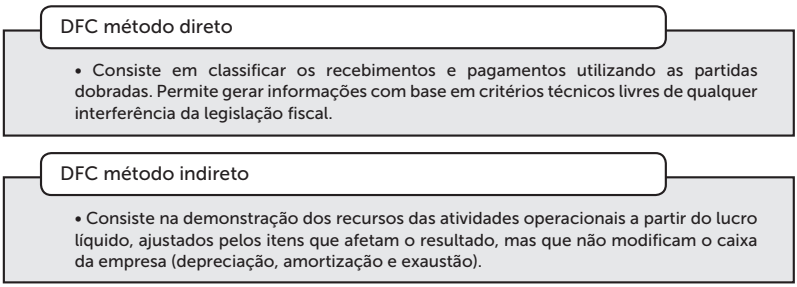
Figura 3.6 | Fluxos das informações positivas nos relatórios contábeis



Fonte: elaborada pelo autor.

Outro relatório que apresenta uma característica normativa e positiva dentro das teorias contábeis é a demonstração de fluxo de caixa (DFC). Seus dados são extraídos predominantemente da contabilidade normativa, e para eliminar o caráter pragmático (normativista) e observar outras informações contidas nos dados da entidade surgiram os métodos direto e indireto de evidenciação. A Figura 3.7 apresenta as características de cada um deles.

Figura 3.7 | Características do método direto e indireto da DFC



Fonte: elaborada pelo autor.

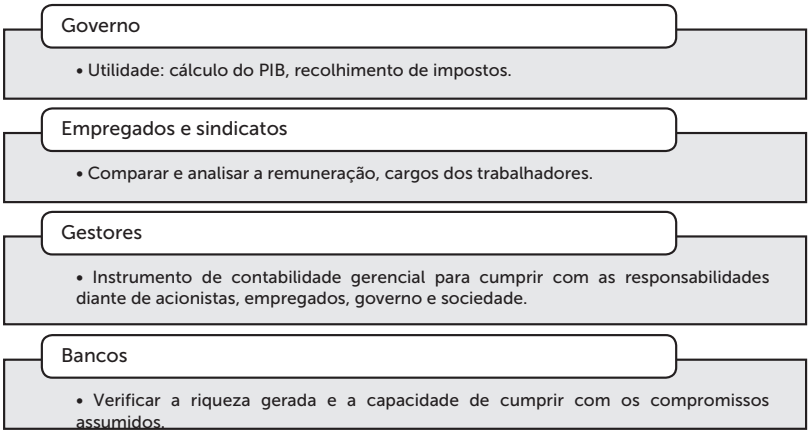
Observe que no método indireto são consideradas contas que apenas influenciam os efeitos das variações de caixa da entidade, ou seja, as contas contábeis que não provocam tais alterações nos valores do caixa não são consideradas para efeito de composição desse relatório. Isso, de certa forma, é típico da teoria positiva da contabilidade.

Pesquise mais

A TV CRC SP aborda importantes aspectos sobre a demonstração do fluxo de caixa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GFttsOOd6v0>. Acesso em: 19 fev. 2017.

Para finalizar, vamos entender o último relatório contábil: demonstração do valor adicionado, comumente chamado de DVA. Essa demonstração evidencia as riquezas geradas e sua distribuição aos funcionários, governos e demais participantes da atividade da empresa. Mas é papel da contabilidade prestar informações sociais condensadas e planejadas? Sim! Lembre-se de que comentamos que a contabilidade é uma ciência social e, dessa forma, assume uma responsabilidade social diante dos diversos interessados na informação contábil.

Figura 3.8 | Principais usuários da DVA



Fonte: adaptada Santos (2003).

Este demonstrativo divide-se em duas partes:

1º) Demonstração da geração do valor adicionado bruto.

2º) A forma como a riqueza gerada foi distribuída.

As mudanças tecnológicas certamente auxiliaram a contabilidade a se fortalecer como instrumento de informação. Iudícibus (2009, p. 219) comenta que vivemos em um mundo de altíssima tecnologia, e a informação contábil acompanhará essa evolução. Esse cenário auxiliará o mundo dos fenômenos contábeis, pois os fatos reais acontecerão na mesma velocidade em que a informação será disponibilizada.

Pesquise mais

A TV CRC SP aborda importantes aspectos sobre a responsabilidade social da contabilidade. Disponível em: <http://www.webed.com.br/portal/crc/canal/276/3037>. Acesso em: 19 fev. 2017.

Sem medo de errar

É chegado o momento de ajudar o sr. Toledo a resolver a atividade prevista para esta seção. Lembre-se de que você deve montar um treinamento para os usuários internos dos relatórios contábeis, com o objetivo de esclarecer os aspectos teóricos intrínsecos às demonstrações da entidade.

Volte ao *Diálogo aberto* para recuperar as informações necessárias a fim de atender a essa solicitação. Apresentamos um roteiro destacando os aspectos principais que devem ser abordados sobre o tema proposto.

1º) Contextualizar

Faça a abertura sobre o tema, destacando as origens das demonstrações contábeis.

2º) Apresentar as características das informações acerca de DRE e DVA

Apresente o conceito e as características relacionadas às obrigatoriedades das referidas demonstrações.

3º) Destacar os aspectos positivistas das contas que compõem DRE e DVA

Procure elencar e justificar as contas que venham a compor esses relatórios e destaque, com justificativas, os elementos positivistas intrínsecos às informações.

4º) Elaborar as considerações finais

Destaque as tendências relacionadas às demonstrações contábeis, identificando os possíveis avanços que poderiam ocorrer acerca do tema.

Dica: utilize artigos relacionados ao tema para isso.

Avançando na prática

Teoria positiva x controles normativos

Descrição da situação-problema

Ubiratan Alves é um experiente *controller* de uma empresa industrial. Nos últimos dois anos, a crise econômica afetou diretamente sua empresa e a necessidade de capital de giro se tornou iminente. Os conflitos entre as áreas financeira e de custos têm sido quase uma rotina, pois as estratégias para aumentar as vendas têm interferido muito na rentabilidade do produto e se refletido numa queda na margem de

contribuição. Assim, convidamos você a auxiliar o Sr. Ubiratan Alves a equalizar essa situação.

Resolução da situação-problema

Vamos elaborar um demonstrativo já conhecido por você, a DRE. Antes, porém, devemos tabular alguns dados para termos um comparativo entre o antes e o depois da redução final do preço de venda:

Departamento de custos

Preço de venda	Preço de compra	Desconto	Novo preço de venda	Unidades	Aumento de 20%
$ 400,00	$ 200,00	$ 60,00	$ 340,00	500	600

Posto isso, desenvolva os seguintes passos:

1º) Determine os valores antes do desconto do preço de venda.

2º) Determine os valores depois do desconto sobre o preço de venda.

3º) Com estes dados, você já terá condições de elaborar a DRE. Serão duas, uma com preço sem desconto e a outra com desconto.

4º) Elabore uma análise vertical e horizontal entre os dois preços, com desconto e sem desconto.

5º) Elabore um relatório objetivo sobre as variações ocorridas do ponto de vista da teoria positiva. Quais os benefícios trazidos pela redução do preço e quais os pontos negativos causados por esta mesma redução?

Departamento financeiro

Contas a receber ao preço de venda de $ 400,00	Contas a receber ao novo preço de venda com descontos $ 340,00	Aumento do capital circulante líquido (em valores monetários)
$ 200.000,00	$ 204.000,00	$ 4.000,00

Resolução:

DRE – demonstração do resultado do exercício

	Preço de $ 400,00	AH%	AV%	Preço de $ 360,00	AH%	AV%
Vendas	$ 200.000,00	100	100	$ 204.000,00	2	100
CMV	$ 100.000,00	100	50	$ 120.000,00	20	59
Lucro bruto	$ 100.000,00	100	50	$ 84.000,00	(16)	41

Análise DRE X DFC:

1º) A redução dos preços de venda incrementou a demanda em 20% em termos de unidade e 2% em termos de valores monetários.

2º) A rentabilidade bruta do produto diminuiu em 9%, passando de 50% do primeiro mês para 41% no segundo.

3º) O capital circulante líquido (ativo circulante – passivo circulante) aumentou em $ 4.000,00.

Conclusão: a empresa perdeu rentabilidade e aumentou as disponibilidades. A curto prazo, pode ser uma estratégia para vender e captar mais recursos. Entretanto, a longo prazo fatalmente isso levará a empresa a uma situação delicada, comprometendo sua situação econômica e financeira.

Faça valer a pena

1. Este demonstrativo contábil, embora obedeça o caráter normativo da contabilidade e, portanto, obedeça as regras, tem muito mais poder preditivo do que o próprio balanço, pois é por meio dele que podemos avaliar a margem de contribuição entre preço de compra e preço de venda, e medir o desempenho econômico da empresa. Estamos nos referindo _____.

O contexto apresentado anteriormente refere-se a um importante relatório da contabilidade utilizado pelo usuário. Escolha a resposta correta:

a) À DVA.
b) À DFC.
c) À DRE.
d) À DMPL.
e) Ao balanço patrimonial.

2. O balanço patrimonial é o carro "chefe" das informações contábeis. Por meio dele poderemos entender o que é equilíbrio e harmonia financeira. É por meio dele também que podemos extrair diversos indicadores financeiros, por

exemplo, a liquidez imediata de determinado período. Em relação às contas, estas obedecem a uma disposição no balanço.

O contexto apresentado anteriormente refere-se ao balanço patrimonial e fala sobre a disposição dos grupos do balanço. Em relação à ordem em que devem ser classificadas as contas, assinale a alternativa correta:

a) Por ordem de importância monetária do menor para o maior valor.

b) Por ordem alfabética.

c) Por ordem de importância monetária do maior para o menor valor.

d) Não há manifestação da lei quanto à sua apresentação.

e) Por ordem decrescente de liquidez.

3. Esse relatório foi implementado a partir da Lei 11.637/2007 e vem ganhando destaque entre os usuários da informação contábil. Ele revela de maneira eficiente e dinâmica onde e como os recursos próprios e os recursos de terceiros estão sendo aplicados.

O texto apresentado anteriormente refere-se a um importante relatório contábil exigido por lei. Escolha a resposta correta:

a) Demonstração do resultado do exercício.

b) Demonstração do fluxo de caixa.

c) Balanço patrimonial.

d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido.

e) Demonstração do valor agregado.

Seção 3.3

Sistema financeiro

Diálogo aberto

Olá, aluno!

Chegamos à última seção da Unidade 3 e vamos falar sobre o sistema financeiro. Você pode estar se perguntando: qual a relação com a contabilidade? Lembra-se do conceito de células sociais? Há um grupo de pessoas muito interessadas nos dados e relatórios contábeis. Nesse contexto, surge um personagem ávido por essas informações, que é o investidor, representado por grupos de pessoas (físicas ou jurídicas) que de alguma forma buscam remunerar seus recursos, aplicando-os no mercado de capitais. Trata-se de um mercado que até meados da década de 1960 era muito incipiente no Brasil, e que a partir desse período ganhou contornos relevantes no contexto econômico nacional em razão dos fatos que foram ocorrendo em termos de transparência. A contabilidade, nesse caso, exerceu e exerce um papel relevante, visando aprimorar a informação das entidades.

Nesta seção, o objetivo é apresentar o papel da contabilidade nas análises de empresas que atuam no mercado de capitais para refletir informações reais dessas entidades. Para isso, propomos a seguinte atividade: empolgado com o treinamento dado aos investidores da empresa, o Sr. Ricardo Toledo resolveu aprofundar-se mais sobre o tema informação contábil. Em conversas técnicas com você, ele teve a ideia de oferecer aos seus acionistas minoritários (principalmente) um workshop sobre a informação contábil em empresas de capital aberto. Entretanto, você o alertou para pontos críticos das demonstrações no que se refere às informações das empresas, especialmente daquelas que operam em bolsa de valores. A ideia do Sr. Ricardo é elaborar um guia para os acionistas, e, para que esse material seja viabilizado, é necessário ter clareza sobre o papel das demonstrações contábeis e as lacunas que podem existir nos relatórios de empresas que operam na bolsa. Dessa forma, o Sr. Ricardo Toledo solicitou que você elaborasse uma resenha crítica destacando esses aspectos das demonstrações.

Para resolver essa atividade, será necessário compreender a estrutura do sistema financeiro nacional e a contabilidade como fonte de informações primárias para os investidores, bem como o seu papel na construção de indicadores de análises e reflexões.

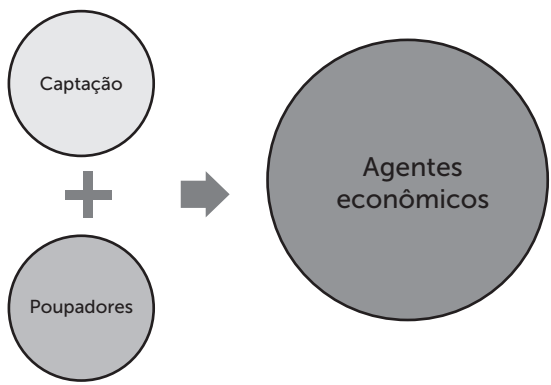
Vamos resolver mais este desafio!

Não pode faltar

O mercado de capitais, apesar de já estabelecido nos Estados Unidos e Europa (principalmente), percebeu movimentos mais consistentes, no Brasil, há cerca de 60 anos, motivado pelo conjunto de ações de entidades privadas e, fundamentalmente, pela própria participação do Estado no que se refere ao campo da normatização.

Esse marco importante se deveu ao advento da instituição do sistema financeiro nacional (SFN) com função principal de desenvolvimento do país, de forma harmoniosa, fiscalizando a circulação da moeda entre os agentes econômicos. Mas o que são agentes econômicos? Podemos dizer que são os responsáveis por movimentar a economia nacional e global, por exemplo, as famílias, as empresas, os bancos e, evidentemente, você. Nesse universo de inter-relação sempre haverá as pessoas ou empresas que captam recursos e as que emprestam recursos. A Figura 3.9 expressa a inter-relação dos agentes econômicos.

Figura 3.9 | Inter-relação entre agentes econômicos



Fonte: elaborada pelo autor.

Nos últimos 30 anos, o sistema financeiro nacional passou por uma profunda reorganização a fim aperfeiçoar as instituições do

mercado financeiro. A reforma bancária de 1964 proporcionou uma reestruturação do sistema financeiro, extinguindo e, ao mesmo tempo, criando órgãos normativos e agentes econômicos, fruto da obrigação de harmonizar e atender às necessidades do mercado.

Para que você entenda um pouco do que foi construído em termos de mudanças, observe o Quadro 3.5, que mostra um pouco desse histórico.

Quadro 3.5 | Cronograma da reforma bancária no Brasil

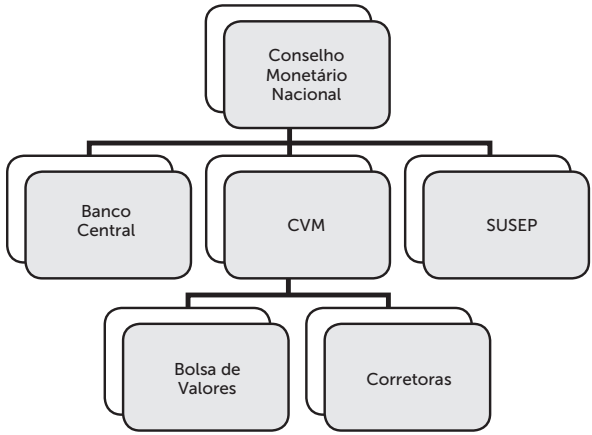
1964-1988	- Reforma monetária, habitacional e do mercado de capitais.
1988-1994	- Fim da exigência da carta patente. - Abertura à entrada de capital externo com o fim da reserva de mercado. - Facilidade para criar "bancos múltiplos", principalmente para corretoras e distribuidoras.
1995-2002	- Mudança do regime de câmbio fixo para regime de câmbio flexível. - Adoção de regime de metas de inflação. - Política fiscal com metas de superávit primário.
2003-2010	- Abertura de contas correntes simplificadas. - Acesso a crédito em consignação, crédito aos consumidores e ao microcrédito. - Ganho de economia de escala com fusões e aquisições. - Elevação da competitividade dos bancos brasileiros.

Fonte: adaptado de Costa ([s.d.]).

O sistema financeiro nacional é formado por um conjunto de órgãos e instituições, financeiras e não financeiras. Compõe-se por dois subsistemas: normativo e de intermediação. É no subsistema normativo que vamos encontrar nosso foco de estudo, ou seja, o mercado de capitais, onde se verificam as transações com os títulos mobiliários em suas diversas modalidades. É exatamente nesse mercado que encontramos a maior relação entre investidores e a contabilidade.

Isso acontece porque muito antes de o investidor adquirir este ou aquele lote de ações, por exemplo, a contabilidade já forneceu aos usuários (investidores e analistas de mercado de capitais) uma série de dados e informações que podem predizer o futuro econômico e financeiro das entidades. A Figura 3.10, a seguir, apresenta de forma resumida a estrutura do subsistema normativo do mercado de valores mobiliários.

Figura 3.10 | Subsistema normativo do mercado de valores mobiliários



Fonte: elaborada pelo autor.

Observando o organograma, podemos encontrar os órgãos que nos levarão à relação do sistema financeiro nacional com a contabilidade. Começaremos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Como é possível visualizar, ela age sob a orientação do Conselho Monetário Nacional e desempenha funções estritamente normativas, executivas e fiscalizadoras. É responsável por uma série de atribuições, dentre elas incentivar a poupança no mercado acionário e estimular o funcionamento das bolsas de valores.

As bolsas de valores, apenas para relembrar, são ambientes que administram mercados organizados no que se refere às negociações com títulos, valores mobiliários, contratos derivativos, além de registrar, compensar e liquidar as negociações, agindo como contraparte da liquidação financeira das operações que são realizadas (BM&F BOVESPA, 2017).

A Comissão de Valores Mobiliários é uma autarquia criada por intermédio da Lei 6.385/1976, cuja finalidade é a de exercer a atividade de normatização, fiscalização do mercado de valores mobiliários, de forma a promover práticas equânimes e coibindo todo e qualquer ato de irregularidade. De acordo com o Portal do Investidor (2017), trata-se de um mercado, cujas operações podem acarretar perdas decorrentes das variações do preço de uma ação, de uma commodity ou até mesmo de variações cambiais bruscas, daí a necessidade de agir de

forma a garantir a transparência das operações e dos operadores.

Estamos nos referindo a um cenário em que a informação é uma variável fundamental para o desempenho das negociações. Nesse caso, é possível perceber a proximidade da informação contábil com o mercado de capitais, principalmente no que se refere ao mercado de ações. Vamos entender o porquê.

Ao longo das discussões sobre a teoria da contabilidade, você pôde perceber essa ciência tem como objetivo prestar informações sobre todas as variações dos fenômenos patrimoniais. Sobre isso, Saito e Savoia (2009) argumentam que o plano de contas e o foco na informação contábil sofreram mudanças no decorrer dos períodos, pois inicialmente a referida informação era estruturada e destinada ao proprietário da entidade. Ainda segundo os autores, com o crescimento das entidades de capital aberto, e atrelado a isto o surgimento dos credores e investidores, a questão da transparência e *disclosure* ganhou uma significativa relevância, principalmente a partir do momento em que os conceitos de transparência e governança passaram a rondar o ambiente organizacional.

Vale ressaltar que, segundo Lima e Terra (2004), o fortalecimento do mercado de capitais está ancorado em elementos como: I) informação; II) transparência; e III)confiabilidade. Estes elementos assumem um papel importante nesse cenário, uma vez que, para as decisões de investimentos e financiamentos, os usuários da informação contábil dependerão de dados e informações que os auxiliem a tomar a decisão ótima quanto à locação ou captação dos recursos para a entidade ou para o investidor.

Analisando com um pouco mais de profundidade é possível perceber que estamos caminhando para a teoria dos portfólios, de Markowitz. Nesta teoria encontramos, segundo Lima e Terra (2004), a hipótese de mercado eficiente, que assume o pressuposto de que deve haver um sistema eficiente de informações à disposição do mercado.

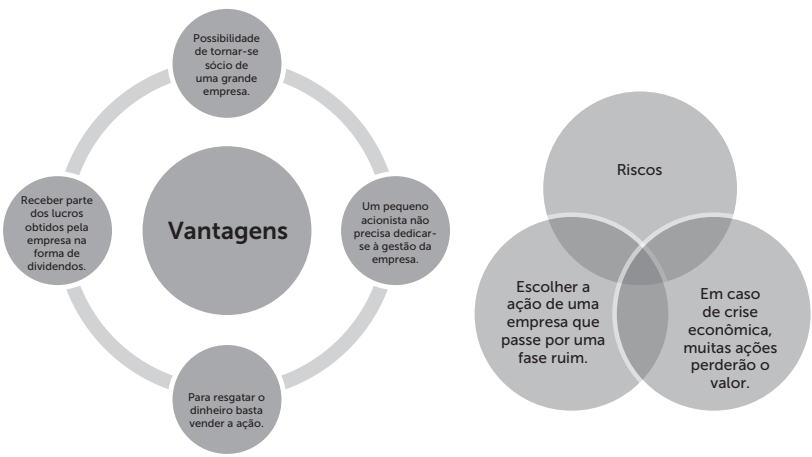
Famá (1970) define que os mercados eficientes são aqueles cujos participantes formam expectativas com relação aos valores dos ativos, partindo da premissa de que toda a informação disponível sobre os acontecimentos possa vir a influenciar algum tipo de variação nesses mesmos valores do ativo. Nesse caso, Lima e Terra (2004) argumentam que um sistema eficiente de informações será aquele capaz de

identificar, coletar, processar e divulgar informações que sejam úteis, por meio de mecanismos que apresentem um fluxo ágil, a fim de contemplar uma diversidade de usuários no mercado.

Por esta razão, você pode perceber que as informações geradas na contabilidade são de extrema relevância em mercados eficientes. É importante também considerar que as informações coletadas da contabilidade por si só não serão suficientes para o investidor, pois no cenário econômico há uma infinidade de variáveis que influenciam o preço dos ativos, em menor ou maior quantidade.

Vejamos então a relação de vantagem e risco ao investir em ações que a Figura 3.11 apresenta-nos.

Figura 3.11 | Relação de vantagem x risco de investimento em ações



Fonte: adaptado de Infomoney ([s.d.]).

Um indicador do mercado de ações muito disseminado, bastante importante para quem investe e aguarda retorno de dividendos e extraído dos demonstrativos contábeis, dentre outros, é o lucro por ação (LPA). Para chegar a esse indicador, calcula-se o lucro líquido dividido por número de ações.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (2007, p. 500),

> Os índices de lucro por ação talvez sejam os dados contábeis sintéticos mais frequentemente publicados. Um dos motivos de sua popularidade reside na crença de que contêm informação útil para a elaboração de predições a respeito de dividendos por ação e de preços de mercado futuros

Vamos exemplificar o LPA.

Exemplificando

Nos exemplos a seguir, o investidor viu sua expectativa oscilar durante os três anos.

Período 1 – Uma empresa obteve um lucro líquido no ano de R$ 5.000,000,00. Possui 718 mil ações. O LPA será de R$ 6,96 (R$ 5.000.000,00 dividido por 718 mil).

Período 2 – Uma empresa obteve um lucro líquido no ano de R$ 2.000,000,00. Possui 718 mil ações. O LPA será de R$ 2,79 (R$ 2.000.000,00 dividido por 718 mil).

Período 3 – Uma empresa obteve um lucro líquido no ano de 2016 de $ 8.000,000,00. Possui 718 mil ações. O LPA será de R$ 11,14 (R$ 8.000.000,00 dividido por 718 mil).

Comentários:

Alguns pontos que poderíamos levantar quanto ao resultado, pois nele percebemos que:

a) A contabilidade refletiu dados em um determinado período do tempo.

b) O LPA oscilou no período analisado.

Poderíamos tomar uma decisão de investimento com base nos dados contábeis apresentados?

Reflita

A fórmula para determinação do lucro por ação (LPA) é lucro líquido dividido pelo número de ações. Assim, quanto maior o lucro, maior o LPA. Nos casos de ingressos de sócios com aumento de capital, e também número de ações, deveremos manter essa mesma relação para o LPA?

Você já teve a oportunidade de verificar que a contabilidade evoluiu muito nas últimas décadas, fruto das complexidades que foram surgindo nas organizações, e para evidenciar as variações patrimoniais foi necessário adotar uma série de medidas, o que pressupôs, dentre outras, a revisão e o aperfeiçoamento dos procedimentos, bem como a padronização.

Esse processo de análise realizada por analistas e outros usuários é pautado, segundo Saito e Savoia (2009), em alguns aspectos, como: características do setor de atuação, estratégia competitiva da empresa, compreensão dos demonstrativos financeiros; fatores que envolvem o risco e a rentabilidade dos negócios, e a realização do *valuation*. Esse conjunto de informações forma as bases da análise fundamentalista.

Perceba que investidores, analistas e outros interessados na informação contábil necessitam ir além dos relatórios das demonstrações contábeis, ou seja, para decisões relacionadas a investimentos e financiamentos, são necessários conjuntos de dados e informações que transcendem os dados da contabilidade das entidades.

Consegue perceber por que isso ocorre? A decisão no ambiente do mercado de capitais é muito dinâmica. Isso pressupõe que as informações devem fluir proporcionalmente no mesmo ritmo, uma vez que o aspecto relacionado ao risco e ao retorno pode apresentar oscilações (desvios) que podem influenciar as decisões dos investidores. Por isso, há um espaço entre a dinâmica do mercado de capitais e a informação contábil, pois esta última apresenta uma realidade estática da entidade, em um determinado período no tempo. Logo, as informações contábeis são utilizadas em determinados momentos para referendar com base em todos os seus processos de elaboração, como um dado que valida aquilo que o mercado vem sinalizando.

A divulgação das informações, de certa forma, influencia no preço dos ativos, e aqui podemos entendê-los como ações? As informações contábeis influenciam as decisões dos investidores quanto à captação de recursos ou financiamentos de maneira geral? Alguns trabalhos foram desenvolvidos nesse sentido.

Lima e Terra (2004) abordam a dicotomia entre a natureza dinâmica do mercado e a natureza estática das informações contábeis,

que desencadeou alguns estudos questionando o grau de eficiência dessa última no cenário do mercado de capitais. Esse fato, segundo os autores, provocou ações por parte da CVM visando a instituir a periodicidade das entregas das informações contábeis das entidades. Por outro lado, Lima e Terra (2004) relatam que os estudos de Schiehll (1996), em que se realizou pesquisas empíricas sobre a influência da divulgação das informações contábeis no mercado de ações e obteve como resultado que proporciona efeitos significativos sobre o valor das ações; Prux Jr (1998), também realizou estudos nesta vertente, só que observando o comportamento do preço das ações de empresas de capital aberto que operavam na Bovespa; e finalmente Lopes (2002), veio para explicar o comportamento dos preços dos títulos negociados na Bovespa, e que de fato também produziram efeitos significativos no preço das ações nos dois últimos casos estudados.

Esse é um tipo de situação que não pode ser generalizado, pois se deve levar em consideração diferentes variáveis que expliquem o contexto. Pode até parecer complicado, porém, o fato de situações terem ocorrido ontem no mercado não significa que estas se repetirão de forma sistemática. Os estudos de Lima e Terra (2004), em que as análises giravam em torno das reações do mercado de capitais no Brasil frente às divulgações da informação contábil, são prova disso. O resultado apontou que o caráter estático da informação contábil funciona mais como um validador de expectativas do que como um instrumento para a tomada de decisão.

As discussões sobre o uso das informações no mercado de capitais remetem-nos diretamente às abordagens normativista e positivista da contabilidade, estudadas anteriormente. Se por um lado se faz uso de relatórios contábeis (normativista), há outras informações trabalhadas no mercado (análises estatísticas, estudos de cenários, dentre outros) que irão impactar o resultado da entidade, e isso já é um reflexo de uma abordagem positivista.

Assimile

A contabilidade normativa, apesar de influenciar o resultado do lucro líquido ao final do exercício, assegura maior confiabilidade das projeções para o investimento.

Reflita

No mercado especulador, os investidores procuram realizar seus lucros a curto prazo, mediante informações não sistematizadas. Desse modo, é certo afirmar que do ponto de vista das bases de pesquisa em contabilidade é um mercado com atitudes estritamente positivas?

Pesquise mais

Os artigos sugeridos a seguir apresentam uma discussão sobre a utilidade da informação contábil e a sua relevância no processo decisório de investimentos e financiamentos das entidades. Vale a pena lê-los!

1. A reação do mercado de capitais brasileiro à divulgação das informações contábeis. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-ccg-2053.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2017.

2. O papel da contabilidade e o mercado financeiro. Disponível em: <http://seer4.fapa.com.br/index.php/arquivo/article/view/3/1>. Acesso em: 31 jan. 2017.

Sem medo de errar

Chegou o momento de resolvermos a demanda do Sr. Ricardo Toledo. Perceba que nessa atividade você deverá elaborar uma resenha crítica destacando o papel das informações contábeis no contexto do mercado de capitais. Será importante retomar o enunciado da atividade no tópico *Diálogo aberto* a fim de elaborar a referida resenha.

Propomos alguns pontos que deverão constar nessa resenha, de maneira que seja possível considerá-los na elaboração da atividade. Vamos aos pontos de discussão!

1º) Contextualizar

Apresente o contexto do tema da informação contábil no mercado de ações. Utilize como referência os artigos que tratam sobre o tema. É importante destacar como a contabilidade pode contribuir para as decisões dos atores no mercado de capitais.

2º) Identificar o material

Procure identificar a obra e o autor que estarão sendo utilizados como referência para a elaboração da resenha crítica.

3º) Destacar os aspectos relevantes do texto

Destaque os aspectos importantes do material pesquisado, procurando deixar claro o conteúdo abordado.

Dica: em uma resenha crítica, procure não emitir opinião pessoal nessa fase, apenas se atenha ao conteúdo que é abordado na obra.

4º) Analisar de forma crítica

Nessa fase, apresente a sua opinião. Argumente fundamentando-se em teorias de outros autores, estabelecendo, inclusive, comparações de pensamento ou até mesmo explicações discutidas em aula.

Dica: as resenhas normalmente são elaboradas com conteúdo de mais ou menos uma página, podendo chegar, no máximo, a duas.

Avançando na prática

O valor do lucro por ação

Descrição da situação-problema

A empresa XWV Computadores está passando por um período difícil. Suas vendas caíram, os custos fixos aumentaram e seu lucro líquido diminuiu em 60% no último ano. O mapa mais recente enviado à diretoria apresentava os seguintes dados:

Dados	Período 1	Período 2	Período 3 (projeção)
Vendas	$ 600.000,00	$ 800.000,00	$ 700.000,00
Lucro líquido	$ 100.000,00	$ 200.000,00	$ 80.000,00
Lucro por ação	$ 2,00	$ 4,00	$ 1,60
Quantidade ações	50.000	50.000	50.000

Em reunião do Conselho, houve unanimidade: a empresa precisa captar recursos. Para isso, há dois caminhos: buscar financiamento com os bancos e injeção de mais capital na empresa através de dinheiro por parte dos sócios e aumento de ações.

Para o período 3, já está decido: o capital será aberto e se buscará atrair novos sócios. Nesse caso, o LPA será fundamental para convencer muitos investidores. Diante dessa situação, você, como gestor e consultor financeiro da empresa, decidiria captar mais recursos bancários ou emitir novas ações e captar recursos por parte dos sócios?

Resolução da situação-problema

Tendo em vista que já há a decisão de abertura de capital, é fundamental, no mínimo, manter o LPA. Observe que, embora apresente uma queda, na projeção para 2016 há ainda um valor patrimonial da ação que pode se apresentar atrativo.

Se a empresa optar por aumentar o capital com o respectivo aumento de ações, consequentemente isso diminuirá ainda mais o LPA. Considerando uma situação hipotética em que a empresa subscreva mais 30.000 ações ao preço de R$ 1,00, o LPA vai reduzir para R$ 1,00 (50.000 + 30.000 dividido pelo lucro líquido de R$ 80.000,00).

Nesse momento, e do ponto de vista do LPA, o melhor é captar recursos de terceiros junto aos bancos e fazer com que esse indicador não diminua ainda mais. Resumindo, estamos diante de uma análise de mercado que os analistas denominam como fundamentalista. Por outro lado, os possíveis investidores certamente levarão em consideração outros pontos fortes para se tornarem sócios:

- Nível de governança corporativa.
- Bom quadro de diretores e executivos.
- Boa estratégia.
- Marca forte.
- Potencial de crescimento.

Faça valer a pena

1. Nos últimos trinta anos, o Brasil passou por uma profunda reorganização a fim aperfeiçoar as instituições do mercado financeiro. A reforma bancária de 1964 criou o Banco Central do Brasil, e desde então até os dias atuais o sistema abriu as portas para facilitar a entrada de investidores e aplicadores.

O texto apresentado anteriormente refere-se a um importante órgão que regulamenta as transações financeiras no país. Escolha a resposta correta:

a) Comissão de valores mobiliários (CVM).

b) Banco Central do Brasil.

c) Agentes econômicos.

d) Sistema financeiro nacional.

e) Bolsa de valores.

2. A fórmula do lucro por ação é bastante simples. Esse indicador é muito importante para quem investe e aguarda retorno de dividendos. Na verdade, para alguns investidores serve como indicador de desempenho da empresa na comparabilidade entre os anos.

O texto apresentado anteriormente refere-se à análise fundamentalista que o mercado acionário utiliza para o cálculo do LPA. Uma empresa com lucro de $ 120.000,00 e com 40.000 ações tem um LPA de:

a) $ 0,33.

b) $ 120,00.

c) $ 40,00.

d) $ 3,00.

e) $ 4,80.

3. O mercado acionário deve ser entendido como um investimento a longo prazo. Para isso, o investidor deve acompanhar a empresa através do mercado em que atua, analisar balanços patrimoniais, e também a demonstração de resultado do exercício.

O texto apresentado anteriormente refere-se a uma das bases de pesquisa que a contabilidade oferece ao usuário, analista de investimento. Escolha a resposta correta:

a) Contabilidade positiva.

b) Contabilidade preventiva.

c) Contabilidade preditiva.

d) Contabilidade objetiva.

e) Contabilidade normativa.

Referências

BM&F BOVESPA. **Sobre a BM&FBOVESPA**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/sobre-a-bm-fbovespa/quem-somos/> Acesso em: 16 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 19 fev. 2017.

CARDOSO, Ricardo Lopes et al. Análise da regulação da contabilidade à luz da teoria tridimensional do direito de Miguel Reale. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 6-27, fev. 2010. ISSN 1809-3337. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1200>. Acesso em: 2 fev. 2017.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Fases históricas do sistema bancário brasileiro**. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2010/08/aula-1-fases-da-historia-bancaria-brasileira.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2017.

FAMA, E. Efficient Capital Markets: a review of theory and empirical work, **Journal of Finance** 25, p. 383-417, 1969. Publicado em maio de 1970.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da contabilidade: quatro mil anos de contabilidade. In: HENDRIKSEN, Eldon S. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

INFOMONEY. **Como funciona o mercado de ações**. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/infograficos/mercado-de-acoes>. Acesso em: 4 fev. 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 338 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. (Org.) **Manual de contabilidade societária**: FIPECAFI. São Paulo: Atlas, 2011. 794 p.

LIMA, João Batista Nast de; TERRA, Paulo Renato Soares. **A reação do mercado de capitais brasileiro à divulgação das informações contábeis**. 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-ccg-2053.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2017.

LOPES, Alexsandro Broedel. **A Informação Contábil e o Mercado de Capitais**. São Paulo: Thomson, 2002.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

KPMG. Lei 11.638/07 altera a lei das SAs (Lei 6.404/76): resumo dos principais impactos. Disponível em: <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/Lei_6404_final.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2017.

MARION, José Carlos. José Carlos Marion – aspectos sobre a teoria da contabilidade (Capítulo 7). 2010a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M8fv_8zzlnc>. Acesso em: 25 out. 2016.

MARION, J. C. **Normas e Práticas Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, E. Normativismo e/ou positivismo em contabilidade: qual o futuro? **Editorial Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, n. 39, p. 3-6, set./dez. 2005.

PORTAL DO INVESTIDOR. Entendendo o Mercado de Valores Mobiliários. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/primeiros_passos/Entendendo_mercado_valores.html>. Acesso em: 16 fev. 2017.

PRUX JR., Jaime Luiz. **Assimetria informacional e precificação das ações de empresas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo**: evidências a partir da faculdade de divulgar demonstrações contábeis em moeda constante a partir de 1996. 1998. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1998.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 444 p.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SAITO, André Taue; SAVOIA, José Roberto Ferreira. O papel da contabilidade e o mercado financeiro. **Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, ano 6, n. 6, p. 7-21, jan./dez. 2009

SCHIEHLL, E. **O efeito da divulgação de demonstrações financeiras no Mercado de Capitais Brasileiro**: um estudo sobre a variação no preço das ações. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1996.

SPESSATTO, G.; BEZERRA, F. A. Utilização das abordagens positiva e normativa nas pesquisas em contabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 15., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2008.

WATTS, R. L; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten years perspective. **Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 131-156, 1990.

Teorias aplicadas à contabilidade

Convite ao estudo

Olá!

Nesta última unidade de estudo, abordaremos sobre as teorias econômicas que são aplicadas na contabilidade. Iremos nos ater a três teorias importantíssimas no desenvolvimento dos negócios. Por meio delas vamos descobrir como a contabilidade exerce um papel significativo para determinar e fundamentar a relação contratual com os diversos *stakeholders*.

Neste contexto, continuaremos a desenvolver a competência dos conceitos e aspectos críticos da teoria da firma, da teoria da agência e da teoria do direito de propriedade, que serão os objetos de estudo desta unidade. Para que você alcance a competência proposta, apresentamos o seguinte contexto: Juarez Thiago Dantas, um empresário do ramo de livros está estabelecido no mercado há mais de 30 anos. Atualmente, a empresa possui um quadro de funcionários na ordem de 150 empregados. O negócio que antes apresentava uma estrutura familiar, ao longo dos anos ganhou dimensões maiores, a ponto de passar por um período de grande expansão de suas atividades e, assim, promover a chegada de novos sócios e parceiros. É claro que essa nova situação foi mais lucrativa para a firma, porém trouxe muitos conflitos entre os *stakeholders*, os quais o Sr. Juarez não estava acostumado. Preocupado, o Sr. Juarez percebe que tal situação o levará a equilibrar as relações contratuais da empresa, mas percebe também que desconhece por completo esse processo.

Diante desse cenário, o Sr. Juarez o contrata, como consultor com o objetivo de orientá-lo sobre os aspectos contratuais que estão inseridos nas relações entre os

stakeholders, no sentido de compreender a dinâmica que está envolvida e, ao mesmo tempo, apresentar os mecanismos que regem as relações contratuais da firma, seja no âmbito interno ou externo.

O Sr. Juarez está convicto de que a partir da compreensão dos aspectos das relações entre os *stakeholders* no ambiente da firma, terá plenas condições de buscar uma situação mais harmoniosa entre os diversos agentes que protagonizam as atividades da organização.

Considerando o contexto apresentado, algumas questões estarão permeando as discussões, como: o alcance da informação na empresa é comum a todos os usuários? É possível identificar grupos privilegiados da informação? Que mecanismos poderão ser utilizados para a harmonização das relações entre os *stakeholders*? Como se desenrola a informação contábil em um ambiente macro e microempresarial? Como e quando são formados esses contratos da firma? Perceba que são muitas perguntas a serem respondidas!

Assim, vamos encarar mais este desafio!

Seção 4.1

Teoria da firma e teoria contratual da firma

Diálogo aberto

Nesta seção, iniciaremos uma abordagem diferente sob o ponto de vista da investigação contábil que efetuamos até agora. Na verdade, abordaremos um assunto de extrema importância e que envolve a maioria dos negócios. As empresas compram, vendem, negociam, estabelecem regras com seus clientes externos e internos, sem que esse assunto esteja exposto nas negociações. Assim, neste cenário, o objetivo para esta seção é propiciar a você a reflexão sobre o papel da contabilidade como instrumento de informação, a fim de manter o equilíbrio harmonioso nas relações empresariais e entender ainda mais a responsabilidade das ciências contábeis como fonte de informação no mundo dos negócios.

Para que possamos atender ao objetivo proposto, apresentamos a você a seguinte situação: Juarez Thiago Dantas em sua última reunião com seu grupo de supervisores, gerentes e diretores comentou que não entendia o porquê de tantos desarranjos internos. Comentou: "Se há alguma demora do departamento de compras para suprir o departamento de produção, então que se comuniquem e resolvam de imediato o problema. Se o problema é o fornecedor, então ele deve fazer parte desta reunião, ou então talvez se devesse procurar um novo fornecedor. Da mesma forma, o departamento de cobrança deve enviar relatório de inadimplência ao departamento de vendas".

Comentou ainda que quando começou suas atividades não se perdia muito tempo com formalidades, como contratos para entregas de produtos, contratos para remuneração de acionistas e assim por diante. Além disso, já estava se aborrecendo, pois em diversas vezes teve que intermediar e usar de sua autoridade para que as coisas acontecessem independentemente do interesse deste ou daquele gestor. De tudo isso, um cenário preocupa muito o Sr. Juarez. Refere-se aos relatórios contábeis. Todo mês há um considerável atraso na liberação dos relatórios, e o departamento

de contabilidade tornou-se alvo de críticas e muitas considerações. Por sua vez, o departamento de contabilidade defende-se dizendo que o departamento de custos não cumpre o calendário de entrega de informações e é por esse motivo que os relatórios não são disponibilizados. Decidido, o Sr.

Juarez solicitou a você que formule um relatório no qual identifique as relações internas da firma com seus *stakeholders* e estabeleça uma base contratual entre elas. O objetivo é romper com todo e qualquer acordo verbal que possa interferir no bom andamento das atividades da empresa. Para desenvolver essa atividade, você deverá compreender os pressupostos da teoria da firma e teoria contratual da firma, para observar suas inter-relações departamentais na organização, além de conhecer os aspectos da assimetria informacional.

Desta forma, convido você a desenvolver essse trabalho para o Sr. Juarez. Então vamos lá!

Não pode faltar

Vamos começar esta seção fazendo algumas considerações importantes, como: a teoria da firma e a teoria contratual da firma referem-se à "coluna vertebral" nas diversas relações estabelecidas nos negócios. Sem a devida atenção a essas teorias, certamente a empresa caminhará para o caos.

Pois bem, podemos dizer que as referidas teorias analisam e intermedeiam as relações entre administradores, sócios, acionistas e os diversos departamentos da empresa. Mas qual a relação com a contabilidade? Resumidamente e, por enquanto, consideraremos que a contabilidade é o "supermercado" onde esses protagonistas buscam a toda hora na prateleira o produto contábil denominado informação, para estabelecer seus interesses e ambições.

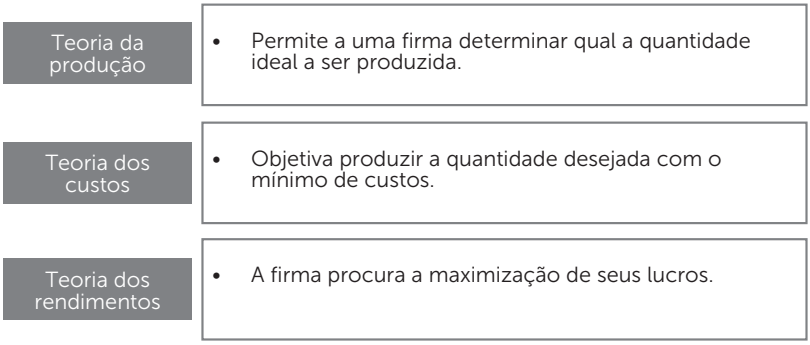
Agora, para compreendermos estes aspectos que circundam a atividade econômica das organizações, relembremos um pouco do conceito da teoria da firma. Segundo Feijó e Valente (2004), diferentes perspectivas foram observadas acerca de tal conceito, e isso ocorreu ao longo dos tempos.

Os autores apontam para três diferentes visões teóricas para a firma. A primeira delas traz uma característica mais voltada para o aspecto legal. Neste contexto, relacionam-na ao pensamento de Alfred Marshall, em que a firma é vista como um agente que interfere no meio em que atua e que também é afetada por ele (FEIJÓ; VALENTE, 2004).

É uma perspectiva que apresenta as firmas no contexto marshalliano como um agente ativo e não simplesmente reativo a mudanças externas, principalmente no ambiente ao qual está inserido e interage de forma constante. Posterior a este contexto, a firma passa ser identificada com uma função de produção (FEIJÓ; VALENTE, 2004).

Esse fator é importante, pois trabalharemos sob essa perspectiva. Sob este olhar, as firmas são vistas como organizações que utilizam fatores de produção para produzirem e venderem bens e serviços. Nesse conceito econômico, as firmas funcionam sempre com a lei da oferta e da procura de mercado. Recorda-se desse conceito? De forma bem resumida podemos dizer que a lei da oferta e da procura de mercado é a força que determina o preço e quantidade a ser produzida de determinado produto. Na teoria microeconômica, a teoria da firma obedece a três linhas de observação.

Figura 4.1 | Teoria da firma – divisões de estudo na Economia



Fonte: adaptada de Souza (1997).

Assimile

"A firma é tida como uma "caixa preta" tecnológica, que combina os fatores de produção do mercado com os seus recursos específicos, a fim de gerar produtos comercializáveis no Mercado" (SIFFERT FILHO, 1996, p. 92).

Bem, ao abordarmos sobre a teoria da firma sob o ponto de vista econômico, antes de buscar a relação com a contabilidade, faz-se necessário pontuar sobre teorias voltadas à administração. Exploremos um pouco dos aspectos da abordagem científica e clássica. A Figura 4.2 ilustra um pouco sobre estes aspectos:

Figura 4.2 | Administração científica x teoria clássica

Abordagem	Foco de estudo	Ênfase
Científica	Aumentar a produtividade e eficiência no nível operacional das empresas. O foco principal era a divisão do trabalho, as tarefas e a separação dos cargos. Parte de baixo para cima, ou seja, das partes (operários) para o todo (organização).	**A ênfase da teoria era a tarefa.**
Clássica	A preocupação básica era com a estrutura organizacional, ou seja, a disposição dos setores da empresa e as relações entre eles. Partindo de cima para baixo, ou seja, da organização para os departamentos.	**A ênfase é na estrutura e não nas tarefas.**

Fonte: Walter Junior (2014).

Observe que na Teoria Clássica a estrutura organizacional começa com a preocupação na organização e seu relacionamento com os diversos departamentos. Observe, ainda, que a palavra relacionamento traz à luz interesses diversos relacionados ao mundo dos negócios e assim estabelece a aproximação da figura entre proprietário e seus administradores.

Reflita

Na abordagem científica da administração, a ênfase era a tarefa e havia duas partes no estudo: a organização em si e os operários. Partindo desse cenário, o proprietário era o personagem principal da instituição, que fiscalizaria as tarefas e por isso não havia interesses em desenvolver bases contratuais?

Com o crescimento das organizações, aumenta também nível de decisões e especializações para cada área, a dinâmica de informações entre o proprietário e seus colaboradores torna-se cada vez mais intensa. Com os novos arranjos organizacionais, o sócio ou acionista descentraliza suas decisões e, com o aumento no nível informacional, fica eminente a necessidade em compreender os aspectos relacionados à gestão de pessoas dentro das organizações.

Nesse contexto, estamos vendo surgir a teoria neoclássica, que conduz o proprietário (gestor) a conhecer além dos aspectos técnicos e específicos de seu trabalho. Para tanto, o gestor vê-se obrigado a descentralizar o poder (atividades) e passa a delegar responsabilidades. Esses foram alguns dos aspectos responsáveis pelo crescimento das empresas obtendo a maximização do tempo, a fim de suprir as necessidades diárias das entidades.

Com o estabelecimento de tal cenário, percebemos surgir aqui a necessidade de promover princípios e regras que irão direcionar as firmas, no sentido de conduzi-las à prosperidade, fazendo surgir o contratual da firma como instrumento moderador e disciplinador das relações entre as partes interessadas. A Figura 4.3, apresenta contextos da firma na teoria clássica e na teoria dos contratos:

Figura 4.3 | Firma no contexto da teoria clássica x firma no contexto da teoria dos contratos

Fonte: elaborada pelo autor.

Na visão de Lopes (2004), na teoria contratual da firma haverá diversos atores, em que cada participante terá o seu "rédito" de acordo com a proporção investida na firma. Ainda segundo o autor, o funcionamento harmônico da entidade dependerá do equilíbrio que deverá ser estabelecido no referido contrato.

Para Bruni et al. (2013), se houver algum participante não satisfeito com os termos contratuais, as atividades da entidade poderão ser comprometidas ou até mesmo ver prejudicado o seu

funcionamento, em razão das divergências surgidas nesta relação, levando assim a organização ao seu encerramento. A Figura 4.4 evidencia estas relações:

Assimile

As relações contratuais da firma ocorrem com as diferentes partes interessadas, ou seja, com fornecedores, funcionários, investidores, acionistas, Estado, credores, clientes, entre outros.

Para compreendermos um pouco melhor a situação contratual, acompanhemos o exemplo a seguir:

Exemplificando

A Loose Fashion era uma pequena confecção há duas décadas. Suas atividades de produção consistiam em trabalhar com um pequeno grupo de costureiras em suas próprias instalações, com salários fixos. Nos casos de extrapolação das horas de trabalho obrigatórias, havia a remuneração de horas extras.

Com o passar do tempo, a empresa aumentou o volume de produção, em razão dos novos contratos que o proprietário buscou para a empresa. Porém, o que antes era de sua responsabilidade, atuar em todas as áreas, nesse novo cenário, profissionais da área de criação e produção tiveram de ser contratados. Esse fato demandou também o aumento de mão de obra e matéria-prima para montagem. Para que houvesse a garantia do padrão de qualidade das roupas, o proprietário estabeleceu padrão de procedimento para as costureiras contratadas de forma terceirizada, aplicando treinamento para execução dos processos de elaboração das peças. Em contrapartida, ficou acertado com as profissionais que o pagamento seria em função de cada peça que atendesse ao padrão de qualidade necessária a cada lote, bem como a quantidade previamente estabelecida. Ao final, haveria uma bonificação nos pagamentos das costureiras que atendessem as exigências estabelecidas, além disso, as profissionais passariam a fazer parte do time fixo de produção da confecção.

Com tais ações, a empresa pôde triplicar o seu nível de produtividade e consequentemente alcançou excelentes níveis de lucratividade em relação aos demais atuantes do setor.

Desta forma, que elementos podemos identificar que estão relacionados à teoria neoclássica e à teoria contratual da firma?

Resolução

Identificando elementos das teorias

Teoria neoclássica: Proprietário e gestores

Teoria contratual da firma: Contrato de trabalho (remuneração fixa e variável), padrão de qualidade do produto.

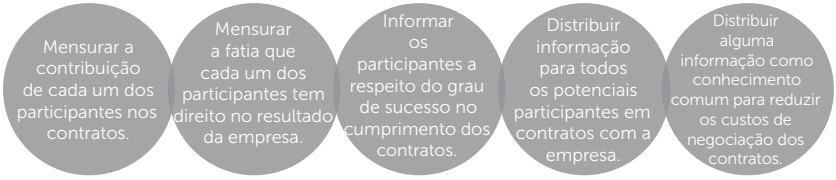
Comentários

No exemplo exposto percebemos que antes da expansão da empresa havia a figura do proprietário que atuava em todas as áreas da empresa, sem que houvesse a delegação de tarefas. Posteriormente, para expandir, o proprietário teve de centrar as suas atividades no crescimento da empresa, deixando as atividades operacionais para os gestores, que por sua vez comandavam suas equipes.

Quanto aos contratos, percebemos que havia funcionários fixos, com remuneração fixa, para elaborarem as peças com o padrão de qualidade exigido. Porém, num segundo momento, a empresa optou por terceirizar essa atividade, estabelecendo uma remuneração fixa e outra variável, de acordo com a meta atingida pelo profissional.

Bem, ao discutirmos esses importantes conceitos, você pode estar se questionando: qual o papel da contabilidade no tocante à teoria contratual da firma? Será que é apenas manter o controle e organização dos diversos tratados e proceder à contabilização? Podemos responder até que sim, mas o papel da contabilidade no tocante à teoria contratual é muito mais profunda e de níveis de responsabilidade muito mais apurados. Observe que a Figura 4.4 apresenta as funções da contabilidade na coordenação dos contratos.

Figura 4.4 | Cinco funções da contabilidade na coordenação dos contratos



Fonte: Pereira et al. (2012).

Como podemos perceber, o alinhamento das funções na figura tenta salvaguardar os interesses do proprietário. Conforme Lopes (2012, p. 81), a teoria contratual da firma vê a empresa como um conjunto de contratos. Cada participante contribui com algo e em troca recebe sua parte devidamente combinada.

Exemplificando

Um exemplo dos papéis da Contabilidade está na remuneração dos Administradores. Para reduzir os impactos do conflito de agência tem sido apregoada a chamada remuneração variável. A ideia é que os administradores tenham sua remuneração atrelada ao sucesso da empresa (PEREIRA et al., 2012).

Pois bem, os números contábeis, independentemente da corrente de pensamento, são frequentemente utilizados como base na elaboração dos contratos da firma, observando as cláusulas contratuais, e no seu acompanhamento.

Agora, uma informação pode ser encarada sob dois aspectos: do ponto de vista de quem a produz e do ponto de vista de quem a utiliza. No tocante à teoria da firma, quando o proprietário é o principal investidor e também seu único administrador, não há o conflito. Entretanto, quando a empresa sob a perspectiva da firma é vista como uma equipe de indivíduos interessados, em que cada um contribui no processo do retorno do investimento, podem surgir interesses pessoais contrastantes que podem prejudicar o andamento da organização. Outra dificuldade, que você pode perceber, refere-se à assimetria informacional. Essa assimetria se deve ao fato de uma das partes possuir mais informação do que a outra, ou seja, esse privilégio pode fazer com que o detentor da informação utilize-a de forma oportunista para aumentar o seu bem-estar em detrimento do outro.

Assimetria informacional pode ser entendida no exemplo a seguir:

Exemplificando

O vendedor possui informações mais completas do que o comprador.

Existem apenas dois tipos de carros no mercado: A e B

Carros tipo A: São bons e valem $ 10.000.

Carros tipo B: São ruins e valem $ 5.000.

Em um cenário de assimetria informacional máxima:

- O comprador não sabe diferenciar os carros bons dos ruins.
- Se o comprador oferecer um preço de $ 10.000, tanto os vendedores dos carros tipos A quanto os do tipo B oferecerão seus carros. Como o comprador não sabe diferenciá-los, tanto pode levar um carro bom (por valor justo) quanto um carro ruim (pagando demais).
- Se, por outro lado, o comprador oferecer um preço de $ 5.000, somente os vendedores de carros ruins oferecerão seus produtos.

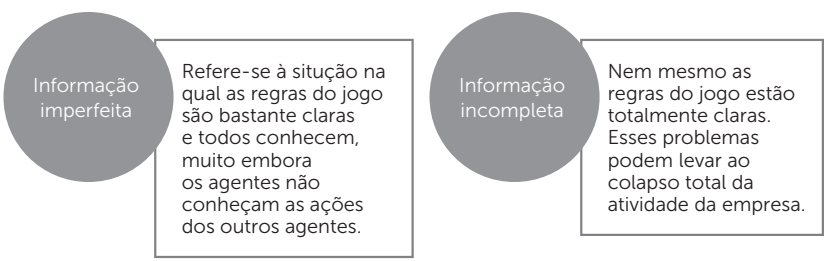
Decisão:

- Nenhuma negociação será realizada.

Assim, o papel da contabilidade é reduzir a assimetria informacional e consequentemente reduzir ou, se possível, anular os conflitos de interesse. E qual o resultado dessa redução e talvez anulação de conflitos? A contabilidade conseguirá contribuir para a harmonização dos contratos. Logo, sem assimetria informacional, não há utilidade para a própria contabilidade (LOPES; MARTINS, 2007).

Há, porém, problemas no estabelecimento e na execução dos contratos. Os agentes geralmente atuam em situações em que a informação pode se apresentar de duas maneiras: informação imperfeita e informação incompleta, conforme Figura 4.5, a seguir.

Figuras 4.5 | Agentes x informação



Fonte: adaptada de Pereira et al. (2012).

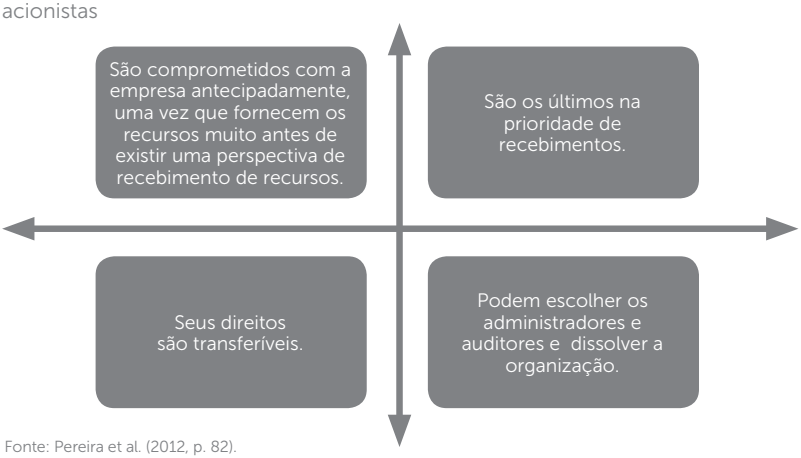
Bem, ao delinearmos os principais pontos no tocante aos agentes, precisamos abordar um grupo de pessoas que nesse cenário da teoria contratual merece uma atenção especial. Saberia informar quem são esses personagens? Exatamente! Os acionistas.

Assimile

A assimetria informacional permeia o processo gerencial das corporações modernas. Assim, acionistas estão em desvantagem informacional em relação aos altos executivos da empresa, que, por sua vez, não possuem o mesmo nível informacional dos subordinados (PEREIRA et al., 2012)

A Figura 4.6 apresenta o papel da contabilidade na teoria contratual da firma no que tange os acionistas:

Figura 4.6 | Papel da contabilidade na teoria contratual da firma em relação aos acionistas



Fonte: Pereira et al. (2012, p. 82).

Perceba que as características elencadas dos acionistas definem exatamente o poder de decisão que está sob a disposição desse grupo. A qualquer momento podem modificar, realinhar ou até mesmo desistir (sair) de toda essa estrutura organizacional. Assim, a informação contábil, nesse cenário, norteará muitas decisões na direção da empresa.

Pesquise mais

Acesse o endereço a seguir e confira mais sobre assimetria de informações no mercado de capitais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ONZ4KVwF4I>. Acesso em: 8 fev. 2017.

Sem medo de errar

Bem, você chegou naquele momento em que deve partir para mais um trabalho, com o objetivo de auxiliar o Sr. Juarez a resolver mais este problema em sua organização. Será preciso traçar um caminho que apresente a ele um mapa das principais relações departamentais da empresa com a contabilidade. De posse dessa informação, identificaremos qual o processo que impacta a entrega dos relatórios contábeis.

Para tanto, deixaremos alguns caminhos para que você tenha condições de identificar as relações dos departamentos envolvidos, a fim de oferecer subsídios para um acordo contratual entre os departamentos. Não se esqueça de buscar as informações completas que estão descritas no *Diálogo aberto*, tudo bem?

1º Passo: identificar os departamentos envolvidos.

2º Passo: identificar as informações dos departamentos, o tipo de relatório que alimentará com informações e identificar se há atrasos.

Como sugestão, apresentamos o mapa a seguir para que você possa desenvolver a atividade.

Departamento	Informação	APRESENTAÇÃO NOS RELATÓRIOS: BALANÇO E DRE	ATRASO: SIM/NÃO
COMPRAS	Valores de entrada de mercadorias para apuração do CMV.	BALANÇO E DRE	
CUSTOS	Apuração do CMV.	DRE	
VENDAS	Preço de vendas e notas fiscais de saídas.	BALANÇO E DRE	
FISCAL	Apuração de impostos	BALANÇO E DRE	
BENEFÍCIOS	Provisionamento de benefícios.	BALANÇO E DRE	

FINANCEIRO	Provisionamento de pagamentos e recebimentos; posição de cobrança; Informações bancárias.	BALANÇO E DRE	
SEGUROS	Provisionamento de apólices; renovação de seguros.	BALANÇO E DRE	

3º passo: Elaborar os interesses de cada área envolvida (departamento de custos e contabilidade).

Pela análise do quadro verificamos que teremos que dar tratamento na relação entre departamento de custos e departamento de contabilidade, pois há atraso na entrega de informações. Vamos elaborar os principais interesses das áreas:

Departamento de custos:

- Apurar a margem bruta de cada produto, bem como informar ao departamento de vendas qual o custo unitário para cada unidade a ser vendida. Essa informação é valiosa para as vendas, pois é por meio dela que se estabelece o *mark-up* do produto.
- Informar o valor de alguns custos diretos, como FGTS e INSS, para definição do *budget* do setor de produção. Comparativo entre real e orçado.
- Estabelecer rateios de matéria-prima para distribuição aos produtos em elaboração. Essa informação é importantíssima, pois influencia o custo unitário do produto.
- Disponibilizar até o segundo dia útil todas as informações necessárias para a apuração final do custo dos produtos vendidos. Esse valor será apresentado na demonstração do resultado do exercício.
- Apurar o inventário físico a cada trimestre.

Departamento de contabilidade:

- Por determinação da Presidência, deve disponibilizar as informações até o quinto dia útil de cada mês.
- Todos os saldos de balanço e resultados devem ser conciliados. Para as contas de balanço, deverá deixar à disposição um relatório compondo o saldo em aberto.

- Apresentar uma análise econômica e financeira sobre o desempenho da empresa.
- Apresentar índices de liquidez, rentabilidade e endividamento, por exemplo.

De posse dessas informações, basta apenas alinhar o que está impactando a entrega dos dados pelo departamento de custos. Segundo esse departamento, há um esforço enorme em processar o custo por produto e também determinar as taxas de rateio. Aguarda até o último dia útil de cada mês, para ter todas as informações, principalmente de compras. O processamento de informações demanda tempo e análise. Assim, a cada processamento, o pessoal responsável pelo setor retira as informações, faz novas considerações e torna a processá-las.

4º passo: Estabelecer os pontos a serem harmonizados pela empresa.

Avançando na prática

Conflitos de agência: fornecedor x compras x produção

Descrição da situação-problema

A empresa Alves e Ferreira Ltda. produz frisos para veículos. A capacidade de produção está totalmente tomada e assim não há ociosidade. Em termos de tecnologia, está avançada, pois conta com o apoio do departamento de Robótica para garantir a qualidade e precisão de seus produtos. Por outro lado, a entrega da matéria-prima tem sido motivo de sérias discussões e desentendimentos. O diretor da área é o filho mais velho do acionista majoritário. Sempre que há uma solicitação de matéria-prima, o departamento de compras exige da produção uma quantidade mínima a ser comprada, para que possam garantir o preço negociado no contrato com o fornecedor. Por outro lado, o departamento de produção diz que é praticamente impossível determinar uma quantidade fixa, pois a linha de produção não pode ser interrompida. Caso isso ocorra somente com a paralisação das máquinas e dos robôs poderá atrasar a entrega à indústria automobilística em até dois dias. Explicou, ainda, que toda configuração dos robôs com a linha de produção sempre deve ser realinhada a cada novo input para

início das atividades. E que a multa no atraso da entrega para os clientes é muito onerosa e que em apenas dois possíveis atrasos corresponderia a todos os custos do departamento de produção projetados no *budget* daquele setor. Assim, o departamento de produção entrou em contato com você, que, como *controller* da empresa, solicitou uma reunião com os principais envolvidos nessa situação para pontuar os interesses da empresa para a solução do problema, para que posteriormente haja elementos para elaborar um contrato formal entre os departamentos.

Resolução da situação-problema

Identificar pontos de conflitos entre os departamentos de compra e produção:

Produção:

- Precisa de matéria-prima a todo o momento, uma vez que a linha de produção é contínua. Trabalha em jornada de 24 horas.
- O pedido mínimo não é possível, pois a matéria-prima adquirida tem um curtíssimo prazo de validade e a falta dela pode comprometer todo um período de produção.
- Precisa entregar os produtos na data estipulada ao cliente. Há contrato formal, estipulando uma multa de 70% sobre o valor da entrega.

Compras:

- Por determinação da Presidência, deve manter estoques mínimos.
- Deve empenhar-se sempre pelo mais baixo valor de aquisição de matéria-prima dentro das políticas de estoques mínimos.
- Está sob sua responsabilidade a manutenção da margem bruta operacional da participação da matéria-prima em relação às vendas de frisos para veículos.

Bem, como pudemos perceber, uma simples compra de matéria-prima poderá envolver vários departamentos. Nesse caso, fazem

parte desse cenário os departamentos de compras, produção, controladoria, Presidência, Jurídico. Podemos também eleger o setor de vendas, muito embora não esteja nessa área de conflito.

Pontos a serem harmonizados para atender aos interesses da empresa:

1 – Presidência: deverá realinhar a política de estoque mínimo.

2 – Compras: após a definição do estoque mínimo, deverá realinhar preços com o fornecedor. Caso encontre dificuldades, deverá procurar uma nova parceira no fornecimento.

3 – Produção: trabalhar em conjunto com o departamento de compras e vendas. Assim, a partir do nível de demanda projetado pelo setor de vendas, deverá realinhar o nível de produção futura e ajustar com a nova política de estoque mínimo.

A partir desses dados, o departamento jurídico encontrará base para formalizar um contrato justo, que atenda às necessidades de cada departamento e aos interesses da empresa.

Faça valer a pena

1. O conceito de firma vem das Ciências Econômicas e está contido na teoria microeconômica. Assim, firmas são organizações que utilizam fatores de produção para produzirem e venderem bens e serviços. Neste conceito econômico, as firmas funcionam sempre com a lei da oferta e da procura de mercado.

O texto refere-se ao conceito de firma no ambiente econômico e sua funcionalidade está diretamente ligada a lei da oferta e da procura. De forma bem resumida, podemos dizer que a lei da oferta e da procura:

Escolha a resposta correta:

a) É a força que determina qual investimento deve ser efetuado.

b) É a força que determina quais as fontes de financiamento para a empresa.

c) É a força que determina a matéria-prima a ser empregada na produção.

d) É a força que determina o preço e a quantidade a ser produzida de determinado produto.

e) É a força que determina o custo do bem a ser produzido de determinado produto.

2. Na Administração, há duas correntes de pensamentos. A primeira, desenvolvida por Taylor, foi a chamada administração científica e a segunda de a teoria clássica desenvolvida por Fayol. Ambas desenvolviam teorias no tocante à administração das organizações.

Em relação às duas correntes, sempre houve o foco neste ou naquele sentido de operar e administrar as organizações. Em relação ao foco, escolha a resposta correta:

a) Na abordagem científica a ênfase era a tarefa e na abordagem clássica a ênfase é na estrutura organizacional.

b) Na abordagem científica a ênfase era na estrutura organizacional e na abordagem clássica a ênfase era na tarefa.

c) Ambas enfatizavam a estrutura organizacional.

d) Ambas enfatizavam a tarefa.

e) Todas as ênfases são tratadas na abordagem científica.

3. De acordo com Coelho (2007), o papel da contabilidade é reduzir a assimetria informacional e consequentemente reduzir ou, se possível, anular os conflitos de interesse. A contabilidade conseguirá assim contribuir para a harmonização dos contratos.

O texto refere-se à assimetria informacional. Escolha, a seguir, a definição exata para essa expressão.

a) Refere-se ao fato de que não existe informação, pois não foi disponibilizada entre as partes.

b) Refere-se ao fato de que nenhuma das partes possui maior informação que a outra.

c) Refere-se ao fato de que uma das partes possui maior informação do que a outra.

d) Refere-se ao fato de que uma das partes não possui nenhuma informação.

e) Refere-se ao fato de que ambas as partes possuem informação igual, sem privilégios.

Seção 4.2

Teoria da agência

Diálogo aberto

Olá!

Vamos prosseguir em nossa jornada, sobre as teorias que acercam a contabilidade! Na seção anterior falamos sobre a teoria da firma. Dissemos que a contabilidade é o "supermercado" onde os diversos *stakeholders* buscam a toda hora na prateleira o produto contábil denominado informação para estabelecer seus interesses e ambições.

Seguindo nesta linha de raciocínio, o objetivo desta seção é compreender como os conflitos de agência surgem e como a celebração de contratos podem amenizar esses atritos e fazer com que a empresa e principalmente os sócios não sejam prejudicados. Para tanto, tomemos a seguinte situação: Durante todo ano, o Sr. Juarez conviveu com reclamações em praticamente todos os departamentos. O departamento de produção em pelo menos duas vezes ao mês enviava comunicação à Presidência informando que suas solicitações de matéria-prima não eram atendidas prontamente. Por outro lado, o departamento de compras atendia as especificações do departamento de controladoria e exigia uma compra de valor mínimo para garantir o preço de compra e manter a margem de lucro bruto. Por outro lado, o diretor financeiro travava uma verdadeira "batalha" com o departamento de vendas, pois a elasticidade dos prazos estava "sufocando" a empresa. No curto prazo captavam dinheiro todo o dia para suprir o ciclo operacional de pagamentos, o que comprometia a capacidade de pagamento. No último exercício, a empresa apresentou no balanço um capital circulante líquido negativo, mas o LPA se manteve estável, além de não ocorrer aporte de capital, ao mesmo tempo em que não há capital a integralizar. Em meio a esse cenário, era evidente a importância desse levantamento. Os dividendos neste período

foram pagos de forma contínua, inclusive com bônus, e a área de controladoria não registrou nenhum questionamento quanto aos acionistas. O Sr. Juarez ao refletir sobre isto ficou desconfiado, pois como os clientes, fornecedores, bancos, departamentos internos não obtiveram o mesmo resultado?

Desta forma, o Sr. Juarez resolve investigar essas situações no sentido de identificar os conflitos existentes e decidiu convidá-lo a participar dessa empreitada, a fim de apresentar um parecer aos acionistas sobre as possíveis causas desses acontecimentos.

Para desenvolver tal trabalho, será necessário que você compreenda as bases conceituais sobre a teoria da agência, relações de conflito de agência que venha a ocorrer no ambiente da firma, os instrumentos contratuais previstos, os custos atrelados às relações de agência, além de identificar os elementos relacionados à assimetria de informação.

Vamos então resolver mais este trabalho!

Não pode faltar

Caro aluno(a),

Vamos iniciar nossas discussões abordando um pouco do contexto econômico e como as organizações estão inseridas nele. É fato que na atual conjuntura econômica ganha-se cada vez mais relevância que os gestores e investidores compreendam as mudanças que sistematicamente vêm ocorrendo, e como isto pode alterar a estrutura e organização das empresas como um todo.

É uma análise que exige muito dos principais atores, pois obriga-os a adotarem estratégias de atuação nos negócios, que muitas vezes passa por diferentes arranjos societários como forma de manter a competitividade ou até mesmo garantir maior expansão para as firmas no cenário globalizado.

A disseminação das sociedades por ações ocorridas em grande escala desde o século passado fez com o que o proprietário pudesse sair de cena no que tange a atuação direta nas organizações e desse lugar ao administrador (gestor), que passou a representar esse

mesmo proprietário na rotina da empresa, o que permitiu surgir o que se denomina "teoria da agência".

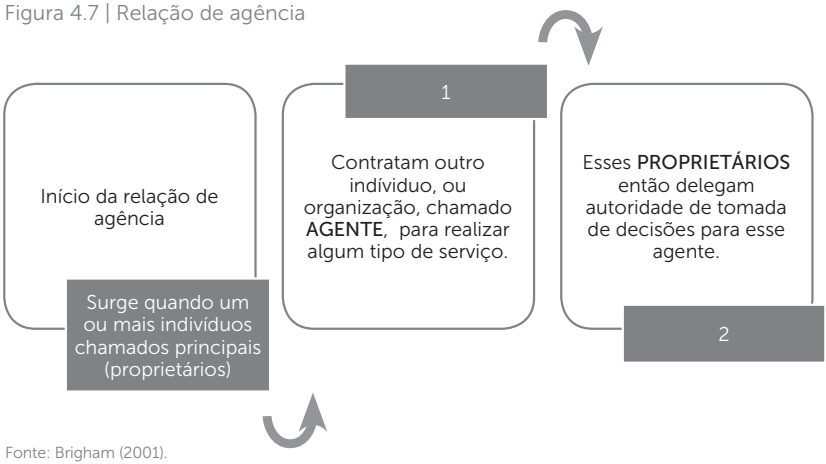
Nesse contexto, surge a teoria da agência que busca explicar as situações que ocorrem de forma sistemática nas organizações da relação entre proprietário e seu administrador, mostrando a importância de compreender as bases conceituais que circundam a referida teoria, bem como compreender os desdobramentos para a firma em momentos de possíveis conflitos de interesse.

Bem, Godoy e Marcon (2006) pontuam que o relacionamento entre proprietários e administradores vem de um longo período, o que não impediu que houvesse diferenças no desempenho desses atores no cenário empresarial. Agora, muitos dos estudos sobre essa relação começaram a surgir de forma intensa a partir da década de 1970.

Jensen e Meckling (1976) definem essa relação como um contrato em que uma ou mais pessoas celebram para executar atividades nas organizações, em que as partes envolvidas são denominadas "principais" (proprietários), que empregam "outra pessoa" (agente). Normalmente, o proprietário delega poderes ao agente, para que ele possa agir em seu nome, a fim de atingir os objetivos sociais da firma.

Na verdade, vem elucidar e disciplinar as relações entre proprietários e os diversos *stakeholders*. Os administradores recebem autonomia plena pelos proprietários da empresa (os acionistas) para tomar decisão ampla e irrestrita. Mas a grande pergunta que a maioria dos investidores realiza é: este privilégio de tomar decisão está beneficiando ambas as partes? Será que esta ou aquela medida de correção ou investimento tem um foco generalizado para toda a empresa, ou somente parte dela se beneficiará? Em uma situação de interesse próprio, será que a ética vai prevalecer no momento da decisão? Assim, são estes conflitos de interesses que são abordados na administração financeira. Essa relação de agência pode ser observada na Figura 4.7.

Figura 4.7 | Relação de agência



Fonte: Brigham (2001).

Para Lima, Araújo e Amaral (2008), a teoria da agência contextualiza de forma mais abrangente as possíveis divergências de interesses entre proprietários e gestores, em que um tentará tirar proveito de vantagens em razão de possuir uma posição mais privilegiada no âmbito da empresa.

Muitas vezes as divergências ocorrem devido às estratégias defensivas, como afirmam Andrade e Rossetti (2004), por parte dos dirigentes, que tendem a reduzir o seu grau de exposição, com proveito de maior nível de desconcentração dos proprietários, o que irá repercutir no nível de disponibilidade e na qualidade das informações que chegam às partes interessadas.

A teoria da firma, segundo Jensen e Meckling (1976), ajuda a explicar alguns aspectos que decorrem destas relações entre o proprietário e o agente, conforme pode ser visto na Figura 4.8:

Figura 4.8 | Aspectos explicativos da teoria da agência

Por que	Por que	Por que
Um empresário ou administrador de uma firma utilizando uma estrutura mista de capital irá optar por um conjunto de atividades de maneira que o valor da empresa seja o menor possível, se forem seus únicos proprietários.	O seu fracasso na maximização do valor da empresa é consistente com a sua eficiência.	A venda de ações do tipo ordinária é uma fonte de recursos, ainda que os administradores não maximizem o valor da empresa.

Fonte: Jensen e Meckling (1976).

Exemplificando

Alan Marcus é o CEO de uma importante empresa atuante no setor de serviços em tecnologia e foi contratado para comandar a empresa nesta nova fase. O acordo contratual entre as partes prevê remuneração fixa e remuneração por bônus de performance. No que se refere a este último, a remuneração adicional será composta pela geração de riqueza, cujo indicador será o EVA, combinado com o crescimento de mercado da empresa.

Ocorre que uma proposta chega à mesa do CEO em que é oferecida uma empresa também atuante no setor de serviços, que complementaria aquilo que é oferecido pela empresa do Sr. Marcus, que gerará nos três primeiros anos um recuo nos resultados, face aos investimentos a serem realizados em torno de 10%. Porém, a partir do quarto ano, o acréscimo aos resultados da empresa representará algo em torno de 30%.

O CEO possui um contrato vigente que vencerá em seis anos, com renovação para o próximo período para igual período. Desta forma, quais os possíveis pontos de conflitos contratuais?

Resolução:

Neste caso, podemos verificar os prós e contras nesta relação sob a perspectiva do agente e do proprietário:

Quanto ao proprietário

Desembolso para aquisição.

Desembolso para investimentos (necessidade para incrementar o negócio).

Recuo na remuneração (redução em 10% para os três primeiros anos).

Aumento da remuneração (aumento de 30% a partir do quarto ano).

Quanto ao agente

Recuo da remuneração (redução em 10% para os três primeiros anos da remuneração variável).

Socialização do risco do negócio (assume o risco do negócio que impactará em parte de sua remuneração).

Aumento da remuneração (aumento em 30% na remuneração variável para os últimos três anos de contrato).

Comentários

Neste caso, a situação se apresenta de maneira não vantajosa para o agente, pois inicialmente possui um contrato para seis anos, podendo ser renovável para igual período. O que se apresenta como ponto de conflito é a socialização do risco que poderá ser maior em razão da entrada de mais um negócio para ser administrado, maior esforço e consequente insegurança, combinados com uma redução de 10% em parte de sua remuneração, combinado com recebimento do aumento dessa mesma remuneração variável apenas por um período de três anos. Logo, havendo a redução da riqueza da empresa, o CEO poderia não aceitar.

Outros aspectos ainda poderão ser verificados como os porquês: da firma já contar com o capital de terceiros para financiamento de suas atividades, antes mesmo que este pudesse lhe trazer algum benefício fiscal sobre o capital dos sócios; da emissão de ações preferenciais; de emitir relatórios contábeis de forma voluntária, ao mesmo tempo em que se envolvem os auditores independentes nesse processo; da empresa só trabalhar com capital de terceiros oneroso (JENSEN; MECKLING, 1976).

De acordo com Godoy e Marcon (2006), a teoria da agência está intimamente associada à fragmentação da propriedade, em que o agente é todo o administrador que não é o proprietário. A fragmentação da propriedade está intimamente ligada ao processo dos arranjos societários que propiciou a formação de grandes corporações, já no início do século XX, e que vem em movimento crescente até nos dias atuais, com robustas fusões ocorrendo no cenário mundial.

Esse cenário apresenta, por exemplo, um proprietário ou grupo de empresas, que participa com posições acionárias, em suas diferentes frentes de mercado pelo mundo, sendo difícil até apontar se determinado capital possui identidade (nacionalidade) específica, tamanha as variações de participações nos negócios, que ocorrem de forma muito dinâmica.

Para esses casos, seria possível ter a figura de um acionista majoritário como controlador e administrador de todos os seus

negócios pelo mundo? Certamente, seria muito difícil! Logo, para que esses detentores do capital possam administrar seus negócios de maneira global, é que lançam mão da figura do administrador, pois eles os representam naquela empresa específica gerindo-a de acordo com as diretrizes que são estabelecidas pela alta direção ou acionistas.

Agora, para Godoy e Marcon (2006), essa separação entre propriedade e gestão abre as portas para os proprietários buscarem novas oportunidades de investimentos, levando o aporte de recursos a outros segmentos mercadológicos ampliando assim portfólio dos negócios da firma de maneira geral.

Entretanto, Godoy e Marcon (2006) argumentam que o gestor ou agente, dotado de interesses individuais (e isso é corriqueiro), pode não perseguir os objetivos dispostos pelos proprietários (o principal), ou ainda não empregar todo o esforço necessário para a condução do negócio ao que se deseja para a firma.

Para Jensen e Meckling (1976), esse conflito se torna significativo quando: (i) o comportamento dos agentes por parte do principal não é observável, o que é caracterizado como "risco moral", e quando (ii) existe uma assimetria de informações na relação, de tal forma que o agente detenha melhores informações do que o principal, o que caracteriza a "seleção adversa".

Ross, Westerfield e Jordan (2010) fazem uma analogia sobre essa situação supondo que em uma determinada organização se contrate um profissional para vender um carro, considerando que sua remuneração será fixa e paga ao vendedor quando o carro for vendido. Nesse caso, os autores argumentam que o incentivo a esse agente será o de apenas vender o carro, e não necessariamente alcançar o melhor preço. Por outro lado, se a remuneração estipulada for equivalente a um percentual sobre o valor da venda, muito provavelmente a prioridade do agente será alcançar o melhor preço.

Perceba que essa simples analogia pode levar a conflitos entre essas partes em uma organização, o que implica implementar, por parte dos proprietários, políticas que possam minimizar ou até mesmo mitigar pontos conflitantes. Nesse caso, Goppelli e Nikbakht (2010) argumentam não haver regras para o estabelecimento de tais políticas, ou para qual curso deve ser seguido no que tange a formulação deste "contrato" entre agente e proprietário. Porém, destacam que é preciso conhecer a percepção do proprietário em

relação aos atos do administrador e como motivá-lo em razão de seu desempenho na empresa.

É preciso reforçar a você que dentre os inúmeros pontos de divergência que podem ocorrer, podemos destacar o que Jensen e Meckling (1976) nos apontam, que estão relacionados à fuga do risco, que consiste na situação em que o agente ao verificar que os benefícios (resultado) dos negócios serão divididos de forma parcial ou integral deixe de se empenhar em ampliar mercados ou em atuar em mercados que venha expô-lo a alguma situação de risco que não esteja disposto a enfrentar.

Agora, diante de um cenário que pode caminhar para uma relação conflituosa, principalmente como argumentam Lima, Araújo e Amaral (2008) em situações em que a propriedade é dispersa (sociedade por ações), o importante é assegurar que as decisões a serem tomadas pelos gestores (agentes) possam agregar o maior valor possível à organização face às estratégias e condutas definidas previamente.

Isto significa dizer que mecanismos de controles devem ser criados e implementados como forma de garantir que os gestores não tomem decisões de maneira discricionária de forma a prejudicar os objetivos traçados pelos proprietários e, consequentemente, venham a prejudicar o andamento do negócio.

É claro que a adoção de um conjunto de regras com a finalidade de monitorar as ações dos gestores necessariamente implicará custos para a firma, que, segundo Jensen e Meckling (1976), são denominados custos de agência, consistindo nos custos de contratos entre o principal e o agente, seu monitoramento, além dos custos incorridos pelos gestores na sinalização ao principal de sua honestidade e perdas decorrentes dos conflitos entre agentes e proprietários no que concerne às decisões tomadas que não maximizem valor.

Muito bem, nessa relação entre agente e proprietário, você pode estar se perguntando que tipos de contratos são celebrados, de forma a garantir o controle e monitoramento, bem como os contratos de incentivos aos agentes para administrar a firma? Uma forma de estabelecer os tais mecanismos de controle é a implementação dos princípios de governança na empresa, pois neles é possível prever um conjunto de práticas que funcionarão como leis a fim de promover um ordenamento quanto a essa relação na organização.

Agora, quanto aos contratos de incentivo, o Quadro 4.1 ilustra

alguns tipos que são aplicados como forma de estabelecer a remuneração com base no trabalho a ser desenvolvido pelo agente:

Quadro 4.1 | Tipos de contratos de incentivo ao agente

Contrato	Definição
First-Best	Remuneração mínima esperada em troca de um trabalho executado de forma eficiente pelo agente.
Second-Best	Ocorre quando não é possível aplicar o *first-best*. Neste caso, recorre-se às alternativas: (a) Baseando-se no custo tarefa e no pagamento de custos extras. (b) Baseando-se no desempenho, gerando risco maiores, concedendo pagamento de prêmio pelo risco.
Flat-Rate Contract	Remuneração com pagamento fixo sem adição de incentivo por maior esforço na tarefa.
High Power Incentive Contract	Remuneração por um resultado esperado pelo proprietário. Caso não ocorra, não há pagamento. Obs.: para essa modalidade é necessário avaliar as probabilidades de se atingir o resultado esperado, pois será determinante para a decisão do agente aceitar ou não, em razão do seu grau de aversão ao risco.
Mixed-Contract	Remuneração paga em proporção maior ao agente, caso alcance o objetivo traçado, e um valor menor, caso não alcance. É uma modalidade de contrato com risco compartilhado.

Fonte: adaptado de Milgrom e Roberts (1992); Posner (2000 apud CARVALHAL; BORDEAUX-RÊGO, 2010).

Assimile

Contratos são entendimentos mútuos, sejam formais ou informais. Tanto um aluguel de um apartamento quanto um compromisso de almoço com um amigo são contratos. Os agentes são indivíduos ou outras organizações. Nós assumimos que os agentes são racionais: eles não escolhem intencionalmente o que não os agradam (NIYAMA; SILVA, 2013).

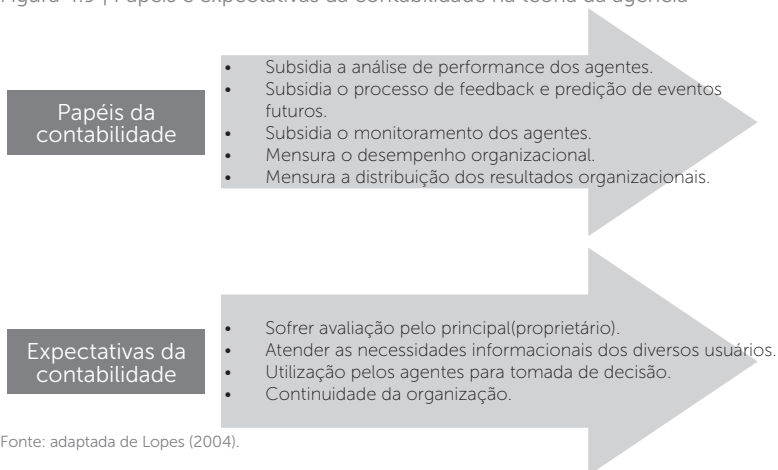
Diante do exposto, de acordo com Lopes (2004), a contabilidade apresentará características relevantes também nessas relações corporativas, pois será elemento importante dentro dos mecanismos de governança no que tange a sua finalidade que é de prestar as informações que retratem as variações patrimoniais, pois muito da política de incentivos entre as partes envolvidas está ancorada na performance do gestor.

Também buscará reduzir as assimetrias nas informações divulgadas, pois trata-se de um ponto que gera alto conflito entre agente e proprietário, ao mesmo tempo que reduz as incertezas no que envolve o negócio em si, por meio de seus instrumentos de verificação e controle da organização, propiciando ao proprietário

um nível maior de proteção quanto às ações do agente.

Quanto aos papéis e às expectativas das informações contábeis geradas, a Figura 4.9 apresenta alguns desses aspectos:

Figura 4.9 | Papéis e expectativas da contabilidade na teoria da agência



Fonte: adaptada de Lopes (2004).

Reflita

A Xerox do Brasil foi uma das empresas que utilizou esta contabilidade criativa. A empresa contabilizou U$$ 1,9 bilhão durante cinco anos, declarando erroneamente vendas de equipamentos e contrato de serviços. Nesse cenário, a informatização da contabilidade pode ser considerada como um elemento atrativo e facilitador aos desvios de padrões comportamentais dos administradores e agentes?

Pesquise mais

No endereço a seguir você encontrará um conteúdo sobre custos de agenciamento. Vale a pena conferir! Acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=JKcOk5Ss1QM>. Acesso em: 9 fev. 2017.

Neste link, o presente artigo apresenta o tema governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria, que o ajudará a compreender um pouco mais as relações de agência nas organizações. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/570/430>. Acesso em: 6 fev. 2017.

Podemos então partir para a resolução da atividade proposta!

Sem medo de errar

Bem, chegamos no momento de auxiliar o Sr. Juarez a resolver mais este problema em sua organização. Perceba que neste caso, a resolução se pautará na elaboração de um parecer que aponte os conflitos existente na firma, bem como o caminho a se tomar para a solução conflituosa entre as partes interessadas.

Para tanto, deixaremos alguns caminhos para que você tenha condições de construir o diagnóstico e elaborar o parecer para o Sr. Juarez. Entretanto, não deixe de fazer a leitura dos dados completos da atividade, que estão descritos no *Diálogo aberto*, tudo bem?

1º Passo: identificar quais as partes interessadas estão em conflito.

2º Passo: identificar os tipos de conflitos existentes entre as partes interessadas.

3º Passo: identificar a(s) causas(s) do(s) conflito(s).

Para elaborar o parecer, sugerimos utilizar o mapa a seguir, com as possíveis situações. Acompanhe as instruções de acordo com as perguntas formuladas. Atente-se para as respostas, pois delas se originará o seu parecer.

Pergunta	Resposta	
	SIM	NÃO
1) O CCL se manteve estável?	A empresa por enquanto justifica a distribuição de dividendos.	A empresa apresenta um indicador preocupante, pois a distribuição de dividendos poderá descapitalizar a empresa.
2) O LPA aumentou?	A empresa por enquanto justifica a distribuição de dividendos.	É preciso rever a política de dividendos e bônus.
3) Houve aporte de capital social?	A empresa por enquanto justifica a distribuição de dividendos.	Caso se confirme as respostas não para as questões 1 e 2, é preciso rever a política de dividendos.
4) A distribuição do resultado foi integralmente ao acionista?	Se todas as respostas para as questões 1,2 forem sim, por enquanto a empresa justifica a distribuição de dividendos.	Caso se confirme as respostas não para as questões 1 e 2, é preciso rever a política de dividendos.
5.1) A empresa está contraindo novos empréstimos?	Se esses valores forem para suprir capital de giro, é preciso rever a política de dividendos e bônus.	A empresa por enquanto justifica a distribuição de dividendos.
5.2) Os dividendos estão sendo pagos?	Se as respostas forem sim para as questões 1,2,3, a empresa por enquanto justifica a distribuição de dividendos.	Se apenas uma das questões 1,2,3 receberem um não, será necessário rever a política de dividendos.
5.3) Está havendo integralização de capital pelos sócios?	A empresa por enquanto justifica a distribuição de dividendos.	Caso se confirme as respostas não para as questões 1 e 2, é preciso rever a política de dividendos.

Avançando na prática

Compra de empresa X conflito de agência

Descrição da situação-problema

A Empresa Fogões Paim LTDA é uma empresa no ramo de fabricações de aparelhos para cozinha. Atua no mercado há mais de 40 anos, e sua marca "Paim" é reconhecida em todo o Brasil, e também em alguns países da América Latina. Nos últimos 10 anos efetuou investimentos para modernizar todo seu parque fabril e hoje conta com uma estrutura moderna, com tecnologia de ponta. Por outro lado, as vendas não se comportaram em uma linha ascendente. Devido a problemas de qualidade, as vendas caíram e isso culminou na situação de eminente falência da empresa. A "Paim" tem uma estrutura familiar e ao longo de todos esses anos sua administração foi bastante rudimentar.

Na outra ponta, encontramos a empresa Alves & Alves cozinhas industriais S/A. Empresa no mercado há cinco anos e nos últimos tempos vem tentando atender a forte demanda de mercado. Por ser uma empresa nova, está muito complicado captar recursos e expandir as atividades. Diante dessa situação, você vê na empresa Fogões Paim LTDA. uma boa estratégia de investimento. O proprietário da Alves & Alves já enviou proposta de compra e também já comunicou ao agente que será inevitável a compra, pois com essa aquisição resolverá o problema dos investimentos necessários para ampliação da produção e o nome "Paim" permitirá explorar o ramo de cozinhas não industriais.

Levantamento dos prós e contras na aquisição:

PONTOS POSITIVOS NA COMPRA	PONTOS NEGATIVOS NA COMPRA
• PARQUE FABRIL COM TECNOLOGIA DE PONTA. • MARCA DE DESTAQUE NO MERCADO. • CARTEIRA DE CLIENTES SEM INADIMPLÊNCIA. • PREÇO DE AQUISIÇÃO 30% ABAIXO DO VALOR DE MERCADO.	• PREJUÍZO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS. • PROCESSOS TRABALHISTAS QUE CORRESPONDEM A 70% DE TODO SEU PASSIVO CIRCULANTE.

Após a apresentação desse cenário, imediatamente o agente convocou uma reunião extraordinária com o Conselho de Administração e o resultado da alta cúpula foi em não adquirir a "Fogões Paim LTDA". A alegação foi contundente e clara ao proprietário da empresa: a compra é inviável. Por outro lado, o proprietário rebateu a decisão alegando que o gestor estaria apenas visualizando os seus próprios interesses. A consolidação dos prejuízos e a dívida com

processos trabalhistas reduziriam o resultado da empresa Alves & Alves e consequentemente o lucro por ação, e isso com certeza reduziria o plano de benefícios que estava totalmente vinculado às metas de resultado e endividamento da empresa. Desta forma, você foi contratado para apresentar em reunião extraordinária os pontos benéficos desta fusão, tanto no nível interno quanto externo, face a esse conflito de interesses.

Resolução da situação-problema

Bem, aluno, vamos lá! Com certeza estamos diante de conflito de agência. Os interesses são contrários, pois o gestor poderá, por um bom tempo, não desfrutar de benefícios em virtude dos prejuízos e processos trabalhistas que serão incorporados a Alves & Alves. Assim, a ideia é provar que o benefício dessa aquisição deve ser entendido no nível dos demais gestores (departamentos) da empresa.

Pontos que beneficiarão a empresa tanto a nível externo quanto a nível interno:

Nível externo	Maior fatia de mercado. Poderá ainda ampliar essa fatia, uma vez que a empresa viu sua venda diminuir por falta de qualidade, o que é um ponto que pode ser trabalhado e sanado.
Nível externo	Poderá oferecer aos clientes atuais sua nova linha de cozinha não-industrial.
Nível externo	Por meio da "PAIM" poderá oferecer sua linha de cozinha industrial para alguns países da América Latina, uma vez que esse mercado já esteja consolidado.
Nível interno	Não dependerá mais de recursos de terceiros. A compra traz a "Alves & Alves" uma estrutura com tecnologia de ponta.
Nível interno	O departamento de produção ganhará em performance, uma vez que será colocada toda tecnologia à disposição da diretoria de produção.
Nível interno	O departamento de vendas terá mais um produto a oferecer no mercado e com isso apresentará no mercado um know-how muito mais completo.
Nível interno	Incorporará funcionários que possivelmente trazem experiências consolidadas para a produção de fogões.

Comentários

Os benefícios que a compra poderá trazer são muito atrativos. Observe que os itens listados tanto a nível interno quanto externo são muito mais abrangentes e positivos em contraposição aos pontos negativos para um reduzido grupo de funcionários da empresa (gestor, conselho de administração etc.). Outro detalhe fundamental, que deve ser esclarecido, é que a visão do gestor foi tipicamente imediatista. Em curto prazo com certeza terá seus benefícios reduzidos, mas se cumprir os Princípios Fundamentais da Governança Corporativa certamente colherá os resultados em longo prazo. Aliás, assumir riscos, é uma das responsabilidades do gestor.

Faça valer a pena

1. A governança gorporativa surgiu devido aos abusos praticados por executivos da alta administração, pelas omissões das auditorias externas em contrapartida aos interesses de muitos investidores e credores. Praticavam a "contabilidade criativa".

O enunciado anterior diz respeito à governança corporativa que junto com ela surgiu um importante conceito em relação ao proprietário e agente. Estamos nos referindo a:

Assinale a alternativa correta:

a) Teoria do CAOS.

b) Teoria dos contratos

c) Teoria da entidade.

d) Teoria da agência.

e) Teoria da competência.

2. As empresas de auditoria contribuíram muito para colocar a contabilidade em um cenário de desconfiança, uma vez que auditaram empresas que deveriam ter seu parecer negativo. Por exemplo, a Xerox do Brasil foi uma das empresas que utilizou essa contabilidade criativa. A empresa contabilizou U$$ 1,9 bilhão durante cinco anos, declarando erroneamente vendas de equipamentos e contrato de serviços.

O enunciado anterior diz respeito aos atos praticados por uma conceituada empresa de auditoria que contribuía com a manipulação de resultados. Como resultado dessa ação surgiu uma importante lei que rege as empresas de auditoria.

Escolha a resposta correta:

a) Lei 6.404/76.

b) Lei de responsabilidade fiscal.

c) Lei da pequena e média empresa.

d) Lei 11.638/07.

e) Lei Sarbanes-Oxley.

3. Conforme a teoria da firma, a empresa é um conjunto de contratos. Estes são redigidos a fim de se assegurar entre as partes os interesses comuns. Quando uma das partes do contrato tem o poder de influenciar o caminho natural dos resultados, e possivelmente para o bem próprio, então encontraremos mais um elemento a ser estudado no mundo das finanças e contabilidade.

No contexto apresentado, estamos nos referindo a qual conceito da teoria da agência?

Escolha a resposta correta.

a) Conflito de agência.

b) Conflito de auditoria.

c) Conflito de contabilidade.

d) Conflito de princípios.

e) Conflito de postulados.

Seção 4.3

Teorias aplicadas à contabilidade

Diálogo aberto

Olá, aluno, vamos iniciar a última seção do livro. Está preparado? Vamos falar sobre a teoria do direito da propriedade. Se fizermos uma retrospectiva de todas as seções até aqui discutidas, chegaremos à conclusão que esta última discussão vem complementar todo o conhecimento adquirido ao longo deste livro. Iniciamos falando sobre a origem da contabilidade, seu desenvolvimento, crescimento e como se fundamentou no mundo dos negócios. Verificamos ainda muitos conceitos que nos ajudaram a entender o mundo contábil, principalmente pela perspectiva científica. Em todas as discussões, o fenômeno patrimonial denominado lucro, ou riqueza patrimonial, sempre esteve presente. Pois bem, aluno, você consegue assimilar alguma relação do fenômeno lucro com o direito de propriedade? Lanço a você mais uma pergunta: Você torna-se um empresário, qual seria o primeiro pensamento em termos de objetivo a ser alcançado? Exatamente, seria obter lucro! Mas qual a relação que esse fenômeno mantém com o proprietário? Resumidamente podemos dizer que o Lucro apurado do período, aumenta o patrimônio do proprietário. E, ainda mais, que o valor investido pelo proprietário obteve retorno uma vez que ele investiu o valor X e teve como retorno o valor Y, sendo que X (investimento inicial) mais o valor Y (lucro do período) é o resultado acumulado do período, ou melhor, o aumento da riqueza patrimonial. Mas a grande questão é: o lucro é totalmente um fenômeno à disposição do proprietário? A contabilidade normativa impõe restrições ao proprietário no tocante à destinação do lucro? Serão questões como essa que estaremos desvendando ao tratarmos sobre a última seção deste livro, A teoria do direito de propriedade. Desta forma, o objetivo desta seção é compreender a relação entre a propriedade e o proprietário, e como a contabilidade auxilia essa relação e se comporta diante dela.

Para tanto, vamos considerar a seguinte situação: O Sr. Juarez, depois de atuar por anos no ramo de livro e ter visto a empresa se reestruturar e abrir seu capital, decidiu se lançar como empresário do setor moveleiro e adquiriu uma empresa individual de responsabilidade ltda., a EIRELI. Atualmente, conta com 40 empregados e suas vendas atingem, em média, $ 800.000,00

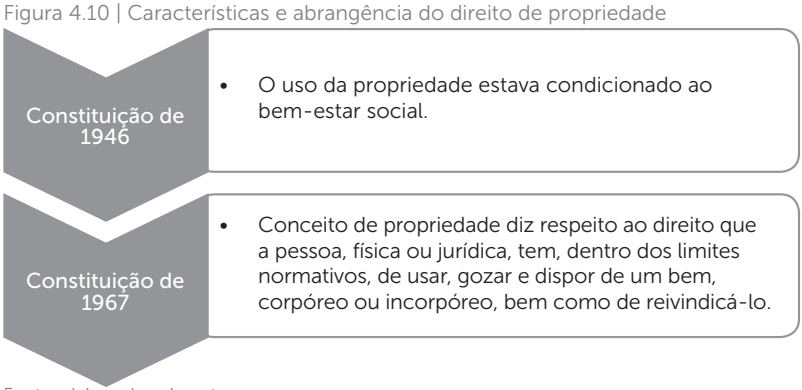
anuais. Tem um padrão de vida tranquilo, uma vez que a empresa possibilita-lhe uma retirada considerável de pró-labore. Entretanto, uma coisa preocupa o Sr. Juarez. Como está às vésperas de sua aposentadoria, solicitou à agência da previdência que calculasse o valor possível de remuneração como aposentado. O agente previdenciário, por sua vez, entregou-lhe o solicitado, dizendo que sua aposentadoria seria de aproximadamente seis salários mínimos. O sr. Juarez não entendia como o valor da aposentadoria poderia estar tão baixo, uma vez que nos últimos 20 anos o seu pró-labore nunca foi inferior à quantia de doze salários mínimos. Não satisfeito, o Sr. Juarez o contratou para que fosse elaborado um parecer, de maneira que o ajudasse a esclarecer a aplicação normativa da legislação com o seu caso. Preparado, aluno, para efetuar este relatório ao Sr. Juarez? Então, vamos lá!

Não pode faltar

Caro aluno, vamos iniciar nossas discussões abordando sobre a teoria da propriedade e o seu relacionamento com outras teorias econômicas, que interferem diretamente na contabilidade. Entretanto, antes de adentrarmos nos aspectos da teoria da propriedade, é preciso conhecer alguns aspectos do direito de propriedade.

A jurisprudência trata o direito de propriedade do ponto de vista econômico. Assim, os contratos devem ser vistos como mecanismos de geração e fluxo de riquezas necessárias para a evolução da sociedade. A característica e abrangência quanto ao direito de propriedade sofreram modificações através dos anos, como podem ser observadas nas Constituições brasileiras anteriores à Constituição de 1988, apontadas na Figura 4.10.

Figura 4.10 | Características e abrangência do direito de propriedade



Fonte: elaborada pelo autor.

Sztajn e Zilbersztajn (2005, p. 92), assim define o direito de propriedade:

> A definição dominante de direitos de propriedade, tanto em Economia como em Direito, é de propriedade como sendo um conjunto de direitos sobre um recurso, em que o dono está livre para exercer e cujo exercício é protegido contra interferência por outros agentes. Nessa definição, a propriedade consiste em uma série de relações entre pessoas e só incidentalmente envolve uma "coisa" ou um bem. Assim, o dono de um pedaço de terra não tem necessariamente o direito absoluto sobre todos os aspectos daquele lote, mas sim um conjunto ou uma lista de direitos. Esse conjunto pode, por exemplo, incluir o direito de vender a terra, deixá-la de herança, subdividi-la, cercá-la, impedir que outros a atravessem e o direito de construir uma casa. Ao mesmo tempo, o conjunto de direitos pode não incluir o direito de impedir que outros atirem por cima da terra, de se apropriar de minerais sobre a terra, de plantar maconha, de deixar a terra improdutiva e de construir edificações acima de três andares. Note que os direitos não são absolutos e dependem dos esforços que o proprietário coloca em defender cada direito das tentativas de captura por outros indivíduos e da proteção provida pelo governo.

Agora, vamos imaginar que você resolveu tornar-se um empreendedor, e para tanto, resolveu constituir uma empresa. Como investimento inicial você tem recursos em dinheiro, um veículo e móveis de escritório. Então, procura um contador que procederá aos registros legais diante dos órgãos governamentais. Tranquilo até aqui, certo? O balanço inicial seria:

Quadro 4.2 | Balanço patrimonial inicial

ATIVO	PASSIVO
Ativo circulante Bancos **Ativo não circulante** **M.U.T** **Veículos**	**Passivo circulante** **Patrimônio líquido** Capital social (Bancos + veículos + MUT)
Total	Total

Fonte: elaborado pelo autor.

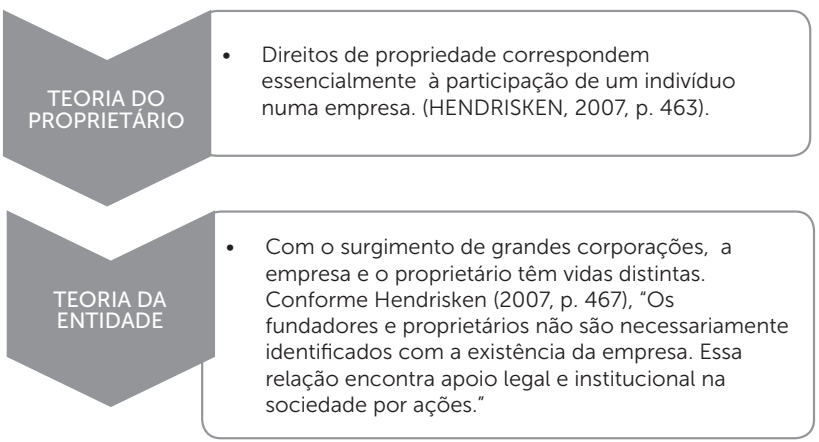
Vamos chamar essa posição de momento um. Assim, a riqueza patrimonial do sócio é constituída por dinheiro, veículos e móveis e utensílios. Passado um ano, o balanço patrimonial apresentou-se da seguinte forma:

ATIVO	PASSIVO
Ativo circulante Bancos **Ativo não circulante imobilizado** **M.U.T** **Computadores** **Veículos**	**Passivo circulante** **Patrimônio líquido** Capital social (bancos + veículos + MUT + computadores) Lucro
Total	Total

Nessa posição que chamaremos de momento dois, observe que você, como empreendedor, aumentou seu patrimônio líquido devido ao lucro auferido no período. Essa dinâmica é desenvolvida pelo método das partidas dobradas e coloca o proprietário como o principal interessado no resultado da empresa.

Mas você deve estar se perguntando: a a teoria da entidade? Ela diz o inverso desse cenário. Segundo este postulado, os bens e direitos dos sócios não se confundem com os da empresa. Agora, complicou muito, certo? Então vamos esclarecer a diferenciação entre teoria do proprietário e teoria da entidade.

Figura 4.11 | Diferenciação entre a teoria do proprietário e teoria da entidade



Fonte: Hendrisken (2007, p. 463 e 467).

Assimile

> Os direitos dos proprietários de empresas são numerosos e diversos, mas os direitos de maior interesse para os contadores são os de participação na distribuição de caixa ou ativos das empresas, os direitos residuais a ativos no caso de liquidação final e os direitos de participação numa empresa em funcionamento – o direito de vender ou transferir todos os direitos que possuam. (HENDRISKEN, 2007, p. 464)

Pesquise mais

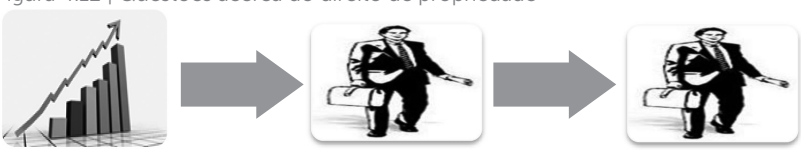
No endereço a seguir você encontrará importantes conceitos em relação às teorias da propriedade e entidade. Acesse o link disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d4sGVdQBOQM>. Acesso em: 20 mar. 2017.

Pois bem, vamos prosseguir a conceituação de teoria da propriedade. Assim, a riqueza da empresa fundamenta-se basicamente em agregar o lucro ao patrimônio inicial dos sócios. Em outras palavras, o lucro líquido, que é o encontro entre receitas e despesas do período, vai direto para os proprietários e representa um aumento de sua riqueza. Por sua vez, essa riqueza é adicionada ao capital dos proprietários ou à propriedade.

Bem, agora que já entendemos a diferença entre teoria da propriedade e entidade, podemos prosseguir. Há diversas Teorias para se explicar a natureza dos direitos de propriedade. Cada uma delas interpreta a posição econômica da empresa de modo diferente e a publicação das informações pode ter uma ênfase distinta entre elas.

Hendrisken (2007), nesse universo das teorias, seleciona duas perguntas fundamentais em relação aos beneficiários do lucro e sua apresentação, conforme pode ser observada na Figura 4.12.

Figura 4.12 | Questões acerca do direito de propriedade



Fonte : Hendrisken (2007, p. 464).

A literatura contábil tem eleito também outras teorias para justificar quais serão os beneficiários e como divulgar as apresentações.

Figura 4.13 | Outras teorias abordadas no direito de propriedade

TEORIA EMPRESARIAL	TEORIA DO FUNDO
A EMPRESA É UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL QUE AGE EM NOME DE MUITOS GRUPOS DE INTERESSE. ESSES GRUPOS INCLUEM OS ACIONISTAS, CREDORES, FUNCIONÁRIOS, CLIENTES, GOVERNO E O PÚBLICO EM GERAL.	ABANDONA A RELAÇÃO PESSOAL PRESSUPOSTA NA TEORIA DA PROPRIEDADE. O CONCEITO DE FUNDO TEM ENCONTRADO SUA MAIOR UTILIDADE EM INSTIUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E SEM FINS LUCRATIVOS.

Fonte: adpatada de Hendrisken (2007, p. 468-470).

Exemplificando

Há pontos de vista diferentes quando analisamos os direitos de propriedade. Para exemplificar, enumeramos alguns exemplos aplicáveis às teorias.

Teoria da propriedade

Hoje temos a figura do microempreendedor, empresário individual e da EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. Um empreendedor que se estabelece individualmente para exercer a atividade de contador, por exemplo, terá todos os benefícios do lucro líquido unicamente à sua disposição. Os direitos de propriedade, nesse caso, correspondem essencialmente à participação do próprio contador (indivíduo) na empresa.

Teoria da entidade

Consideremos uma sociedade empresária ltda. ou uma sociedade simples ltda. Nesse caso, há presença de dois (ou mais) sócios que, em conjunto e por acordo, poderão manter funções separadas. Nesse contexto, a empresa é vista como tendo existência, ou mesmo personalidade, separada dos sócios. O novo Código Civil evidencia com clareza essa separação, em seu artigo Art. 997. "A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará:

Parágrafo único. É ineficaz em relação a terceiros qualquer pacto separado, contrário ao disposto no instrumento do contrato."

Teoria empresarial

Esse conceito de empresa é mais aplicável à moderna sociedade por ações. Do ponto de vista contábil, a divulgação apropriada dos números aplica-se a diversos grupos e ao público em geral. Hendrisken (2007, p. 469) cita um exemplo bastante apropriado: "O funcionários, particularmente por intermédio de sindicatos, utilizam dados contábeis na apresentação de reivindicações salariais ou de aumento de outros benefícios."

Teoria do fundo

Essa teoria trata a empresa como uma unidade operacional, por atividades, com base na contabilidade. Hendrisken (2007, p. 470) cita mais um exemplo bastante apropriado: "Numa universidade, por exemplo, os fundos mais comumente usados são os fundos especiais de investimento, empréstimos educacionais, operação, empreendimentos auxiliares e atividades educacionais correntes". Outros conceitos podem ser descritos, principalmente dentro das sociedades por ação, como o fundo de amortização da contabilidade financeira, a contabilidade de filiais.

Teoria de direitos residuais

De acordo com essa teoria, o acionista possui direitos em relação à empresa tal como outros titulares de direitos, mas o acionista não é considerado como proprietário. É um conceito intermediário em relação à teoria da propriedade e à teoria da entidade. O principal objeto dessa teoria é proporcionar informação com mais qualidade aos acionistas ordinários para a tomada de decisão de investimentos.

Assimile

O direito de propriedade numa sociedade de pessoas é semelhante ao direito do proprietário de uma firma individual, exceto pelo fato de ser classificado de acordo com as participações de cada um dos sócios. (HENDRISKEN, 2007, p. 471)

Reflita

Conceitualmente, a SPE é aquela sociedade, cujo objeto social é limitado a um só fim específico, ou seja, a razão de existência dessa sociedade é justamente o cumprimento desse propósito específico, finalizado o propósito, ela será será extinta (Este texto foi extraído da cartilha do SEBRAE. Disponível em: <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f25877ce0f2ecbca17355fc33397deea/$File/5189.pdf>. Acesso em: 6 de fev. de 2017).

O texto refere-se às SPE – Sociedades de propósitos específicos – que possuem personalidade jurídica, escrituração contábil própria e demais características comuns às empresas limitadas ou S/A. Inclusive, podem adquirir bens móveis, imóveis e participações.

Sob o ponto de vista do lucro a ser auferido, podemos considerar que as SPE possuem características relacionadas ao conceito de teoria da propriedade? Da teoria da entidade? Ou de alguma outra teoria que a classifique melhor?

No Brasil, a teoria de propriedade, do ponto de vista do lucro das empresas, sofre forte interferência da contabilidade normativa. Dependendo do regime de tributação que a empresa adotar no início do ano calendário, ela estará sujeita às regras fiscais. Assim, o lucro apurado ao final do período tem suas limitações para distribuição ao proprietário ou sócio(s).

Além desse universo de interferência, a jurisdição brasileira também interfere nas condições de remuneração normal dos proprietários. Mais uma vez, a contabilidade normativa fixa percentuais sobre as remunerações dos proprietários que praticamente induzem a uma retirada de pró-labore fixo.

Exemplificando

Uma das preocupações dos proprietários é a independência financeira ao final da carreira. Por isso, a maioria procura retirar um salário condizente com seu lucro auferido. Entretanto, a interferência normativa do Governo praticamente congela os valores de retiradas dos sócios. Há uma tabela que irá determinar o valor de sua futura aposentadoria. Para um recolhimento até o teto ele se beneficiará de salários mensais em sua aposentadoria até o teto, determinado. Isso contradiz a teoria da propriedade, que reza que o proprietário agrega a sua personalidade física uma riqueza condizente com a riqueza patrimonial da empresa.

Exemplo: Retirada mensal nos últimos 30 anos equivalente a 12 salários mínimos. Pela legislação brasileira, ele terá direito, pela tabela atual, a aproximadamente seis salários mínimos.

Pesquise mais

No endereço a seguir, você encontrará material sobre a interferência normativa sobre lucros, distribuição de lucros e recolhimento da previdência social.

Acesse o link disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c8mC0951FnM>. Acesso em: 20 fev. 2017.

Acesse também, o link disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RVZnQueSugk>. Acesso em: 20 fev. 2017.

Bem, chegamos ao final desta seção e cremos que abordamos importantes pontos em relação à teoria da propriedade. Chegamos também ao final do livro. Acreditamos que ao longo deste período você tenha adquirido importantes conceitos que o ajudarão a entender a contabilidade com uma perspectiva diferenciada, alcançando isso com certeza você será um profissional preparado para o mercado de trabalho.

Sem medo de errar

Atenção

Para a resolução da situação-problema, você deve, antes de tudo, pesquisar sobre a aposentadoria no Brasil. Entender suas regras e formas de contribuição. A teoria da propriedade reza que o lucro é um resultado do esforço de seu proprietário. Assim, seria lógico e racional que o Sr. Juarez se aposentasse com o valor correspondente de seu pró-labore.

Bem, aluno, para a resolução da situação-problema, vamos seguir os seguintes passos:

1. Encontre no site a seguir a tabela de recolhimento da Previdência Social:

Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/>. Acesso em: 29 mar. 2017.

2. Pesquise o valor do salário mínimo atual e multiplique pela quantidade de salários que o Sr. Juarez retirava como pró-labore.

3. De posse desses dois dados (tabela da previdência e salários de recolhimento do Sr. Juarez), aplique os percentuais necessários sobre os dois parâmetros.

4. Aponte a diferença entre os recolhimentos de acordo com o teto da tabela.

5. Faça uma análise crítica dessa diferença e relate o quanto a legislação normativa interferiu na aposentadoria do Sr. Juarez. Se preferir, apresente números concretos dessa interferência.

Avançando na prática

A teoria da propriedade X legislação normativa

Descrição da situação-problema

A teoria da propriedade afirma que os direitos de propriedade correspondem essencialmente à participação de um indivíduo numa empresa. Esse conceito vem da teoria da firma, em que o proprietário é o centro das atenções e a delegação de poderes se confunde com as atribuições de tarefas. O Sr. José da Silva Xavier procurou seu contador e determinou que sua empresa individual fosse transformada em sociedade empresarial. Assim, a empresa que atualmente é de um único dono, passará a ser representada por dois sócios, pois vai ceder parte de suas quotas a sua esposa. Aliás, ela já há muito tempo desempenha um papel de gerente financeiro. Antes, porém, solicitou ao departamento jurídico as principais cláusulas que deveriam constar no contrato para não ter aborrecimentos futuros.

Resolução da situação-problema

Para atender ao pedido do Sr. José, o único caminho a seguir é consultar o novo Código Civil de 2002. Lá encontraremos as principais cláusulas essenciais e obrigatórias que devem constar no novo contrato.

Resolução. Consulta ao NCC 2002. Consultar:

A.

LIVRO II
Do Direito de Empresa
TÍTULO I
Do Empresário
CAPÍTULO I
Da Caracterização e da Inscrição

Artigos 966 a 971.

B.

CAPÍTULO II
Da Capacidade
Artigos 972 a 980.

C.

TÍTULO II
Da Sociedade
CAPÍTULO ÚNICO
Disposições Gerais
Artigos 981 a 1000

D.

Seção II
Dos Direitos e Obrigações dos Sócios
Artigos 1001 a 1032

Faça valer a pena

1. A jurisprudência trata o direito de propriedade do ponto de vista estritamente econômico. Assim, os contratos devem ser vistos como mecanismos de geração e fluxo _____ necessárias para a evolução da sociedade. Esse é um conceito social de contratos.

A afirmação se refere à finalidade de estabelecer contratos. Complete a lacuna e escolha a resposta correta.

a) De obrigações.

b) De riquezas.

c) De direitos.

d) De informação.

e) De dívidas.

2. O Patrimônio líquido aumenta devido ao lucro auferido no período. Essa dinâmica é desenvolvida pelo método das partidas dobradas e coloca o proprietário como o principal interessado no resultado da empresa.

O enunciado diz respeito a uma das teorias da propriedade. Escolha a resposta correta:

a) Teoria da entidade.

b) Teoria dos fundos.

c) Teoria da empresa.

d) Teoria da propriedade.

e) Teoria empresarial.

3. Hendrisken (2007, p. 469) cita um exemplo bastante apropriado: "Os funcionários, particularmente por intermédio de sindicatos, utilizam dados contábeis na apresentação de reivindicações salariais ou de aumento de outros benefícios."

Este texto foi extraído do Livro KLS de Teoria da contabilidade. O exemplo aplica-se a uma das teorias do direito de propriedade.

Escolha a resposta correta:

a) Teoria empresarial.

b) Teoria dos fundos.

c) Teoria da empresa.

d) Teoria da propriedade.

e) Teoria da entidade.

Referências

BRIGHAM, E. F.; GAPENSKI, L. C.; EHRHARDT, M. C. (Comp.). Administração financeira: teoria e prática. In: BRIGHAM, E. F. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2001. p. 23-48.

CAVALCANTE, C. H. L. Percepção dos alunos iniciantes e concluintes do curso de ciências contábeis sobre a profissão contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 38, n. 177, p. 65-75, jun. 2009.

COELHO, A. C. D. **Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

FEIJÓ, C. A.; VALENTE, E. A firma na teoria econômica e como unidade de investigação estatística evolução nas conceituações. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 351-376, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%208/REC_8.2_05_A_firma_na_teoria_economica_e_como_unidade_de_investigacao_estatistica.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

FERNANDES, F. C.; MACHADO, D. G. Teoria da agência e governança corporativa: uma reflexão acerca da relação de subordinação organizacional da contabilidade à administração. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 14., São Paulo, 2011. **Anais...** São Paulo: SIMPOI, 2011.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da contabilidade: quatro mil anos de contabilidade. In: HENDRIKSEN, E. S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDICIBUS, S. de et al (Ed.). **Manual de contabilidade societária**: FIPECAFI. São Paulo: Atlas, 2011. p. 794.

IUDICIBUS, D. de. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 338.

LOPES, A. B. A. Teoria dos contratos, governança corporativa e contabilidade. In: IUDÍCIBUS, S. de; LOPES, A. B. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

MELLO, O.; MELO, A. A. de O. Governança corporativa versus desempenho das ações: um estudo das empresas do setor elétrico no âmbito da Bovespa. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 182, p. 21-31, mar./abr. 2010.

NIYAMA, J. K., SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PEREIRA, A. G. et al. Teoria dos contratos, governança corporativa e auditoria: delineamentos para a discussão em teoria da contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 198, p. 79-92, 2012.

SÁ, A. L. de. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 444.

SANTOS, J. G. C. dos.; CALIOPE, T. S.; COELHO, A. C. D. Teorias da firma como fundamento para formulação das teorias contábeis. In: ENCONTRO DA ANPAD, 28., Rio de Janeiro, 2014. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

SIFFERT FILHO, N. F. **A teoria dos contratos econômicos e a firma**. 1996. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.

SOUZA, N. J. de. **Introdução à economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

WALTTER JÚNIOR. Abordagem clássica da administração: melhor resumo. **Estudo de Administração**, 18 nov. 2014. Disponível em: <http://www.estudoadministracao.com.br/ler/18-11-2014-abordagem-classica-idalberto-chiavenato-administracao-publica/>. Acesso em: 6 fev. 2017.

ISBN 978-85-8482-884-5